



Universidade de Brasília — UnB
Faculdade de Direito — FD
Programa de Pós-Graduação em Direito — PPGD

CRISTIANE PEIXOTO GUEDES

O ÉDEN POLÍTICO: COMPLEXIFICANDO O COMPLEXO
BOM POSICIONAMENTO BRASILEIRO OU UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE
BOLSONARO NA 74ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Brasília
2024

CRISTIANE PEIXOTO GUEDES

**O ÉDEN POLÍTICO: COMPLEXIFICANDO O COMPLEXO
BOM POSICIONAMENTO BRASILEIRO OU UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE
BOLSONARO NA 74^a ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**

Dissertação apresentada à Universidade de
Brasília como parte das exigências para
obtenção do título de mestre no Programa de
Pós-Graduação em Direito

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Moita
Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Neves

Brasília
2024

CRISTIANE PEIXOTO GUEDES

**O ÉDEN POLÍTICO: COMPLEXIFICANDO O COMPLEXO
BOM POSICIONAMENTO BRASILEIRO OU UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE
BOLSONARO NA 74ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**

Dissertação apresentada à Universidade de
Brasília como parte das exigências para
obtenção do título de mestre no Programa de
Pós-Graduação em Direito

BANCA EXAMINADORA

Edvaldo Moita
(Orientador)

Marcelo Neves
(Co-orientador)

Cláudia Roesler
(Avaliadora — Universidade de Brasília)

Frederik Schulze
(Avaliador — Universität zu Köln)

Brasília, 29 de novembro de 2024

RESUMO

O presente trabalho realiza uma análise de discurso crítica do pronunciamento proferido pelo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, com foco em como a Amazônia foi discursivamente utilizada para evocar temas de nacionalismo, modificando o posicionamento internacional do Brasil. A análise, conduzida conforme a metodologia de análise de discurso crítica elaborada por Norman Fairclough, conta com o embasamento teórico acerca das concepções nacionalistas elaboradas por John Breuilly e do mito da visão paradisíaca tecida por Sérgio Buarque de Holanda, além do conceito de “Estado de complexo bom posicionamento internacional” desenvolvido por Feliciano de Sá Guimarães. O trabalho pretende observar as estratégias e impactos do uso discursivo da Amazônia com propósitos políticos, bem como os contextos e as consequências na política externa brasileira, visto que o resgate discursivo do patriotismo brasileiro afetou não somente a estrutura interna do país, mas também as relações internacionais do Brasil.

Palavras-chave: análise de discurso crítica; Amazônia; Norman Fairclough; nacionalismo; posicionamento externo brasileiro.

ABSTRACT

This paper carries out a critical discourse analysis of the speech given by Brazilian President Jair Bolsonaro at the 74th United Nations General Assembly, focusing on how the Amazon was discursively used to evoke themes of nationalism, changing Brazil's international positioning. The analysis, conducted according to the critical discourse analysis methodology developed by Norman Fairclough, relies on the theoretical basis of the nationalist conceptions elaborated by John Breuilly and the myth of the paradisiacal vision woven by Sérgio Buarque de Holanda, as well as the concept of the “State of complex good international positioning” developed by Feliciano de Sá Guimarães. The paper aims to observe the strategies and impacts of the discursive use of the Amazon for political purposes, as well as the contexts and consequences for Brazilian foreign policy, given that the discursive rescue of Brazilian patriotism affected not only the country's internal structure, but also its international relations.

Keywords: critical discourse analysis; Amazonia; Norman Fairclough; nationalism; Brazilian external positioning.

AGRADECIMENTOS

Perdi alguma coisa que me era essencial, e que já não me é mais. Não me é necessária, assim como se eu tivesse perdido uma terceira perna que até então me impossibilitava de andar mas que fazia de mim um tripé estável. Essa terceira perna eu perdi. E voltei a ser uma pessoa que nunca fui. Voltei a ter o que nunca tive: apenas as duas pernas. Sei que somente com duas pernas é que posso caminhar. (LISPECTOR, 2020, p. 10)

Agradeço à desistência.

Somente devido a uma sucessão incontrolável de desistências que, finalmente, consegui dar vida a esta dissertação e, conseqüentemente, fim a esse mestrado. De ingresso ao programa de pós-graduação, busquei avidamente um orientador. Todos com agendas demasiado ocupadas para me socorrer. Após desistir da procura, fui convidada pelo professor Marcelo Neves para ser sua orientanda depois de desferir, em uma das aulas em que lhe chamei um pouco da atenção, ousadas críticas ao público masculino que me assistia durante apresentação de um escrito de Condorcet. A Marcelo sou grata por me haver visto quando detinha eu o poder da invisibilidade. Desistir de querer ser vista foi talvez o que lhe possibilitou enxergar-me quem sou.

Assim, tendo sido finalmente acolhida, novamente desisti. Ao ser aceita na Universidade de Bielefeld para cursar a dupla titulação de mestrado em Estudos Interamericanos e Literaturas Interamericanas, pela Universidade de Guadalajara, desisti momentaneamente do Direito. É verdade que continuei cursando virtualmente as matérias durante a madrugada alemã — e agradeço aos malditos, ou benditos?, fusos horários —, mas admito, como se estivesse entre as brechas de um confessionário, ter conduzido uma vida dupla: mais linguístico-literária que jurídica, mas tentando tecer um diálogo entre ambas. Aqui, agradeço a mim mesma pela coragem e avidez de viver, a qual, novamente me conduziu à loucura de equilibrar, entre dons de bêbada e de equilibrista, essas duas grandes áreas de pesquisa.

De volta ao Brasil, desisti de me esquivar da minha grande paixão: a análise do discurso. Estudar a linguagem e suas peripécias sempre foi um deleite e passei a dedicar-me a refletir como alinharia o útil ao agradável. Assim, com o intuito de aprofundá-lo, ressuscitei um artigo escrito na Alemanha na matéria de *Climate Changes*, ministrada pelo professor Frederik Schulze, e apresentado na Escola Internacional de Inverno *Claims and*

counterclaims over natural and cultural heritage, organizada pelo Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS) e pelo Max Weber-Institute of Sociology (MWI), financiada pela Universidade de Heidelberg.

Dentro dos agradecimentos de desistências, no entanto, faz-se necessário agradecer também àqueles que me incentivaram a não desistir. Além de meus pais, é claro, agradeço a José e Rogério, presentes da Faculdade de Direito, e a Lorena e Deisy, presentes da Faculdade de Estudos Interamericanos em Bielefeld, bem como às amigas Paulina, Mayara, Bella, Nanda, Valesca, Letícia, Kin, Eduarda, Taynara, Ana Clara e Luísa e aos amigos Vicente e Davi. Agradeço a paciência e motivação dos companheiros de trabalho Samantha, Edileusa, Cíntia, Shirley, Érika, Leonardo, Vitor, Marta.

Ao tio Vavá, um muito obrigada por me propor novas formas de pensar. Também agradeço a Cristiano Moita por me ouvir sobre meus medos e por me estimular a desistir de esconder-me atrás da vergonha que tinha de falar com meus orientadores. A esses, a propósito, expressei minha mais sincera gratidão, pois, além de ter sido orientada por Marcelo Neves, também contei com a orientação de Edvaldo Moita, presente concedido por Marcelo ao nomeá-lo como meu coorientador. Só posteriormente que Moita tornou-se meu orientador — ou melhor, foi se tornando — e nos pareceu adequado, entre os três, renomeá-lo em sua função. Do nome que for, guardo um carinho imenso pelo trabalho tecido com esmero por minhas mãos e orientado por duas imensas personalidades, tanto Moita quanto Neves.

Dois agradecimentos, no entanto, são o grande sustentáculo deste texto. Primeiramente, aos meus pais, por me permitirem a novidade de pensar abertamente em desistências quando se tornou talvez pesado demais conciliar a advocacia à escrita de duas dissertações. Nunca antes me havia permitido dizer abertamente em minha casa sobre minha sede de desistir. Este trabalho me ofereceu movimentos sem retorno que me ampliaram a liberdade, visto que, ainda que não tenha dele desistido — talvez o leitor esteja até mesmo confuso ao ler sobre desistências em um trabalho que se encontra pronto —, apresentou-se como pontapé inicial de uma série de reflexões mais profundas, quiçá existencialistas.

Neste respiro, agradeço também a minha querida avó, Gislene, que abençoou meu trabalho até mesmo quando esteve hospitalizada. Poucas memórias são tão marcantes quanto nós duas juntas atravessando aquela noite no hospital: entre várias conversas, ela pegou no sono — ou assim acreditei — e me coloquei a escrever. Noutra conversa, dei-me conta das fotos que ela havia tirado de mim enquanto escrevia esta dissertação. Essa caricatura me é

um carinho doce e, portanto, deixo um agradecimento especial para essa luz que chamo de avó, responsável por colocar-me constantemente defronte a mim mesma.

O segundo grande agradecimento se estende a minha grande amiga Giuliana Rodrigues, maior defensora do meu direito de desistir. A ela sou grata por auxiliar-me em meus prantos e criticar meu trabalho, por me enriquecer tanto com sua presença e, sobretudo, por me recordar de que é possível afastar-se de um perfeccionismo paralisante em prol de poder andar, ainda que cambaleando. Giu foi uma musa inspiradora durante o processo deste trabalho, incentivando-me a aprofundar-me nas reflexões que ele me trouxe, ao lado, é claro, de meu grande amor, Clarice, que me lembrou de abandonar algo que me parecia essencial, mas que não é mais.

Isso porque, do fim ao cabo, desisti da perfeição estanque e escrevi uma dissertação honesta que fluiu em duras penas, atravessando-as comigo e ensinando-me, sobretudo, sobre meus próprios limites. A esta dissertação sou grata por me ensinar sobre minhas fronteiras, cujo atravessamento, por vezes, envolve voltar-me ao avesso de mim.

Assim, talvez o leitor me pergunte: valeu a pena? A tradição da minha língua me força a dizer que sim: afinal, acerca das características de minha alma, em contraposição ao meu corpo miúdo, não me contento com ser pequena. Ou talvez seja exatamente pela minha pequenez que eu me coloque em situações de tentar alcançar o que penso não conseguir. Creio que seria essa matéria digna dum doutorado sobre minha vida, mas prefiro manter segredo. Agradeço, portanto, ao estudo de mim, o qual nunca desisti de conduzir, ainda que paralelamente aos estudos outros.

Outras desistências também foram de grande importância; mas daí fui eu quem desisti de mencioná-las.

“(...) tantas vezes o que chamam de abstrato me parece apenas o figurativo de uma realidade mais delicada e mais difícil, menos visível a olho nu.”

(LISPECTOR, C. Abstrato e figurativo. In: **Para não esquecer**. São Paulo: Editora Siciliano, 1992. p. 49)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1. O PARAÍSO POLÍTICO DO NACIONALISMO BRASILEIRO.....	12
1.1. Perguntas sem respostas.....	12
1.2. Pequena interrupção para uma conceituação de ideologia.....	14
1.3. O nacionalismo é um romantismo?.....	18
1.3.1. A modernidade como chave analítica.....	21
1.4. Romantização paradisíaca.....	24
1.5. Meu Brasil brasileiro, meu mulato inzoneiro, vou cantar-te nos meus versos.....	29
1.6. Considerações finais.....	31
CAPÍTULO 2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE.....	32
2.1. Para além de uma metodologia.....	32
2.2. Princípios teóricos acerca do discurso.....	34
2.3. Procedimentos analíticos.....	36
2.4. Análise textual — capítulo 3.....	38
2.5. Análise das práticas discursivas — capítulo 4.....	40
2.6. Análise das práticas sociais — capítulo 5.....	44
CAPÍTULO 3. AS ESCOLHAS NÃO SÃO ARBITRÁRIAS OU DA ANÁLISE TEXTUAL DO DISCURSO.....	46
3.1. Atos preparatórios.....	46
3.2. Análise textual do discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU (2019).....	49
3.2.1. Sete vezes Amazônia.....	49
3.2.2. Brasil acima de tudo: o uso da palavra soberania.....	55
3.2.3. Preservação, mas desde que.....	59
3.2.4. Floresta.....	60
3.3. Considerações acerca da análise textual do discurso.....	61
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS OU A PERSONIFICAÇÃO DA AMEAÇA À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA.....	64

4.1. Textos e contextos.....	64
4.2. Práticas discursivas: os contextos do texto (2019).....	69
4.2.1. As queimadas na Amazônia e a personificação da ameaça à biodiversidade..	71
4.2.2. Ataque a outros países versus soberania brasileira.....	74
4.2.2.1. Conflitos políticos internacionais presentes no discurso.....	74
4.2.2.2. O uso da Amazônia como comparação com a Europa.....	77
4.2.2.3. Polaridade discursiva ou a construção do inimigo.....	80
4.2.3. Questão Indígena: legitimação do discurso e ataque a direitos.....	83
4.3. Considerações finais.....	86
CAPÍTULO 5. PRÁTICAS SOCIAIS OU COMO COMPLEXIFICAR O	
COMPLEXO: AJUSTES NO BOM POSICIONAMENTO.....	88
5.1. Breves retomadas.....	88
5.2. Interseção entre nacionalismo e representação edênica da natureza brasileira.....	90
5.3. Rupturas e alinhamentos: o complexo bom posicionamento externo brasileiro.....	95
5.4. Considerações finais.....	104
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se presta à análise discursiva do pronunciamento de abertura proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), ocorrida no ano de 2019. O pronunciamento oficial brasileiro é historicamente responsável pelo início dos trabalhos na referida conferência e, devido ao contexto em que se encontra, projeta internacionalmente uma imagem e posicionamento do país acerca dos mais diversos temas, incluindo aqueles de temática ambiental.

Tendo como premissa o uso discursivo da floresta Amazônica para fins políticos, a dissertação se dedica à investigação da seguinte pergunta: de que forma a floresta Amazônica foi flexionada discursivamente dentro do pronunciamento oficial brasileiro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019? A fim de respondê-la, três chaves teóricas se entrecruzam: (i) as concepções nacionalistas e de identidade nacional, elaboradas por John Breuilly (1993; 2000; 2005); (ii) o mito da visão paradisíaca, tecido por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (2000), fortalecido pelo período Romântico da literatura brasileira; e (iii) o conceito de “Estado de complexo bom posicionamento internacional”¹, desenvolvido por Feliciano de Sá Guimarães no artigo *The uneasy ‘well-placed’ state: Brazil within Latin America and the West* (2020).

O principal objetivo do trabalho é observar as motivações, estratégias e impactos do uso discursivo da Amazônia com propósitos políticos, bem como os contextos e as consequências na política externa brasileira a partir do pronunciamento proferido pelo então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Este, ao se propor a resgatar o patriotismo brasileiro, age de forma que tal patriotismo impacta não somente a estrutura interna do país, mas também suas relações internacionais.

A hipótese é de que Bolsonaro não apenas exalta a riqueza da floresta, mas a associa à nação como símbolo de uma identidade nacional a ser protegida. Para tanto, vale-se de aspectos românticos da fauna e flora brasileira, historicamente reforçados na literatura. Todavia, apesar de Bolsonaro não inovar ao se valer da Amazônia com o intuito de posicionar o Brasil internacionalmente, modifica o posicionamento brasileiro adotado em governos anteriores, uma vez que não se alinha às nações latino-americanas, tampouco aos países ocidentais, à exceção dos Estados Unidos.

¹ No original, “uneasy well-placed state”.

Parece-nos que a floresta amazônica foi discursivamente utilizada para evocar o nacionalismo brasileiro, o qual afetou o posicionamento internacional do Brasil. Exatamente por isso sugerimos que a Amazônia tenha sido “flexionada” discursivamente no pronunciamento de Jair Bolsonaro ora estudado. Isso porque a hipótese que se sustenta é de que a Amazônia deixa de ser apresentada como patrimônio natural de importância internacional para ser utilizada como recurso discursivo do nacionalismo reforçado no discurso bolsonarista. Bolsonaro, portanto, ostenta a floresta como item que se pode flexionar, dobrar, esquivar-se de ou, ainda, utilizar como lhe aprouver discursivamente.

O esforço para moldar tal argumento se esculpe na metodologia elaborada por Norman Fairclough (2001; 2003a; 2003b; 2007). A perspectiva tridimensional de Análise do Discurso Crítica (ADC)² nos pareceu a mais apropriada para analisar o discurso proferido na 74ª Assembleia Geral da ONU por contar com três diferentes vertentes de análise que se complementam: textual, discursiva e social.

Iniciando pela análise textual, sobre a qual nos debruçamos no terceiro capítulo desta dissertação, o discurso será analisado conforme égides gramaticais. O escrutínio visa à análise textual detalhada a fim de compreender as opções linguísticas realizadas. A partir desse estudo linguístico do discurso, conforme alcunha Van Dijk (1977), pode-se compreender como a opção por determinadas escolhas linguísticas refletem semânticas que podem reforçar, ou modificar, posicionamentos políticos. Em outros modelos de análise discursiva, todavia, tal etapa é suprimida, mas Fairclough (1992) a defende:

A análise textual mais sistemática e detalhada pode ser acrescentada a uma variedade de abordagens atuais da análise do discurso, sem, é claro, querer minimizar o que essas abordagens alcançam sem ela. Uma atenção mais cuidadosa com os textos às vezes ajuda a dar uma base mais sólida às conclusões obtidas sem essa análise, às vezes sugere como elas podem ser elaboradas ou modificadas e, ocasionalmente, sugere que elas são mais eficazes do que as conclusões obtidas sem essa análise. (pp. 193-4)

No entanto, a análise textual não se prende tão somente ao texto, visto que é composta por partes complementares: texto e contexto.

Eu considero a análise textual como englobando dois tipos de análise complementares: análise linguística e análise intertextual. E entendo a análise linguística em um sentido ampliado, abrangendo não apenas os níveis tradicionais de análise dentro da linguística (fonologia, gramática até o nível da sentença, e vocabulário e semântica), mas também a análise da organização

² Destaca-se que foram encontradas bibliografias que utilizam indiscriminadamente tanto a terminologia “análise de discurso crítica” — ADC (Resende e Ramalho, 2006) quanto “análise crítica do discurso” — ACD (Wodak, 2004) para os mesmos propósitos.

textual acima da sentença, incluindo coesão entre sentenças e vários aspectos da estrutura dos textos que têm sido investigados por analistas de discurso e analistas de conversação (incluindo propriedades do diálogo, como a organização da alternância de turnos). (Fairclough, 1992, p. 194)

No que se refere à análise intertextual, chamaremos, portanto, de análise das práticas discursivas, por se tratar de análise que ultrapassa o escrutínio linguístico e adentra outras conexões. Compreender os contextos e os intertextos de um discurso permite um aprofundamento da análise visto que “enquanto a análise linguística mostra como os textos selecionam e utilizam sistemas linguísticos (novamente, em um sentido ampliado), a análise intertextual mostra como os textos selecionam e utilizam ordens de discurso” (Fairclough, 1992, p. 194).

Por último, passamos à análise das práticas sociais, momento em que as chaves teóricas serão flexionadas, juntamente à análise textual-discursiva, a fim de compreender as consequências sociais do pronunciamento. Essa análise, por sua vez, permitirá observar o impacto do discurso em termos internacionais, considerando o histórico posicionamento do Brasil em relação à Europa e à América Latina.

Dessa forma, o presente trabalho conta com cinco capítulos. O primeiro se dedica à apresentação da constelação teórica que, ao se entrecruzar, dá sustentação à análise discursiva. Portanto, no primeiro capítulo, serão explorados o aporte teórico de John Breuilly sobre nacionalismo, bem como as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda acerca da visão paradisíaca sobre a fauna e flora brasileiras, além da elaboração de Feliciano de Sá Guimarães sobre o complexo posicionamento internacional brasileiro.

Já o segundo capítulo apresentará a metodologia utilizada para a realização da análise, a Análise Crítica do Discurso (ACD). O capítulo desenvolve como, para Norman Fairclough, a ACD ultrapassa a mera perspectiva metodológica, visto que se relaciona de forma intrínseca à perspectiva teórica sobre semiose. Além disso, destrincha as etapas a serem percorridas durante a análise. Para tanto, a presente análise será dividida em três capítulos principais, visto que cada um se aprofundará especificamente em alguma delimitação da análise.

Com base na análise quantitativa de palavras-chave que nos orientarão na análise a ser aqui perseguida, realizaremos a análise qualitativa. Na análise quantitativa, recursos tecnológicos, como inteligências artificiais, auxiliarão no mapeamento das palavras selecionadas. A partir disso, a análise qualitativa será realizada conforme a metodologia

faircloughtiana, ou seja, compreendendo os três eixos: análise textual, análise das práticas discursivas e análise das práticas sociais.

Nesse sentido, o terceiro capítulo se debruça sobre a análise textual do discurso, explorando a estrutura e os elementos linguísticos presentes no discurso. Nesse capítulo, delimitaremos as escolhas lexicais (palavras determinadas) que serão analisadas a fim de identificar padrões de uso dos termos, além da análise de estruturas gramaticais e compreensões semânticas. O quarto capítulo, por sua vez, abordará a análise das práticas discursivas, investigando como o discurso é produzido e recebido dentro de diferentes contextos sociais. Nesse momento, serão considerados tanto o contexto político e social em que o discurso se encontra, bem como possíveis traços de intertextualidade nele presente. No quinto e último capítulo, será realizada a análise das práticas sociais relativas ao discurso, ou seja, como esse reflete e reproduz relações de poder entre diferentes grupos e nações, além da identificação de possíveis ideologias e como elas se manifestam naquelas práticas discursivas.

Por fim, importa destacar a relevância do presente trabalho para o campo jurídico. Apesar da fundamentação metodológica na Análise do Discurso Crítica (ADC), a pesquisa aprofunda as repercussões do pronunciamento de Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU para a política externa e relações internacionais do Brasil. Por explorar o uso político da Amazônia — tanto como símbolo de identidade nacional quanto da soberania brasileira, dentro de um discurso patriótico-bolsonarista —, o trabalho relaciona questões de linguagem, política e ideologia às estruturas de poder, refletindo sobre como discursos oficiais podem afetar posicionamentos e influenciar dinâmicas no cenário internacional. Desse modo, o pronunciamento aqui analisado revela estratégias discursivas capazes de refletir e de exemplificar um discurso maior: o do nacionalismo bolsonarista. Espera-se que a presente dissertação contribua para as investigações sobre a análise de discursos políticos e seus impactos sociais.

CAPÍTULO 1. O PARAÍSO POLÍTICO DO NACIONALISMO BRASILEIRO

A ideologia nacionalista pode parecer, superficialmente, ter fornecido uma resposta ao problema da relação entre o Estado e a sociedade, aceitando a distinção moderna, mas também afirmando rejeitar ou transcender essa divisão. (...) A ideologia nacionalista não é nem uma expressão da identidade nacional (pelo menos, não há nenhuma maneira racional de mostrar que esse é o caso) nem a invenção arbitrária de nacionalistas para fins políticos. Ela surge da necessidade de dar sentido a complexos arranjos sociais e políticos. (Breuilly, 1993, p. 62-3)

1.1. Perguntas sem respostas

Baseando-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), elaborada por Norman Fairclough, de que forma a floresta Amazônica foi flexionada discursivamente dentro do pronunciamento oficial brasileiro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2019? Essa é a pergunta que orienta este trabalho. O recorte temporal corresponde à presidência de Jair Messias Bolsonaro que, em 2023, concedeu entrevista na qual afirmou: “tínhamos uma direita que não existia, passou a existir comigo. (...) nós conseguimos resgatar o patriotismo no Brasil”. (Prates, 2023)

O termo utilizado pelo ex-presidente, patriotismo, interessa-nos na medida em que se assemelha ao que pretendemos investigar: se, internamente, houve uma reinterpretação dos valores associados à nação nesse governo de direita e se esse discurso patriótico/nacionalista³ causou, externamente, consequências para o posicionamento do país frente a outras nações. Para estreitar o escopo, a análise das falas relativas à Amazônia será o eixo principal de análise.

O pronunciamento analisado no presente estudo, cuja contextualização será mais bem aprofundada no capítulo 4 deste trabalho, foi proferido em 24 de setembro de 2019 na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas durante o primeiro ano do governo Bolsonaro, em um contexto marcado por controvérsias nacionais e internacionais acerca da política ambiental brasileira. Entre as medidas iniciais do governo, destacou-se a fusão do

³ Como, neste trabalho, analisaremos como a Amazônia foi utilizada a favor de interesses do nacionalismo bolsonarista, importa destacar que há “pouco valor analítico em distinguir ‘patriotismo’ e ‘nacionalismo’. O primeiro tende a se transformar num termo elogioso; o segundo, num termo ofensivo.” (BREUILLY, 2000, p. 157)

Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura, posteriormente abandonada devido à grande repercussão negativa, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Nessa senda, o governo enfrentava críticas por ser visto como propagador e incentivador de medidas regressivas, como, por exemplo, pelo favorecimento do agronegócio em detrimento do fortalecimento de políticas de proteção ambiental (Machado et al, 2021). Além disso, a responsabilidade pelas queimadas na região amazônica que ocorreram naquele ano foi imposta às medidas que representavam “o início do desmonte da governança ambiental do Brasil” (Bragança, 2018; Observatório do Clima, 2018) e ao próprio presidente, que foi encarado como a personificação da ameaça à biodiversidade. Nesse contexto, surge o pronunciamento a ser analisado quanto ao uso discursivo da Amazônia dentro do patriotismo supostamente resgatado por aquele chefe de Estado.

Dessa forma, a hipótese do trabalho é de que Bolsonaro não apenas destaca a riqueza natural amazônica durante o pronunciamento, mas a usa de forma a fazer um apelo à identidade nacional brasileira, usando a floresta como valor associado à nação. Essa narrativa tem o condão de invocar o orgulho nacional de modo a privilegiar a manutenção da floresta sob controle estatal, bem como de moldar um nacionalismo — incluindo o uso estratégico da Amazônia atrelada à identidade nacional — segundo parâmetros românticos da fauna e flora brasileira, que foram historicamente reforçados literariamente. No entanto, parece-nos que, enquanto Bolsonaro não inova ao utilizar a Amazônia para destacar uma posição singular e especial do Brasil, modifica o posicionamento brasileiro adotado no país em governos anteriores, ao não se associar nem às nações latino-americanas, tampouco aos países ocidentais em busca de incentivos econômicos ou alianças internacionais.

Para conceber a análise do discurso nacionalista, utilizando como parâmetro o pronunciamento aqui analisado, foram utilizadas três fontes teóricas principais. São elas: (i) as concepções de nacionalismo e de identidade nacional, conforme estipulado por Breuilly (2005), pautando-se no debate histórico de composição daquilo que chamamos ‘nacionalismo’; (ii) o mito da visão paradisíaca, em que Sérgio Buarque de Holanda (2000) analisa a mentalidade colonial-ufanista em relação à forma de referenciar-se à natureza brasileira, valendo-se da Literatura como índice de referência para o desenvolvimento desta pesquisa e (iii) o conceito de Estado de complexo bom posicionamento internacional, que o autor Guimarães (2020) aplica ao Brasil, um país

historicamente ambíguo em relação aos interesses e alinhamentos latino-americanos e ocidentais.

Por se tratar de um estudo da política brasileira, importa realizar a prévia conceituação das categorias utilizadas para pensar os discursos de Bolsonaro que serão analisados criticamente conforme a teoria de Fairclough, a qual será mais bem explicada no próximo capítulo. Nessa linha, Kedourie (1952) explica:

(...) o estudo da política envolve, em minha opinião, algo bem diferente. Envolve, em primeiro lugar, uma consideração das suposições epistemológicas que devem ser feitas para que se possa estudar política; envolve uma consideração da natureza do raciocínio político, das categorias que podem ser legitimamente usadas, das maneiras pelas quais os fenômenos políticos devem ser organizados para que uma generalização significativa possa ser derivada deles. (p. 223)

Assim, passamos ao debate e à definição de componentes imprescindíveis para compreender a conceituação das categorias que orientarão esse trabalho, sendo elas: (i) ideologia, (ii) nacionalismo, (ii) identidade nacional, (iii) *edenismo* amazônico, (iv) ufanismo brasileiro, (v) o Brasil enquanto Estado de complexo bom posicionamento internacional.

1.2. Pequena interrupção para uma conceituação de ideologia

Três perspectivas distintas serão utilizadas a fim de construir a concepção de ideologia que orientará este trabalho. Para tanto, enquanto Thompson (2011) apresenta uma estreita visão do conceito de ideologia, a qual estaria necessariamente a serviço do poder em relações assimétricas de dominação, Fairclough (2003a) enfatiza a presença da ideologia em representações presentes em discursos de forma a contribuir para a construção e manutenção de relações de poder. Por sua vez, Breuilly (1993) a compreende de forma mais ampla, como fenômeno intelectual cuja pretensão se volta à resolução de problemas sociais.

Thompson é explícito ao delimitar a conceituação:

O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos” (Thompson, 2011, p. 16)

Enquanto Breuilly (1993) a amplia de forma evidente:

A ideologia deve, antes de mais nada, ser entendida como um fenômeno intelectual. As pessoas podem usá-la como uma forma de compensação emocional ou como uma arma política. Entretanto, ela não pode ser reduzida ao nível de um grito de dor ou de uma tática. A ideologia relaciona os problemas das pessoas à sociedade como um todo: é por isso que ela pode servir às funções emocionais e políticas que desempenha. Entretanto, a ideologia tem suas raízes em uma tentativa intelectual de resolver algum quebra-cabeça sobre a sociedade como um todo. Como esses quebra-cabeças e as dificuldades relacionadas são, em geral, compartilhados, as respostas oferecidas em um nível bastante sofisticado pelos intelectuais podem, de forma simplificada, ser adotadas por outros como ideologia. Portanto, é preciso começar examinando os tipos de quebra-cabeças e as respostas iniciais não ideológicas que eles provocaram e que poderiam dar origem à ideologia nacionalista. (Breuilly, 1993, p. 54)

No entanto, se Thompson defende que “as fórmulas simbólicas relacionam-se com a dominação, não pelo seu conteúdo explícito, mas pelo uso que lhes é dado” (Correia, 2004, p. 226), faz-se necessário analisar o uso que lhes é conferido, pois também consideramos como possível a conceituação de Breuilly na medida em que nem todas as respostas a esse fenômeno intelectual são, de fato, ideológicas. Com tal propósito, consideramos, ainda, uma terceira ponderação sobre a temática, a perspectiva teórica de Fairclough sobre a questão.

Isso porque, além dos embates teóricos já explorados, vislumbra-se, também, que “a ideologia envolve uma apresentação sistematicamente organizada da realidade. (Kress; Hodge, 1979, P. 15). É nesse sentido que a proposta teórica de Fairclough (2003a; 2003b) se apresenta de forma complementar à de Thompson (2011): por um lado, o entrelaçamento thompsoniano entre significado e poder enriquece a análise proposta por Fairclough acerca das representações ideológicas nos discursos analisados; por outro, a análise crítica do discurso (ACD) fornece ferramentas de análise para compreender como o significado é mobilizado nos textos, conforme defendia Thompson.

Tal organização, no entanto, implica não somente uma seleção de palavras para que se constitua como enunciado, mas também necessita aproximar-se, ao menos, da aparência de realidade. Breuilly assim descreve:

As declarações ideológicas geralmente parecem ser declarações descritivas sobre o mundo. (...) as declarações muitas vezes têm a aparência de declarações descritivas normais, mas com alguma característica que as torna arbitrárias ou imunes à refutação. (...) a ideologia, derivada de tentativas desinteressadas de entender o mundo, só pode ter um impacto político se for apresentada em formas simplificadas e incorporada em símbolos e cerimônias. É nessas formas e personificações que se pode obter alguma compreensão de seu papel em um movimento político. (Breuilly, 1993, p. 54.)

Destaca-se, portanto, o entrelaçamento entre linguagem e ideologia. Afinal, “como, então, a ideologia pode ser definida sem uma descrição prévia da verdade? Todas essas descrições envolvem linguagem, e apresentar qualquer coisa na linguagem ou, por meio dela, envolve seleção.” (Kress & Hodge, 1979, p. 15) Gunther Kress e Robert Hodge (1979) defendem que a linguagem não apenas constroi, mas também reflete, relações sociais. Os autores defendem que existem entrelaçamentos, de maior ou menor intensidade, entre processos linguísticos e motivações ideológicas. Nessa perspectiva, os discursos teriam o condão de interferir – manter ou desafiar – relações de poder previamente estabelecidas. Para os autores, no entanto, ideologia possui um sentido muito particular:

Mas a linguagem, em geral, está imersa na vida contínua de uma sociedade, como a consciência prática dessa sociedade. Essa consciência é inevitavelmente uma consciência parcial e falsa. Podemos chamá-la de ideologia, definindo "ideologia" como um corpo sistemático de ideias, organizado a partir de um ponto de vista específico. A ideologia é, portanto, uma categoria subsumível que inclui ciências e metafísica, bem como ideologias políticas de vários tipos, sem implicar nada sobre seu status e confiabilidade como guias para a realidade. A linguagem é um instrumento de controle e também de comunicação. As formas linguísticas permitem que o significado seja transmitido e distorcido. Dessa forma, os ouvintes podem ser manipulados e informados, de preferência manipulados enquanto supõem que estão sendo informados. A linguagem é ideológica em outro sentido, mais político, dessa palavra: envolve distorção sistemática a serviço do interesse de classe. No entanto, os dois reis da ideologia não são totalmente distintos, nem na teoria nem na prática. A ciência é uma sistematização de um ponto de vista, assim como uma ideologia política. A ideologia política é capaz de projetar versões fantasiosas da realidade, mas a ciência lida com construções hipotéticas cujo status nem sempre é muito diferente. (Kress & Hodge, 1979, p. 6)

Criticando a ênfase demasiado sintática de análise textual proposta por Kress e Hodge (1979) por poder conduzir ao apagamento de elementos essenciais à análise discursiva, Thompson (2011) aponta que a análise sintática é apenas uma das formas em que se pode analisar um discurso. Veja:

Instâncias do discurso podem também ser estudadas através do que poderíamos descrever como análise sintática. Este tipo de análise se preocupa com a sintaxe prática ou a gramática prática — não com a gramática dos gramáticos, mas com a gramática ou sintaxe que atua no discurso do dia a dia. Uma versão distinta e eficiente de análise sintática pode ser encontrada no trabalho de Robert Hodge, Gunther Kress e seus companheiros. Partindo dos escritos linguísticos de Halliday, Hodge e Kress examinam algumas das maneiras como as formas gramaticais operam no discurso quotidiano, combinando, resumindo e apagando elementos através de processos de transformação. (Thompson, 2011, p. 372-3)

Em sua obra *Analysing discourse*, Fairclough (2003a) defende a necessidade de integrar a análise textual à análise social, a fim de melhor compreender se e como as

representações presentes no texto analisado contribuem para relações de poder e dominação. Assim, para Fairclough, a análise crítica do discurso não poderia se resumir à análise meramente textual e sintática, visto que, para compreender as representações ideológicas relativas ao fortalecimento e manutenção de poder, faz-se necessário entrelaçar a análise a outras formas de análise, principalmente interdisciplinares e com enfoque social.

Minha abordagem à análise do discurso (uma versão da 'análise crítica do discurso') baseia-se na suposição de que a linguagem é uma parte irredutível da vida social, interconectada de forma dialética com outros elementos da vida social, de modo que a análise e a pesquisa social sempre precisam levar em conta a linguagem. (As relações 'dialéticas' serão explicadas no capítulo 2.) Isso significa que uma forma produtiva de realizar pesquisa social é por meio do foco na linguagem, utilizando alguma forma de análise do discurso. Isso não significa reduzir a vida social à linguagem, dizendo que tudo é discurso – não é. Pelo contrário, é uma estratégia analítica entre muitas, e frequentemente faz sentido usar a análise do discurso em conjunto com outras formas de análise, como a etnografia ou formas de análise institucional. (Fairclough, 2003a, p. 2)

Assim, ao defender o enfoque tríplex da análise crítica do discurso, que compreende a análise de práticas discursivas e sociais, além da análise textual enfocada na sintática, Fairclough (2003a) aponta que uma profunda análise de fenômenos sociais requer análises que ultrapassem o mero escrutínio sintático do texto. Para tanto, outras formas de análise são bem-vindas.

Ademais, tanto Fairclough (2003a) quanto Thompson (2011) são autores que compreendem a relevância de analisar a ideologia na era da comunicação em massa. Thompson defende a centralidade midiática como ferramenta de reprodução ideológica, de tal forma que análises acerca da ideologia devem considerar o papel da comunicação de massa e suas consequências num mundo interconectado.

Desse modo, flexionando as três obras, conceituaremos ideologia para os propósitos do presente trabalho como: fenômeno intelectual conectado à linguagem, organizado a partir de uma organização sistemática e representativa de ideias que, inicialmente, apenas pretende resolver problemáticas sociais, mas que, invariavelmente, coloca-se à serviço do poder, do interesse de um grupo em específico. Em decorrência disso, as análises não partirão nem de um estado de completa ingenuidade, tampouco de uma assunção de pretensão de manipulação social. Apesar disso, entendemos que, sim, a organização de ideias de um discurso pode denunciar intuítos que fogem ao mero ato comunicativo, resvalando na possibilidade de controle de massas.

1.3. O nacionalismo é um romantismo?

Definir nacionalismo não é somente uma tarefa desafiadora, mas requer, principalmente, cautela. Isso porque a natureza plurissemântica do termo pode conduzir a definições diversas. (Dezaphi 2018, P. 56). De acordo com o dicionário⁴, nacionalismo significa “ideologia de governo em que o povo teria poder para criar uma nação, um Estado absoluto”. (Dicio, 2024)

Realmente, Breuilly (2000) defende que “é provável que o nacionalismo tenha que ser definido, em primeiro lugar, como uma doutrina, um ‘ismo’. Entretanto, essa pode ser uma definição muito solta, que sirva apenas de ponto de partida para estudo sobre a política e os sentimentos.” (p. 155) Assim, exatamente porque “equiparar a nação a grupos que partilham conscientemente um sentimento de identidade nacional constitui (...) uma questão problemática”, (Breuilly, 2000, p. 156) parece-nos apropriado realizar um cotejo teórico-analítico sobre os termos nação e nacionalismo.

Nação, por exemplo, apresenta-se como uma concepção ideal burguesa do início do século XIX. Todavia, repúblicas e monarquias municipais antigas não constituem ‘nações’ no sentido hoje difundido. Para Ernest Renan (1997), ainda que Atenas e Esparta tenham vivido forte patriotismo, possuíam territórios diminutos a ponto de não constituírem uma nação. Grécia, por sua vez, era noção que, à época, nem sequer existia na Antiguidade. O Império Romano, por outro lado, possuía território tão extenso que culminou na clássica divisão: oriental e ocidental. (Renan, 1997, p. 158) Posteriormente, o que hoje seria a Itália e a Espanha também, outrora, constituíram uma junção de diversos povoados, igualmente destacando a problemática elencada e enfatizando que o conceito de nação é recente na História.

Para o autor, nação não se confunde com raça, de modo que traços étnicos ou linguísticos não são suficientes para delimitar o que seria nacional. Se assim fosse, grupos étnicos ou minorias linguísticas receberiam o *status* de soberanas. Em realidade, o que distingue as nações entre si é a “fusão das populações que os compõem”. (Renan, 1997, p. 160) Assim, Renan identifica cinco critérios objetivos que visam diferenciar as nações entre si: *kinship*⁵, língua, religião, comunidade de interesses e geografia.

⁴ Dicionário Online de Português, disponível em <<https://www.dicio.com.br/nacionalismo/>>

⁵ A palavra inglesa é utilizada no artigo *La problemática de las definiciones en el análisis del nacionalismo y la nación desde el paradigma del moderno*, de Guillermo Reyes Pascual, e se refere, conforme o dicionário de Cambridge, a um sentimento particular de se sentir próximo a determinado grupo.

Em decorrência da tão recente percepção de nação, John Breuilly destaca que “o nacionalismo é algo moderno”. (Martins, 2006, p. 23) Benedict Anderson (2006), por sua vez, aponta que as origens da consciência nacional decorrem do entrelaçamento entre três grandes pontos: (i) a fatalidade da diversidade linguística no mundo, decorrente da (ii) tecnologia de comunicação proporcionada pela prensa, a qual foi impulsionada pelo (iii) capitalismo. Nas palavras do autor:

O que, em um sentido positivo, tornou as novas comunidades imagináveis foi uma interação meio fortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicação (impressão) e a fatalidade da diversidade linguística humana. O elemento de fatalidade é essencial. Independentemente dos feitos sobre-humanos de que o capitalismo era capaz, ele encontrou na morte e nas línguas dois adversários tenazes. Idiomas específicos podem morrer ou ser eliminados, mas não havia e não há possibilidade de unificação linguística geral da humanidade. No entanto, essa incompreensibilidade mútua foi historicamente de pouca importância até que o capitalismo e a imprensa criaram um público leitor de massa monoglota. Embora seja essencial ter em mente uma ideia de fatalidade, no sentido de uma condição geral de diversidade linguística irremediável, seria um erro equiparar essa fatalidade ao elemento comum das ideologias nacionalistas que enfatizam a fatalidade primordial de idiomas específicos e sua associação com unidades territoriais específicas. O essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo. (Anderson, 2006, p. 42-3)

No entanto, apesar de já termos condições de entendermos a dimensão do que significa *nação*, as origens intelectuais do termo *nacionalismo*, por sua vez, não são precisas. Segundo John Kane (2014), apesar de a produção teórica sobre o nacionalismo ser bastante vasta, principalmente na modernidade, poucos são ditos ‘teóricos nacionalistas’ *per se*, tal qual seriam os teóricos de outras correntes filosóficas, como, por exemplo, liberais, marxistas, conservadores ou feministas. (p. 1) Os filósofos que mais se aproximam desta classificação seriam Herder e Fichte, ambos nomes significativos do Romantismo em seu alinhamento político. (Pascual, 2019, p. 6)

Um ano antes de Fichte iniciar os famosos quatorze discursos na Academia de Ciências de Berlim, que posteriormente seriam compilados na obra *Discursos à Nação Alemã*, a Prússia — último estado alemão que resistia à invasão napoleônica — havia sido tomada pela França. Neste momento, Fichte utiliza-se de um título provocador para o público, endereçando os discursos a uma ‘nação alemã’, apesar de o conceito de ‘Alemanha’ nem sequer existir para além de uma mera noção geográfica à época, visto que ainda não havia uma visão unitária do Estado alemão. (Moore, 2009, p. xi-xii) Esse contexto histórico-discursivo foi cabal para conferir ao filósofo um lugar privilegiado dentre os teóricos nacionalistas.

Herder, por sua vez, posicionou-se contrário ao afrancesamento dos costumes germânicos, responsáveis pela constituição do *Volksgeist*⁶ que tornava o povo alemão único, distinto de qualquer outro. Para ele, todos os povos, de alguma forma única, contribuíam para o mundo com algo de valor. (Birch, 1989, p. 16-17) Segundo Breuilly, desse radical argumento de que toda sociedade é única, desdobraram-se as características da ideologia nacionalista. (Breuilly, 1993, p. 56) No entanto, também foi esse aspecto romântico de Herder, crítico literário e professor de Goethe, que foi utilizado por Fichte a fim de constituir o programa político supramencionado que, para além de distinguir a nação alemã de outras, também a elencava como superior às demais.

O grande Johann Gottfried von Herder (1744-1803) havia declarado, no final do século XVIII, que: ‘Denn jedes Volk ist Volk; es hat seine National Bildung wie seine Sprache.’ [Pois cada povo é um povo; ele tem sua educação nacional e seu idioma.] Essa concepção esplendidamente *eng-* europeia de nacionalidade ligada a um idioma de propriedade privada teve grande influência na Europa do século XIX e, mais especificamente, na teorização subsequente sobre a natureza do nacionalismo. (Anderson, 2006, p. 67-8)

O fenômeno de busca pelo sentimento de unicidade, no entanto, não se deteve somente nos países europeus; pelo contrário, “as décadas entre 1815 e 1835 testemunharam um despertar de um desejo generalizado por identidade nacional que, muito brevemente, resultaria na formação de uma consciência nacional e ideologia americanas.” (Mueller-Vollmer, 1987, p. 415) Assim, o uso da etnicidade para diferenciar nações entre si constituiu uma doutrina filosófica comumente denominada Nacionalismo Romântico, entre os séculos XVIII e XIX. (Pascual, 2019)

Tal perspectiva de estudo do nacionalismo ficou conhecida como etnonacionalismo. Sobre o assunto, Walker Connor aponta na introdução do seu livro, *Ethnonationalism: The Quest for Understanding*, que a diferenciação entre etnonacionalismo e nacionalismo apenas existe quando o termo nacionalismo não é utilizado em seu sentido “puro”. Em outras palavras, o autor defende que a raiz

⁶ Isaiah Berlin (2009) aponta que “cada grupo, de acordo com Herder, tem seu próprio *Volksgeist* - um conjunto de costumes e um estilo de vida, uma maneira de perceber e se comportar que tem valor apenas por ser sua. Toda a vida cultural é moldada a partir do fluxo particular de tradição que vem da experiência histórica coletiva compartilhada apenas pelos membros do grupo (...) Herder acreditava em uma variedade de culturas nacionais, todas as quais poderiam, em sua opinião, coexistir pacificamente. Cada cultura era igual em valor e merecia seu lugar ao sol. Para Herder, os vilões da história eram os grandes conquistadores, como Alexandre, o Grande, César ou Carlos Magno, porque eles acabaram com as culturas nativas” (p. 30-31). Sobre sua própria perspectiva acerca do termo, agrega ainda que “um *Volksgeist* ferido, por assim dizer, é como um galho torto, forçado tão severamente que, quando liberado, reage com fúria. O nacionalismo, pelo menos no Ocidente, é criado por feridas infligidas pelo estresse.” (p. 31)

principiológica do nacionalismo refira-se necessariamente à identificação de um povo a sua ancestralidade:

Uma provável primeira resposta ao título deste livro, Etnonacionalismo, é "O que é isso e como difere do simples nacionalismo?". A resposta é que não há diferença se o nacionalismo for usado em seu sentido puro. Infelizmente, raramente é esse o caso. (...) O uso descuidado dos termos principais, nação e nacionalismo, é mais a regra do que a exceção, mesmo em obras que supostamente lidam com o nacionalismo. Conforme utilizado ao longo deste livro, nação denota um grupo de pessoas que acreditam estar ancestralmente relacionadas. Nacionalismo, por sua vez, denota identificação com e lealdade à nação, conforme já definido. Não se refere à lealdade ao país. Admitidamente, o etnonacionalismo tem uma redundância interna e é usado apenas para evitar qualquer mal-entendido em relação ao nosso foco. Ao longo deste trabalho, nacionalismo e etnonacionalismo são tratados como sinônimos. (Connor, 1994, p. ix)

Em estudos mais contemporâneos, todavia, amparados na modernidade como paradigma de análise, nomes de autores como Hobsbawm, Kedourie e Breuilly se sobressaem. (Pascual, 2019) Apesar de John Breuilly (2000) também apontar a problemática de definição do termo nacionalismo, entende-o em alcance mais amplo devido ao enfoque da análise, visto que, para ele, “noções como ‘origem comum’ e ‘linguagem’ geram mais perguntas do que respostas”. (Breuilly, 2005, p. 69) Segundo o autor, o nacionalismo pode ser entendido, na realidade, em três grandes áreas de estudo: sentimento, política e doutrina. Assim, interessa-nos o estudo da dimensão política, apesar das limitações desse delineamento de estudo:

Por fim, pode-se concentrar a análise na política. Essa é a abordagem que adoto, mas é importante reconhecer suas limitações. Em si, a importância e as conquistas de um movimento político nada dizem sobre a história da doutrina nacionalista ou sobre o grau de disseminação dos sentimentos nacionais por toda a população que o movimento nacionalista afirma representar. (Breuilly, 2000, p. 157)

Dessa forma, apesar das abordagens históricas e etno-nacionalistas, salienta-se que o presente trabalho tem como norteamento a concepção de nacionalismo enquanto uma categoria moderna e, mais especificamente, política, conforme delimitado por John Breuilly.

1.3.1. A modernidade como chave analítica

Em entrevista concedida durante a Conferência Anual da Associação para o Estudo da Etnicidade e Nacionalismo (ASEN), Breuilly apresentou-se como “defensor da abordagem modernista como a mais correta para se entender o nacionalismo”. (Martins, 2006, p. 24) Para Anthony Smith, existe uma estreita relação entre nacionalismo e religião

(Perkins, 2006; Smith, 2003); para Breuilly, por sua vez, o nacionalismo se apresenta como ideologia distinta das demais porque ‘toda a sociedade’⁷ se apresenta como legitimadora do discurso nacionalista. (Breuilly, 2005, p. 83)

Assim como nacionalismo, Breuilly defende que identidade nacional e nação são conceitos da modernidade e melhor compreendidos dentro de uma ótica política. Diferentemente de outros autores, como Benedict Anderson (2006) e Anthony Smith (2003), com outros enfoques temáticos para tratar questões relativas ao nacionalismo, Breuilly (2000) concentra seus estudos nas transformações da natureza do poder e o uso político do nacionalismo.

Nesse sentido, John Breuilly (2000) realiza estudo que relaciona o nacionalismo à sociopolítica, ou seja, centraliza a política na análise acerca da temática. Isso porque, para o autor, além de um sentimento de pertencimento, o nacionalismo se apresenta também como força política cuja mobilização social apresenta objetivos específicos.

O autor aponta que o nacionalismo surge em decorrência de uma evolução do uso político do conceito de nação. Na época pré-moderna, tanto nações quanto identidades nacionais eram limitadas, perspectivas por vezes destinadas às elites, de forma a não conciliar identidades culturais e propósitos políticos. Assim, em *Changes in the political uses of the nation: continuity or discontinuity?*, Breuilly (2005) aponta que o conceito de identidade nacional somente se torna significativo na era moderna, visto que as transformações oriundas da modernidade foram responsáveis por modificar o conceito de nação, fortalecer a identidade nacional e gerar o nacionalismo.

Nota-se, portanto, a ausência de uma continuidade da perspectiva pré-moderna de nação, a qual sofreu alterações tais que quaisquer conexões entre o conceito atual de nação e conceitos pré-modernos somente podem ser realizadas se ignorada essa descontinuidade terminológica e de uso. No entanto, ainda assim, são observados esses apelos comparativos, mormente em discursos políticos, a fim de intensificar discursos nacionalistas:

No entanto, somente ignorando os usos limitados, distintos, mutáveis e descontínuos a que essas palavras foram submetidas, e prestando pouca atenção às instituições e aos interesses que produziram e reproduziram essas ideias, é que se pode simplesmente combinar palavras dos discursos pré-modernos com as mesmas palavras ou palavras semelhantes dos discursos modernos para produzir

⁷ Para o presente trabalho, importa destacar que as aspas encontram-se presentes no original. Veja: “What makes nationalist ideology special is that the nation, as a ‘whole society’, becomes the source of legitimacy, not an instrument deployed or appealed to by an authority legitimized in other ways.” BREUILLY, John. (2005). *Changes in the political uses of the nation: continuity or discontinuity?* p. 83

falsas noções de semelhança e continuidade. A correspondência não estabelece a comparabilidade do significado ou da importância dos termos nacionais ou dos processos institucionais de transmissão de tais termos. Sob condições de modernidade, esses processos são transformados. A conexão com usos pré-modernos assume a forma de apropriação de termos antigos para novos propósitos, e não de repetição ou construção dos significados anteriores desses termos. Além disso, quando existe uma demanda por termos nacionais modernos, ela pode ser suprida mesmo que não haja termos antigos convenientemente disponíveis. (Breuilly, 2005, p. 93)

Após a era moderna, o nacionalismo passou a se apresentar como ferramenta discursiva que possui diversas dimensões, desde a emocional à de estratégia política, uma vez que “a ideia política preponderante dos tempos modernos, que é a de que o mundo se divide basicamente numa série de Estados, cada um dos quais representa uma nação, e de que, na medida em que isso não acontece em algumas partes do mundo, deve vir a acontecer.”. (Breuilly, 2000, p. 158) Desse modo, o autor define o conteúdo dessa política da seguinte forma:

Meu interesse concerne ao nacionalismo como política. No que diz respeito ao conteúdo dessa política, defino-o como baseado nas seguintes afirmações:

1. Existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos.
2. A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação.
3. A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano.

Os movimentos políticos que fazem essas afirmações são modernos, essencialmente movimentos dos dois últimos séculos. (Breuilly, 2000, p. 158)

Nessa esteira de pensamento, Breuilly (1993) aponta que o nacionalismo “apela muito mais para uma identidade política do que para uma identidade em termos genéricos”. (p. 382, n.t.) Importa, no entanto, definir os conceitos de identidade nacional e nacionalismo conforme a abordagem que orientará este trabalho.

Portanto, para os fins da presente análise, entende-se nacionalismo dentro de uma perspectiva moderna e política, tal qual proposto por Breuilly. Identidade nacional, por sua vez, apresenta-se como o contínuo processo de reinterpretação pelo qual se mantêm e se transmitem valores associados à nação, sendo compreendido dentro disso símbolos, memórias e mitos nacionais. (Breuilly, 2005, p. 67) Cuida-se, assim, de um processo de preservação, ainda que os símbolos possam ser reapropriados e modificados com o tempo, de elementos culturais relativos a uma concepção sentimental histórico-patriótica, mas principalmente política, dentro da comunidade que se reconhece tal qual uma nação.

Dentro dessa ótica, interessa-nos analisar se a Amazônia foi, ou não, utilizada de dentro de discursos nacionalistas a fim de reforçar a identidade nacional brasileira e

reposicionar o Brasil internacionalmente. Para tanto, valemo-nos da abordagem teórica de Sérgio Buarque de Holanda (2000) que discute a idealização da natureza nacional, conforme se observa historicamente na Literatura Romântica, por exemplo, responsável por forjar embrionariamente perspectivas nacionalistas no Brasil.

1.4. Romantização paradisíaca

Há um fascínio mundial pela Amazônia, e sua preservação é de interesse global. (Coelho & Julião, 2008) De fato, esse deslumbramento pela natureza presente nas Américas remonta aos tempos coloniais, quando europeus que empreendiam grandes viagens marítimas criam estar defronte a um paraíso terreal, como Sérgio Buarque de Holanda (2000) descreve em seu livro *Visão do Paraíso*:

De qualquer modo não se poderá dizer que a sedução do tema paradisíaco tivesse sido menor para os portugueses, durante a Idade Média e a era dos grandes marítimos, do que o fora para outros povos cristãos de toda a Europa ou mesmo para judeus e muçulmanos. E não é menos certo pretender-se que tal sedução explica muitas das reações a que dera lugar, entre eles, o contato de terras ignoradas no ultramar.

A crença na realidade física e atual do Éden parecia então inabalável. (...) e aquela crença não se fazia sentir apenas em livros de devoção ou recreio, mas ainda nas descrições de viagens, reais e fictícias, como as de Mandeville, e sobretudo nas obras dos cosmógrafos e cartógrafos. (Holanda, 2000, p. 183)

Dessa forma, a fixa crença de que seria possível haver um paraíso terreal orientava os olhares dos marítimos em procurá-lo em suas descobertas e desventuras:

Assim, a fabulosa narrativa das viagens “nas quatro partidas do mundo de Dom Pedro, o Infante de Portugal, consta que, tendo esse príncipe alcançado licença do Peste João para ir até onde não houvesse mais geração de homens, venceu 17 jornadas de dromedário (os dromedários que lhe deu o Preste), que valem por 680 léguas, sobre um deserto onde não há caminho por mar ou terra, e chegou à vista de umas montanhas, de onde não quiseram ir além os homens mandados a acompanhá-los, e avistou então o Tigre e o Eufrates e o Giom e o Fison, que são os rios do Paraíso Terreal, e mais não viu.

(...) escreveu Mandeville, que nenhum homem conseguiu chegar lá pelo próprio capricho *se ce nestoit par especial grace de Dieu*. Por especial graça de Deus: isso mesmo dará a entender Cristóvão Colombo, quando, chegado à altura da “província” do Pária, se imagina à porta do Paraíso Terreal. “Já disse”, escreve, “aquilo que achava deste hemisfério e da sua feitura, e creio, se passasse por debaixo da linha equinocial, que ali chegando, neste lugar mais alto achara maior temperança e diversidade nas estrelas e nas águas, não porque acredite que onde se acha a altura extrema seja possível navegar-se ou seja possível subir até lá, pois creio que lá está o Paraíso Terrestre, onde ninguém pode chegar, salvo por vontade divina [...]”. (Holanda, 2000, p. 193-4)

No entanto, se para o autor, o primeiro contato dos europeus com esse “Novo Mundo” deu-lhes a impressão de terem chegado ao Éden; para nós, isso iniciaria um grande processo de idealização e exotização da fauna e flora do chamado “Novo Mundo”

perceptível em diversos meios, como a Literatura Romântica, por exemplo, cuja perspectiva, em uma de suas vertentes, era exaltar o nacional.

Aqui, a Literatura Romântica brasileira servirá como evidência dos costumes da época, uma vez que “a poesia é uma maneira particular de pensar” (Chklovski, 1973) e se encontra conectada com a vida social, “na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens”. (Cândido, 2009, p. 2) Ademais, segundo Antonio Cândido, “na América Latina, a literatura foi frequentemente uma atividade devoradora. Quero dizer que durante a formação nacional dos nossos países quase tudo devia passar por ela, e por isso ela foi uma espécie de veículo que parecia dar legitimidade ao conhecimento da realidade.” (Cândido, 1995, p. 15)

Desse modo, nota-se que a Literatura Romântica brasileira, conectada com a perspectiva de exaltação ufanista em uma de suas vertentes, reflete a idealização da natureza nacional até hoje utilizada em discursos nacionalistas. Tal característica pode ser percebida, por exemplo, na descrição de paisagens exuberantes da fauna e flora locais, apresentando o Brasil como um paraíso intocado, tal qual era a visão dos primeiros colonizadores europeus. Na tentativa de cravar um nacionalismo brasileiro bem como o sentimento de orgulho e a identidade nacional, os escritores românticos procuravam enaltecer a natureza do país, promovendo uma visão idealizada acerca da própria nação:

A ideia de um novo país produz na literatura algumas atitudes fundamentais de surpresa, interesse pelo exótico, certo respeito pelo grandioso e esperança nas possibilidades. A ideia de que a América constituía um lugar privilegiado se expressou em projeções utópicas que atuaram sobre a fisionomia da conquista; e Pedro Henríquez Ureña lembra que o primeiro documento sobre nosso continente, a carta de Colombo, estabelece o tom de admiração e exaltação que seria comunicado à posteridade. (...) Esse estado de euforia foi herdado pelos intelectuais latino-americanos, que o transformaram em instrumentos de afirmação nacional e justificativa ideológica. A literatura tornou-se uma linguagem de celebração e apego terno, favorecida pelo romantismo, apoiada na hipérbole e na transformação do exotismo em um estado de alma. (Cândido, 1989)

Nesse sentido, o crítico literário brasileiro, Antônio Cândido, aponta que diversas percepções e influências europeias foram transplantadas à Literatura brasileira em seus anos iniciais, perceptível na idealização dos nativos, da fauna e da flora. Para o autor, a adoção de elementos europeus na Literatura brasileira, exemplificada pela descrição do indígena como cavaleiro medieval e a demasiada idealização da natureza, tornou-a uma forte expressão dos costumes coloniais. (Paz, 2019, p. 15-16; Cândido, 2009, p. 3) Assim, para realização da análise das características do discurso nacionalista brasileiro,

interessa-nos a coincidência do fortalecimento do discurso nacionalista na Europa e a ascensão do Romantismo, nos séculos XVIII e XIX, bem como as características dos discursos ufanistas no Romantismo brasileiro como fator de expressão do nacionalismo.

A mudança da concepção iluminista de governo do século XVIII e sua visão pragmática de nação para uma autoconsciência nacionalista preocupada com suas próprias tradições nacionais fez parte do romantismo europeu. Uma vez plenamente desenvolvida, a ideologia do nacionalismo acompanhou o surgimento do Estado-nação como veículo da revolução industrial, o triunfo do capitalismo e o imperialismo colonial durante a segunda metade do século XIX. A consciência nacionalista encontrou expressão nos três domínios da cultura, da política e da história, e não cederia até que tivesse unido todos os três sob sua bandeira vitoriosa. O que unia esses três domínios era a crença utópica no progresso, a crença no desenvolvimento triunfante dos poderes da nação e na ideia de uma tarefa nacional específica a ser cumprida, seja ela o "destino manifesto", a visão de uma nação americana que se estendesse do Atlântico ao Pacífico, ou a unificação nacional, como no caso da Alemanha. (Mueller-Vollmer, 1987, p. 416, n.t.)

As peculiaridades históricas do fortalecimento do nacionalismo concebido no Brasil podem ser destacadas, portanto, por meio da observação de como o movimento romântico-ufanista se estruturou no país, servindo a Literatura Romântica Brasileira como índice para tanto. Assim, importa destacar que o Romantismo não foi tão somente um movimento literário, mas adquiriu proporções imensamente significativas, atravessando as artes e entrando em outras disciplinas. Embora haja certa dificuldade em definir a terminologia, devido às diferentes facetas que assumiu nos países em que foi vivenciado, em geral os "românticos" — autodenominação posteriormente aceita e incorporada pelos críticos — celebravam a beleza natural, a idealização, a priorização das emoções sobre a razão. Além disso, havia dentre eles um certo fascínio pela cultura *folk*,⁸ nacionalismo, passado medieval, bem como também determinado interesse pelo que era tido como exótico ou até mesmo monstruoso. (Varner, 2014, p. 2-5)

⁸ Aqui, uma distinção importante. Por um lado, o dicionário Cambridge entende a palavra 'folk' como pessoas de um grupo em particular; por outro, como tradições de um determinado grupo ou país, especialmente aquelas de pessoas que vivem no campo, e geralmente as transmitem de pais para filhos por um longo período de tempo. Neste último sentido, está também a reportagem do jornal Germany Daily que, em sua manchete elencando 10 exemplos de comunidades folk, define-as assim: "A cultura popular (folk) é a tradição de grupos isolados que vivem em harmonia longe das grandes sociedades. (...) Sua cultura é chamada de cultura popular porque não se tornou *mainstream* e é praticada por um grupo de pessoas homogêneas. Ou vivem em áreas distantes, longe do mundo, ou migraram em um pequeno grupo homogêneo." Para mais: MULLER, S. (2021) 10 Best Examples of Folk Culture. In: German Daily. Published on May, 31th, 2021. No entanto, apesar das definições contemporâneas, importa destacar que os Românticos normalmente admiravam suas culturas de origem, elevando-as e as idealizando, devido ao forte traço nacionalista das obras românticas, como foi o caso de Gonçalves Dias, no Brasil, por exemplo, ou de Victor Hugo, na França. Ambos, à sua maneira, elevavam seu país de origem, conferindo-lhes atributos de glórias, monumentais descrições de espaço e idealização nacional.

No Brasil, o Romantismo também se apresentou com grande variedade de formas. Por tamanha abrangência, é de costume separar didaticamente o estudo do Romantismo brasileiro em três fases: (i) Indianismo, (ii) Ultrarromantismo ou Byroniana (ainda, Mal-do-Século) e (iii) Condoreira ou Hugoana. Assim, ainda que não haja uma rígida delimitação temática, visto que certas características transitam entre as fases, costumou-se relacionar a primeira fase ao nacionalismo e à exaltação das belezas naturais do país; a segunda, à exaltação dos sentimentalismos e à idealização da mulher, e a terceira, aos problemas sociais do país, como a abolição da escravatura. (Paz, 2019, p.16-17)

No entanto, diferentemente do que o discurso romântico-ufanista brasileiro assinala sobre uma fusão de culturas que influenciaram a vida cultural-literária, o que houve, de fato, foi a imposição de uma cultura europeia sobre as demais. Sobre o tema, Cândido explicita que:

Quanto ao Brasil estas observações são necessárias, apesar de óbvias, porque a nossa crítica naturalista, prolongando sugestões românticas, transmitiu por vezes a idéia enganadora de que a literatura foi aqui produto do encontro de três tradições culturais: a do português, a do índio e a do africano. Ora, as influências dos dois últimos grupos só se exerceram (e aí intensamente) no plano folclórico; na literatura escrita atuaram de maneira remota, na medida em que influíram na transformação da sensibilidade portuguesa, favorecendo um modo de ser que, por sua vez, foi influir na criação literária. Portanto, o que houve não foi fusão prévia para formar uma literatura, mas modificação do universo de uma literatura já existente, importada com a conquista e submetida ao processo geral de colonização e ajustamento ao Novo Mundo. Levando a questão às últimas conseqüências, vê-se que no Brasil a literatura foi de tal modo expressão da cultura do colonizador, e depois do colono europeizado, herdeiro dos seus valores e candidato à sua posição de domínio, que serviu às vezes violentamente para impor tais valores, contra as solicitações a princípio poderosas das culturas primitivas que os cercavam de todos os lados. Uma literatura, pois, que do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador. (Cândido, 2009, p. 3)

Os impactos do imperialismo são fundamentais para o entendimento do Romantismo nas Américas. (Bohls, 2013, p. 2) Cândido expõe que, com a colonização, houve forte imposição cultural europeia nas produções literárias interamericanas (Cândido, 2009, p. 2) e que o Romantismo, apesar de se reivindicar como proclamador de grande autonomia e novidade, ainda perpetua diversos traços árcades. (Cândido, 2004, p.16) Dessa forma, a literatura impregnava no leitor, ainda que por vezes de forma subliminar, as ideologias e valores que a Europa propagava.

Essa análise de Cândido sobre o Romantismo Brasileiro se exalta na medida em que seu trabalho na crítica literária se apresenta como verdadeira crítica cultural, associando as mudanças no discurso literário às mudanças vivenciadas na organização da

sociedade. (Martínez, 1991, p. xvii) Seus estudos foram dedicados a entender a relação entre a literatura e a formação cultural do Brasil. (Lima, 2020) Dessa forma, observa-se que, malgrado o nacionalismo brasileiro registrado nas manifestações literárias exibisse um discurso de nova nação, na prática, por outro lado, apresentava fortes reflexos literários europeus, permitindo observar a incorporação de valores e teorias desenvolvidos na Europa e, posteriormente, impostos nas Américas.

Certo é que o clima de europeização e cosmopolitismo significou mudanças substanciais na vida das principais cidades americanas. Outras modificações virão a ocorrer no âmbito dos signos, pois as doutrinas e os modelos europeus favorecerão profundamente a intensificação do processo de transculturação entre a Europa e as cidades da América. (González, 2009, p. 2)

Nesse sentido, cabe perguntar: em que medida nossa autopercepção foi moldada por padrões externos, visto que nosso nacionalismo foi desenvolvido durante um movimento artístico-político que ainda bebia — ou melhor, se afogava — das fontes intelectuais europeias? Certamente uma questão a ser desenvolvida em outro trabalho, mas que, por hora, pode ajudar-nos a compreender que até mesmo a formação do ‘Novo Mundo’ estava permeada de características do Antigo.

Nota-se que a incorporação de vários aspectos europeus na literatura brasileira como, por exemplo, a caracterização do índio como cavaleiro medieval ou a extrema idealização da fauna e flora nacionais (Cândido, 2009; Paz, 2019), elevou a literatura ao patamar de “expressão da cultura do colonizador e, depois, do colono europeizado, herdeiro de seus valores e candidato à sua posição de domínio”. (Cândido, 2009, p. 3) Em *Literatura de Dois Gumes*, publicado originalmente em 1966, Cândido explica como uma literatura altamente influenciada pelos paradigmas europeus cumpriu sua função de impor violentamente os valores incorporados a ela. A obra apareceu pela primeira vez em uma palestra de Celso Lafer, na Cornell University, cuja tradução para o inglês deu à publicação o título *Literature and the rise of Brazilian self-identity*, em 1968. (Ewbank, 2016)

Dessa forma, o ufanismo natural, muito associado a essa ‘edenização’ da natureza das Américas, foi bastante fortalecido na cultura graças ao Romantismo. Assim, embora esse tipo de pensamento sobre a natureza das Américas tenha sido inicialmente forjado a partir de uma ótica europeia de exotização e romantização do Novo Mundo, essa visão foi apropriada por países de diversas regiões do globo, inclusive os próprios países americanos.

(...) um imaginário do paraíso difundido na América com esse repertório simbólico que devemos lembrar. E, sobretudo, esse imaginário posto em

circulação e estruturado em torno de motivos edênicos se tornará, a nosso ver, um habitat no qual se abrigará um pensamento mestiço. (Dutra, 2020, p. 58)

Observa-se como o Brasil não é apenas historicamente visto como um país de grande beleza natural e exótica, mas também reivindica esse lugar para si em muitas ocasiões. Nesse sentido, importa ressaltar que “nenhum conceito político é construído *ab nihilo*”. (Breuilly, 2005, p. 89). Dessa maneira, idealizar a Amazônia e associá-la a um valor inerente à nação brasileira remete à forma como essa percepção foi historicamente construída. Isso porque o discurso nacionalista, que se entrelaça ao de identidade nacional, vale-se do passado para se constituir.

Isso parece ser especialmente verdadeiro no discurso nacionalista que se baseia em motivos do passado para insistir na historicidade da nação. Olhando dessa forma, é impossível contestar argumentos perenes ou etno-simbólicos. Sempre haverá algo no período pré-moderno - idioma, rituais, nomes, costumes - que se assemelha ou é contínuo com o idioma, os rituais, os nomes e os costumes nacionais no período moderno. (Breuilly, 2005, p. 89)

Desse modo, acreditamos que o uso dessa reivindicação pode ser usado estrategicamente pelos políticos para construir, ou melhor, reforçar uma certa imagem internacional do Brasil, uma vez que a construção discursiva da Amazônia como um “Éden na Terra” atrai os interesses de outros países, seja para explorá-la, seja para protegê-la. Além disso, posiciona o Brasil de formas historicamente conflitantes internacionalmente a depender da orientação da política interna: por vezes mais próximo aos países da América Latina, em busca de alianças políticas; por vezes mais próximo dos países da Europa, em busca de financiamentos. Nisso constitui o argumento de Guimarães que encara o Brasil como um “Estado de complexo bom posicionamento internacional”.

1.5. Meu Brasil brasileiro, meu mulato inzoneiro, vou cantar-te nos meus versos

O que significaria chamar o Brasil de “mulato inzoneiro” tal qual faz João Gilberto em *Aquarela do Brasil*? Se “mulato” refere-se à miscigenação brasileira, inzoneiro, de acordo com o dicionário, seria a adjetivação daquele “que provoca intrigas; (...) característica de sonso”. (Dicio, 2024) Parece-nos que esse apelido se sustenta na medida em que, internacionalmente, o Brasil apresenta posicionamentos variáveis em relação aos países da Europa e da América Latina a depender do contexto histórico vivenciado. Isso porque o país passou por várias mudanças na forma como se posicionava, não apenas internamente, mas também em seu relacionamento com outros países.

Nesse sentido, Guimarães (2020) argumenta que o discurso diplomático brasileiro promove historicamente um complexo bom posicionamento do Brasil na América Latina e no Ocidente. Para demonstrar como essa identidade foi construída historicamente, o autor usa a noção de deslocamento, bem como o modelo de identidade de três camadas de Hagstrom e Gustafsson, a qual será mais bem explicada posteriormente.

Conforme Guimarães (2020), alguns Estados têm narrativas nacionais que demonstram um "descompasso entre suas aspirações regionais e as percepções dos outros". (p. 2) No caso do Brasil, embora não se enquadre em uma categorização comum de Estado deslocado nem em suas consequências, o país experimenta o que o autor chama de "uma sensação de desconforto em relação ao seu bom posicionamento", (Guimarães, 2020, p. 4) especialmente em relação ao seu posicionamento na América Latina e no Ocidente.

Essa problemática constituição da identidade nacional está diretamente relacionada aos aspectos coloniais, uma vez que a ruptura com a metrópole exigiu a formação de uma nova dinâmica na construção do Estado. (Moraes, 1991) Para melhor explicar a formação da identidade brasileira em suas múltiplas camadas, no que diz respeito à interação com as narrativas ocidentais e latino-americanas, Guimarães (2020) utiliza uma contextualização histórica dividida em três camadas.

Primeiro, considera-se a identidade luso-brasileira, desenvolvida durante o processo de independência, bem como o "americanismo", estabelecido durante o século XX, que favoreceu uma posição brasileira ambígua em relação à América Latina e um senso de inferioridade em relação à Europa. Em segundo lugar, a narrativa diplomática institucionalizada durante as décadas de 1950 e 1960 permitiu que o Brasil não apenas adotasse uma posição mais próxima das credenciais latino-americanas, mas também se juntasse ao Movimento dos Não Alinhados, reposicionando-se em relação ao Ocidente. Terceiro, com o aumento do poder do Brasil na região, o país começou a ser percebido como uma potência média ou líder regional, algo que é negado quando se enfrenta uma situação política adversa, mas geralmente invocado:

Essa última fase da política externa do Brasil indica a complexidade do repertório de identidade do país ao longo dos anos. Ela continua a mostrar contradições e ambiguidades com relação à formação da identidade do Brasil no Ocidente e na América Latina. Enquanto as narrativas de Cardoso e Lula abraçaram a identidade latino-americana do Brasil e a preferência do país por posições contra-hegemônicas em relação ao Ocidente, o discurso de Bolsonaro reposicionou o Brasil como um país ocidental com laços apenas circunstanciais com a América Latina. (Guimarães, 2020, p. 14)

Entretanto, é interessante observar como a geografia está entrelaçada com a história social dos países onde ocorreu o chamado "capitalismo tardio", devido à problemática legitimação social desses países. (Moraes, 1991) A fauna e a flora brasileiras sempre foram muito importantes para a construção de uma identidade nacional no Brasil, como aspectos que foram abordados até mesmo no hino nacional, bem como exaltados na literatura nacional, (Cândido, 2009) o que nos remonta à presença da perspectiva paradisíaca da natureza brasileira no discurso de governantes, principalmente com fins de mobilizar discursos nacionalistas e situar o Brasil de formas conflitantes internacionalmente.

1.6. Considerações finais

Assim, se historicamente as dinâmicas do nacionalismo e do uso político de nação atravessaram transformações que culminaram no fortalecimento de identidades nacionais, verifica-se também que os discursos igualmente se transformaram, apesar de apresentarem, entre si, um fio condutor. Desse modo, importa averiguar como as circunstâncias políticas e sociais de um governo que se autodeclara patriota afetaram esse discurso. Isso porque, ao instrumentalizar o nacionalismo para propósitos políticos, certos tópicos tornam-se chave para o debate.

Nesse sentido, a Amazônia é historicamente utilizada como símbolo de identidade nacional brasileira. No entanto, verifica-se que a fauna e a flora nacionais são convencionalmente representadas de forma idealizada, devido a resquícios edênicos e coloniais da natureza, conforme estipula Holanda.

Assim, importa-nos investigar como se deu o uso desse ponto em particular nos discursos internacionais prestados à ONU por Jair Bolsonaro, a fim de compreender o nacionalismo não apenas como uma ideologia, mas principalmente como constelação de práticas e de discursos continuamente esculpidos por perspectivas de ordem políticas e sociais. Por fim, analisar quais os impactos de tal discurso no posicionamento do Brasil internacionalmente, considerando o histórico e conflitivo posicionamento do país perante Europa e América Latina.

CAPÍTULO 2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE

Uma vez que se pescou a entrelinha, podia-se com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. (Lispector, 1992, p. 34)

2.1. Para além de uma metodologia

Falar sobre metodologia, por vezes, remete-nos à reprodução imagética de uma ferramenta ou de um caminho, em que se pode ser utilizada uma “série de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir determinado conhecimento” (Zanella, 2006, p. 19). No entanto, para Norman Fairclough (2001), a Análise Crítica do Discurso (ACD) ultrapassa esse conceito, relacionando-se também a uma perspectiva teórica sobre semiose, em que o discurso é visto como fator intrínseco às práticas sociais. Isso ocorre porque “a ACD, em todas as suas várias formas, entende-se como fortemente baseada na teoria” (Meyer, 2001, p. 17), ultrapassando o mero enfoque metodológico. Nessa ótica, Fairclough (2001, pp. 121-2) defende:

Devo declarar desde já que tenho certas reservas com relação ao conceito de "método". Ele pode ser facilmente tomado como uma espécie de "habilidade transferível" se entendermos que um "método" é uma técnica, uma ferramenta em uma caixa de ferramentas, à qual se pode recorrer quando necessário e depois voltar para a caixa. Na minha opinião, a CDA é tanto teoria quanto método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a linguagem e, de modo mais geral, sobre a semiose (incluindo a "linguagem visual", a "linguagem corporal" etc.) como um elemento ou "momento" do processo social material (Williams, 1977), que dá origem a maneiras de analisar a linguagem ou a semiose dentro de análises mais amplas do processo social. Além disso, é uma teoria ou método que está em uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, que devem se envolver com eles de forma "transdisciplinar", e não apenas interdisciplinar, o que significa que os engajamentos específicos sobre aspectos particulares do processo social podem dar origem a desenvolvimentos de teoria e método que alteram os limites entre diferentes teorias e métodos (Fairclough, 2000a). (Fairclough, 2001, p. 121-2)

Conforme Fairclough, a ACD se apresenta como “forma de ciência social crítica, concebida como ciência social voltada para esclarecer os problemas com os quais as pessoas se deparam em determinadas formas de vida social e para contribuir com recursos que as pessoas possam utilizar para enfrentar e superar esses problemas” (Fairclough, 2001, p. 125). Assim, considerando tanto seu enfoque metodológico quanto teórico, a ACD será utilizada na análise dos discursos de abertura proferidos por Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia das Nações Unidas (ONU), ocorrida no ano de 2019.

Devido à abordagem da ACD, que compreende não somente as intersecções entre linguagem e poder, mas também sua dinâmica com práticas e estruturas sociais, a análise de discursos políticos demonstra-se como necessária a fim de avaliar maneiras em que o discurso é utilizado politicamente. Nesses contextos, a linguagem é, por vezes, utilizada com o intuito de reforçar identidades e justificar opções políticas. Nesse sentido, Barthes (1992) aponta que a linguagem e a língua são lugares onde se inscreve o poder:

(...) plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. (Barthes, 1992, p. 11)

Além disso, parece-nos que essa perspectiva teórico-metodológica de análise relaciona-se ao conteúdo que se pretende analisar. Breuilly (2005) ressalta a importância de estudar o nacionalismo, bem como suas consequências, considerando sua relevância política:

Análises de textos sofisticadas que exibem o 'discurso' do nacionalismo podem ignorar o fato de que estudamos o nacionalismo por causa de sua importância política. Para serem politicamente significativos, esses discursos devem ser adotados por movimentos, apelar para diferentes grupos sociais e ajudar a reordenar o poder político. (Breuilly, 2005, p. 89, n.t.)

Desse modo, a opção pela presente metodologia, portanto, deve-se ao fato de essa abraçar a complexidade dos discursos, examinando-os tanto em aspectos linguísticos quanto dentro dos contextos em que são proferidos, ultrapassando o mero caráter metodológico por conter definições próprias de termos, como é o caso da definição de discurso, que será trabalhada no próximo tópico. Assim, o processo de análise apresenta três estágios: descrição, interpretação e explicação, os quais serão detalhados ao longo deste capítulo.

Ainda, destaca-se que os discursos a serem analisados não somente estão disponíveis em fontes oficiais, como no sítio eletrônico da ONU e no Portal da Presidência da República, mas também dispensam consentimento para sua obtenção. Importa ressaltar, todavia, o desafio da subjetividade na investigação da ACD em esmiuçar as relações de poder presentes na linguagem. Na tentativa de combatê-la e de minimizar possíveis vieses, conferindo transparência e objetividade à pesquisa, serão utilizados procedimentos analíticos, como a seleção de palavras específicas, para orientar a presente análise.

Desse modo, discutiremos os critérios de seleção dos discursos, bem como os modos de condução da análise, que será desenvolvida em três frentes: textual, discursiva e social. Todas, em sua individualidade, contribuem para a compreensão das práticas discursivas e das relações de poder nos discursos analisados.

2.2. Princípios teóricos acerca do discurso

A abordagem de Norman Fairclough para a Análise Crítica do Discurso (ACD) parte da premissa de que a linguagem está intimamente e dialeticamente interconectada à vida social “de modo que a análise e a pesquisa social sempre precisam levar em conta a linguagem”. (Fairclough, 2003a, p. 2) Assim, Fairclough propõe uma análise discursiva cuja fundamentação considera a semiose como parte essencial dos processos sociais materiais. Nas palavras do autor, “o discurso é um elemento ou faceta inerente e irredutível de todos os fenômenos sociais e de toda mudança social.” (Fairclough, 2007, p.10)

Segundo o autor, a semiose compreende todas as formas de criação de significados, incluindo imagens visuais, linguagem corporal e verbal. Assim, tem-se que “a vida social pode ser entendida como redes interconectadas de práticas sociais de diferentes tipos (econômicas, políticas, culturais, etc.). Cada prática social inclui um componente semiótico.” (Fairclough, 2001, p. 122)

Todas as práticas sociais, no entanto, apresentam elementos, semióticos ou não, que se relacionam entre si dialeticamente. Fairclough (2001) defende que o discurso se apresenta como a representação de uma prática social por meio de elementos semióticos.

A semiose na representação e na auto-representação das práticas sociais constitui os discursos. Os discursos são representações diversas da vida social que são inerentemente posicionadas - atores sociais posicionados de forma diferente "veem" e representam a vida social de maneiras diferentes, discursos diferentes. Por exemplo, a vida das pessoas pobres e desfavorecidas é representada por meio de diferentes discursos nas práticas sociais do governo, da política, da medicina e da ciência social, e por meio de diferentes discursos dentro de cada uma dessas práticas que correspondem a diferentes posições dos atores sociais. A semiose no desempenho das posições constitui os estilos. (p. 123-4)

Desse modo, nota-se que essa metodologia com aporte teórico não apenas funciona como ferramenta ou caminho de análise, mas também apresenta seus próprios conceitos para determinados termos. A exemplo disso, há o discurso, o qual é compreendido para além da concepção de texto, abrangendo também o contexto sociocultural em que o texto é proferido, bem como os processos de produção, distribuição e consumo desse texto.

Dessa forma, ainda que seja “necessário ter em mente que não existe uma definição explícita e clara do discurso” (Ryndzionek, 2020, p. 99), tendo em vista a diversidade de conceituações a depender do teórico analisado, Fairclough (2001) propõe que os discursos se nutrem de representações da vida social.

Assim, a amálgama do texto às práticas sociais e discursivas em que se encontram fornece o necessário para a concretização daquilo que chamamos discurso. Destaca-se, portanto, que, com o tempo, “o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais, interconectado a outros momentos igualmente importantes para pesquisas em ADC”. (Resende e Ramalho, 2006, p. 9) Nas palavras de Fairclough: “discurso (ou ‘semiosis’) é concebido como um momento do social, dialeticamente interconectado com outros momentos”. (Fairclough, 2003b)

Igualmente importa esclarecer que o aporte teórico da ADC, que ultrapassa a mera perspectiva metodológica da análise, tem nascedouro em um amplo espectro de teorias, envolvendo linguística, gramática e sociologia; em outras palavras, uma verdadeira “Teoria Social do Discurso, vertente da ADC desenvolvida por esse linguista britânico” (Resende e Ramalho, 2006, p. 8). É nesse sentido transdisciplinar que Michael Meyer (2001) explica a ADC em detalhe:

A quais teorias os diferentes métodos se referem? Aqui encontramos uma grande variedade de teorias, que vão desde perspectivas microssociológicas (Ron Scollon) até teorias sobre sociedade e poder na tradição de Michel Foucault (Siegfried Jäger, Norman Fairclough, Ruth Wodak), teorias de cognição social (Teun van Dijk) e gramática, bem como conceitos individuais que são emprestados de tradições teóricas mais amplas. Como primeira etapa, esta seção tem como objetivo sistematizar essas diferentes influências teóricas. (Meyer, 2001, p. 17)

O objetivo da ADC, portanto, é examinar os entrelaçamentos entre discurso e outras facetas sociais, intrínsecas às reestruturações sociais em áreas negociais ou políticas (Fairclough, 2001, 2003a). A presente abordagem teórico-metodológica apresenta uma perspectiva de análise que encara o discurso para além de uma análise de texto, visto que o percebe como elemento que não apenas reflete, mas também modifica e é modificado por práticas socioestruturais de poder. Assim, a abordagem remete à teoria heterodiscursiva, também conhecida como *polifonia* ou *dialogismo*,⁹ elaborada por Bakhtin (1997), na

⁹ “O dialogismo, essência da teoria bakhtiniana do discurso, reitera a presença do sujeito na comunicação, que não é vista apenas como uma simples transmissão de informação, mas como uma interação verbal ou não verbal.” (Pires & Tamanini-Adames, 2010). Para mais detalhes, conferir Bakhtin, 1997.

medida em que considera os intertextos presentes no texto, as referências a outros contextos e a importância desses no discurso analisado.

Assim, a abordagem aqui proposta ressalta o entrelaçamento, portanto, entre elementos semióticos e não-semióticos nas práticas sociais, demonstrando como discursos podem se apresentar de diversas maneiras a depender da situação em que se encontram e dos atores sociais que os proferem. Nesse sentido, a perspectiva teórico-metodológica aqui proposta se apresenta como ferramenta de análise do enlace entre linguagem, poder e sociedade, propondo que os discursos podem influenciar, bem como ser influenciados, por práticas sociais e de poder. Desse modo, importa aprofundar os procedimentos analíticos presentes na estrutura esquematizada da ADC, além de detalhar as principais etapas que sustentarão a análise.

2.3. Procedimentos analíticos

Para desenvolver uma estrutura analítica para a ADC, Fairclough se inspirou no modelo teórico da ‘crítica explicativa’ de Roy Bhaskar (Fairclough, 2001). Filósofo conhecido por sua contribuição ao campo do Realismo Crítico e por sua preocupação em não somente descrever os fenômenos sociais, mas, sobretudo, explicá-los e analisá-los criticamente, Bhaskar (1974) desenvolveu uma perspectiva teórica que visava à melhor compreensão dos problemas sociais, analisando-os de forma mais profunda e criticando a “falácia epistêmica”, como a nomenclatura:

A manobra crucial de Bhaskar ao adaptar o procedimento transcendental kantiano não é, provavelmente, tanto a extensão explícita dos argumentos transcendentais para abranger a crítica imanente (pois Kant pode ser interpretado como engajado em uma crítica imanente da experiência humana), mas sim um aprimoramento e aprofundamento do foco dos argumentos transcendentais kantianos, da experiência em si para as práticas sociais enterradas em grande parte sem análise dentro do conceito de experiência (aqui, a prática da ciência experimental e a aplicação prática de seus resultados). (Hartwig, 2007, xiv-xv)

Desse modo, o autor considera o entrelaçamento entre ciência experimental e a aplicação prática de seus resultados, a fim de melhor alcançar a dimensão dos processos e estruturas sociais. Para Bhaskar (1974), portanto, não seria adequado compreender a ciência sem uma ontologia que considerasse a estratificação social no mundo:

Ver a ciência como uma atividade social, e como estruturada e discriminadora em seu pensamento, constitui um passo significativo na nossa compreensão da ciência. No entanto, argumentarei que, sem o apoio de uma ontologia revisada, e em particular uma concepção do mundo como estratificado e diferenciado também, é impossível evitar a Cila de considerar a estrutura dispensável a longo prazo (retornando ao empirismo) sem ser puxado para a Carídis de justificá-la exclusivamente em termos das necessidades fixas ou mutáveis da comunidade

científica (uma forma de pragmatismo neo-kantiano exemplificada por, por exemplo, Toulmin e Kuhn). (Bhaskar, 1974, p. xxx, n.t.)

Assim, influenciado por Bhaskar, Fairclough (2001) desenvolve uma detalhada forma de análise discursiva que considera dimensões linguísticas e práticas sociais, com o intuito de explorar a relação entre ambas, considerando também as estruturas de poder dentro da sociedade.

Uma estrutura analítica para ACD é representada esquematicamente abaixo. Ela é modelada com base no conceito de 'crítica explicativa' do teórico crítico Roy Bhaskar (Bhaskar, 1986; Chouliaraki e Fairclough, 1999):

1. Foco em um problema social que possui um aspecto semiótico.
2. Identificação dos obstáculos para que ele seja abordado, por meio da análise de:
 - a. a rede de práticas na qual ele está inserido,
 - b. a relação da semiose com outros elementos dentro da(s) prática(s) específica(s) envolvida(s),
 - c. o discurso (a própria semiose),
 - i. análise estrutural: a ordem do discurso,
 - ii. análise interacional,
 - iii. análise interdiscursiva,
 - iv. análise linguística e semiótica.
3. Considere se a ordem social (rede de práticas) de certa forma "precisa" do problema.
4. Identifique possíveis maneiras de superar os obstáculos.
5. Reflita criticamente sobre a análise (1-4). (Fairclough, 2001, p. 125)

Fairclough (2001) explica que a estrutura proposta apresenta tanto elementos relacionais quanto dialéticos. Nota-se que, após o diagnóstico do problema que se pretende analisar, é importante também identificar diretrizes de análise ainda pouco exploradas no deslinde da problemática. Após a identificação do problema social atravessado por aspectos semióticos que se pretende analisar, no entanto, importa realizar o cotejo do contexto social e das práticas discursivas e semióticas em que se apresenta o discurso para, a partir disso, identificar possíveis obstáculos de análise. Após isso, caso sejam identificadas quaisquer dificuldades de análise, é preciso refletir sobre formas de superá-las e, assim, finalmente, realizar uma reflexão crítica sobre a análise realizada. (Fairclough, 2001, p. 125-7)

No presente trabalho, por exemplo, a problemática a ser perseguida baseia-se na pergunta: baseando-se na Análise do Discurso Crítica (ADC), elaborada por Norman Fairclough, de que forma a floresta Amazônica foi flexionada discursivamente dentro do pronunciamento oficial brasileiro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2019? As diretrizes que se buscam explorar são: impactos internos do discurso

nacionalista que se vale de parâmetros ufanistas de representação da fauna brasileira; impactos no posicionamento do país perante a comunidade internacional.

Para tanto, a presente análise será dividida em três capítulos principais, em que cada parte da tríplice análise será enfocada: no primeiro, será analisada a parte morfossintática do pronunciamento; no segundo, a parte contextual e, por fim, os impactos refletidos e gerados pelo discurso. Ademais, como possíveis dificuldades de análise surgem devido à complexidade na limitação da análise de discursos internacionais e multitemáticos, serão estabelecidas escolhas lexicais (palavras determinadas) para a análise com o intuito de identificar se há, ou não, padrões no uso de determinadas palavras e/ou terminologias.

2.4. Análise textual — capítulo 3

Tendo em vista que a gramática se apresenta como um “sistema de regras de forma-significado-ação” (Van Dijk, 1977, p. 2), para uma completa análise do discurso, é preciso, inicialmente, realizar uma profunda análise textual. Isso porque tal escrutínio se presta ao exame detalhado dos elementos léxico-gramaticais que podem contribuir para a compreensão das relações de poder incrustadas no discurso.

Trata-se, portanto, do que Van Dijk (1977) alcunha como “estudo linguístico do discurso”. Nesse sentido, será realizada, no terceiro capítulo do presente trabalho, uma análise textual do pronunciamento de Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU, proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2019, considerando, para tanto, um exame detalhado do léxico, da estrutura morfossintática e semântica.

Por meio dessa etapa, será possível demonstrar como determinadas escolhas linguísticas refletem semânticas que podem reforçar posicionamentos políticos. Assim, tanto o léxico quanto o vocabulário presentes no discurso, além do escrutínio da estrutura gramatical em que essas palavras se encontram, serão componentes utilizados na análise com o intuito de revelar as relações semânticas.

Além dessas propriedades de “forma”, uma gramática também precisa especificar a estrutura de significado relacionada a esses forros, embora, no sentido estrito, o significado dos enunciados não seja “parte” da estrutura do enunciado, mas atribuído ao enunciado pelo usuário da língua. Nesse sentido, uma gramática é geralmente caracterizada como um SISTEMA DE REGRAS DE SIGNIFICADO DE FORMA TEÓRICA: ela também deve especificar como as estruturas morfossintáticas estão relacionadas às estruturas semânticas. (Van Dijk, 1977, p. 2)

A fim de identificar possíveis padrões de uso em palavras ou terminologias, serão examinadas as escolhas lexicais, com foco em termos relacionados à floresta amazônica. O enfoque pretende observar como essas palavras foram utilizadas, além de com que frequência e de que forma aparecem no discurso. Palavras como “floresta”, “soberania” e “preservação”, além de “Amazônia”, serão consideradas para verificar se há, ou não, a recorrência de determinado aspecto semântico que possa indicar intenções no discurso relativas ao uso discursivo da floresta tropical brasileira com finalidades políticas.

A escolha das palavras, portanto, não é aleatória. No caso em questão, a análise tanto quantitativa quanto qualitativa será realizada em relação a palavras relacionadas à Amazônia dentro do discurso de Bolsonaro, a fim de investigar qual ideia se apresenta nas falas do antigo presidente quando esse se refere à Amazônia tanto no contexto nacional quanto internacional.

Na análise quantitativa, serão utilizados recursos tecnológicos, como o auxílio de inteligências artificiais, para mapear a ocorrência das palavras selecionadas, auxiliando-nos a alcançar números de uso e repetição. Após isso, a análise quantitativa levará em conta a proximidade dessa palavra a outras, bem como em que posição se apresentam nas relações morfossintáticas. A título de exemplo, tem-se que a ocorrência do substantivo “Amazônia” próximo ao pronome possessivo “nossa” apresenta um significado distinto se estivesse próxima a outra palavra. Essas variáveis morfossintáticas com implicações semânticas serão consideradas na análise qualitativa.

Nota-se, portanto, que, ao longo da análise, será considerada a estrutura gramatical em que a palavra analisada se encontra, a fim de observar de que modo construções gramaticais e sintáticas se apresentam no discurso, afetando-o semanticamente. Nesse sentido, serão observadas as escolhas quanto ao uso das vozes verbais, se ativa ou passiva, modos verbais e conectores, além de outros elementos gramaticais. Desse modo, a análise da construção gramatical permitirá a observação de como a semântica desse discurso se estrutura e de que forma.

Por fim, a análise textual, conforme aplicada na ACD de Fairclough, permitirá um entendimento mais profundo de como o discurso político é estruturado para atingir objetivos determinados. A partir da análise do léxico e da construção gramatical do texto, será possível desvendar as estruturas morfossintáticas e semânticas que sustentam o discurso.

2.5. Análise das práticas discursivas — capítulo 4

Apesar de o escrutínio morfossintático ter importância ímpar para a análise semântica, “o discurso pode ter certas estruturas que, embora baseadas em regras convencionais, não podem ser adequadamente chamadas de linguísticas ou que, pelo menos, não podem ser explicitadas por uma gramática linguística” (Van Dijk, 1977, p. 4). Dentro dessas estruturas, está presente, por exemplo, o uso de estruturas narrativas ou estruturas estilísticas que são utilizadas como estratégias discursivas.

Assim, no capítulo 4, destinado à análise das práticas discursivas, serão explorados aspectos dos discursos que extrapolam a análise linguística: o contexto de produção e a intertextualidade com outros textos e momentos. Esses elementos permitirão o aprofundamento da análise de forma a ultrapassar o cerne meramente linguístico, demonstrando o impacto de outros textos, contextos e eventos no discurso.

O contexto de produção se refere à análise do ambiente político e social em que os discursos foram produzidos. Para tanto, deve-se considerar o cenário político do Brasil nas referidas épocas, incluindo as pressões internacionais sobre a questão ambiental e as políticas e posicionamentos internos quanto à Amazônia. Além disso, o contexto também envolve expectativas públicas, internas e externas, bem como os objetivos que se buscam alcançar com o discurso.

A intertextualidade, por sua vez, implica o uso de outros discursos como referências, construindo diálogos entre eles. Trata-se de um procedimento discursivo que pode utilizar outros textos, documentos ou, até mesmo, memórias coletivas; o que nos remete ao conceito de *polifonia* (ou *dialogismo*) bakhtiniana, ou ainda, heterodiscursividade, a depender da tradução trabalhada. Dessa forma, o sentido do discurso utilizado se atualiza a partir da relação dialógica entre a referência e o que é dito na contemporaneidade (Bakhtin, 1997). Para Bakhtin (1997), o ato de tomar consciência de algo é, por si, uma relação dialógica cujo sentido se atualiza com o contato com o outro.

No momento da apreensão do discurso atual, o sentido da mensagem de referência é atualizado.

Ver uma coisa, tomar consciência dela pela primeira vez, significa estabelecer uma relação dialógica com a coisa: ela não existe mais só em si e para si, mas para algum outro (já há uma relação de duas consciências). (...) O sentido sempre responde a uma pergunta. O que não responde a nada parece-nos insensato, separa-se do diálogo. (...) **O sentido é potencialmente infinito, mas só se atualiza no contato com outro sentido (o sentido do outro), mesmo que seja apenas no contato com uma pergunta no discurso interior do compreendente.** Ele deve sempre entrar em contato com outro sentido para revelar os novos momentos de sua infinidade (assim como a palavra revela suas significações somente num contexto). **O sentido não se atualiza sozinho, procede de dois sentidos que se encontram e entram em contato. Não há um “sentido em si”. O sentido existe só para outro sentido, com o qual existe conjuntamente. O sentido não existe sozinho (solitário) Por isso não pode haver um sentido primeiro ou último, pois o sentido se situa sempre entre os sentidos, elo na cadeia do sentido que é a única suscetível, em seu todo, de ser uma realidade.** Na vida histórica, essa cadeia cresce infinitamente; é por essa razão que cada um dos seus elos se renova sempre; a bem dizer, renasce outra vez. (Bakhtin, 1997, p. 381, grifo nosso)

Sendo o sentido potencialmente infinito e atualizado no contato com o sentido do outro, como afirma Bakhtin (1997), um político, ao se valer de uma determinada linguagem simbólica para se comunicar com determinado grupo, atualiza o sentido daquilo que é dito. Prefaciando a tradução para o português da grande obra bakhtiniana *Problemas da poética de Dostoiévski*, Paulo Bezerra (2008) aponta que, para esse feito dialógico, Bakhtin se distingue da psicanálise, pois elenca “como essencial a questão da consciência. ‘A consciência é muito mais terrível que quaisquer complexos inconscientes.’” (Bezerra, 2008, p. xxi).

No presente caso, a análise intertextual contempla referências a acordos internacionais, a declarações de outros líderes mundiais sobre a Amazônia ou, até mesmo, a eventos específicos, como os incêndios ocorridos em 2019. Ao identificar as conexões realizadas, torna-se possível perceber como o discurso se posiciona frente às referências.

A análise das práticas discursivas proporciona, portanto, a compreensão da construção recíproca entre discursos e realidades sociopolíticas. Analisando o contexto de produção e a intertextualidade, podemos desvendar as camadas complexas que moldam a produção discursiva, revelando as relações entre poder e ideologias que se apresentam nos discursos políticos.

Dessa forma, a análise de práticas discursivas a ser realizada no quarto capítulo deste trabalho também considerará a interseção entre os discursos políticos analisados e as possíveis referências a apelos nacionalistas, bem como ao mito da visão paradisíaca como

referência à Amazônia. Assim, a aplicação dos conceitos de Breuilly (1993, 2000) sobre nacionalismo aos discursos analisados permitirá explorar como Bolsonaro flexiona a categoria de “nação brasileira” para construir discursos.

Ademais, o mito da visão paradisíaca da Amazônia (Holanda, 2000) desempenha um papel significativo na construção de discursos sobre a fauna e flora brasileiras, representadas de forma romântica (Cândido, 2009; Paz, 2019). Isso porque, usualmente, a Amazônia é retratada em discursos conforme uma visão colonial-paradisíaca que, até os dias atuais, influencia percepções globais sobre a região.

No discurso proferido por Bolsonaro, todavia, o uso discursivo dessa visão paradisíaca foi utilizado para atender a objetivos políticos do governo. Historicamente, a Amazônia como patrimônio natural foi utilizada de forma idealizada com o intuito de posicionar o Brasil internacionalmente a fim de receber apoio externo (Deutsch e Fletcher, 2022). Parece-nos, no entanto, que Bolsonaro inova ao reinterpretar a narrativa de edenização a fim de enfatizar a soberania do país, afastando, ao invés de atraindo, países estrangeiros. Nesse sentido, sobressai o uso de discursos políticos com intuítos específicos, observando, assim, o que Breuilly sugere quanto ao uso do nacionalismo com o viés político.

Além disso, o apelo, no discurso, para perspectivas de identidade nacional demonstra como estratégias discursivas podem ser usadas com o intuito de provocar um público. Assim, a aplicação à análise dos discursos da teoria de Breuilly sobre nacionalismo (1993, 2000, 2005) permitirá explorar de que modo os discursos proferidos por Bolsonaro na ONU utilizam a variável da “nação” para flexionar posicionamentos políticos.

A interseção entre identidade nacional, mito da visão paradisíaca da Amazônia e perspectiva política do nacionalismo ilustra como os discursos são construídos de forma a transitar e, por vezes, influenciar dinâmicas dentro de políticas, sejam elas nacionais ou internacionais. Ademais, a metodologia de análise aqui trabalhada tem o condão de revelar camadas discursivas, escancarando relações de poder, ideologias e estratégias discursivas neles presentes.

Noutro giro, a análise também considerará o conceito de “Estado de complexo bom posicionamento internacional”, elaborado por Feliciano de Sá Guimarães (2020), segundo o qual o Brasil se apresenta com proeminência, conquanto apresentando uma postura instável, no cenário internacional. Para a análise, Guimarães (2020) se vale da análise de

discursos historicamente elaborados por diplomatas brasileiros e conclui que o país tenta equilibrar nas duas bandejas da balança tanto o desejo de pertencer ao quadro europeu quanto a necessidade de manutenção das credenciais de um país que ali não se enquadra. Ademais, outra inconsistência apresenta-se no fato de que o discurso o qual situa o Brasil como país latino-americano não nega a herança do colonialismo português, novamente afetando a ligação cultural com a América Latina:

Por um lado, a narrativa diplomática do Brasil indica uma aspiração de pertencer ao Ocidente, mas sem negar as credenciais do Brasil como um país em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo. Por outro lado, os diplomatas brasileiros percebem o Brasil como um país latino-americano, sem negar sua herança única do colonialismo português, uma noção que, de certa forma, minimiza as ligações do Brasil com os principais traços culturais da América Latina. Mostramos que essa sensação incômoda de "adequação" pode ser observada no complexo conjunto de identidades do Brasil, composto por três camadas de identidade sobrepostas e contraditórias. (Guimarães, 2020, p. 1, n.t.)

Para o autor, essas inconsistências afetam diretamente no que ele alinha de “complexo conjunto de identidades do Brasil”. Feliciano Guimarães (2020) argumenta que, nos discursos diplomáticos, o Brasil "prefere o meio-termo quando se trata de localizar o país entre a América Latina e o Ocidente.” (Guimarães, 2020, p. 1).

Em outras palavras, os diplomatas brasileiros demonstram um senso incômodo e ambivalente de posicionamento dentro da América Latina e do Ocidente, em vez de um senso forte de desencaixe, como demonstrado nos casos do Paquistão ou de Israel nesta edição especial. Eles reconhecem o Brasil como um país latino-americano e ocidental, e, portanto, não adotam uma narrativa que tenta diferenciar o Brasil de seus vizinhos mais próximos, mas também não se sentem totalmente confortáveis com definições rígidas para as identidades nacionais do Brasil. Sua ambivalência em relação ao Ocidente é representada por uma identificação permanente com a condição de país em desenvolvimento e do Terceiro Mundo. Seu desconforto em relação à América Latina é demonstrado pela aceitação das raízes históricas do colonialismo português no Brasil e de sua rivalidade histórica com os estados hispano-americanos, os principais criadores da América Latina como identidade nacional e regional. (Guimarães, 2020, p. 2)

É nesse sentido que o autor desenvolve a perspectiva de uma complexa identidade brasileira, baseando-se num modelo que considera três níveis, utilizando, para tanto, a teoria de Hagstrom e Gustafsson (2015), segundo a qual há um modelo de “três camadas de identidades associado a papéis como as principais manifestações da identidade estatal.” (Guimarães, 2020, p. 2).

Essa problemática constituição da identidade nacional brasileira está diretamente relacionada a aspectos geográficos e a heranças coloniais, uma vez que a ruptura com a metrópole requereu a formação de novas dinâmicas na construção do Estado colonial na periferia ultramarina que sofreu com o capitalismo hipertardiado (Moraes, 1991). Dentro

dessa perspectiva, Guimarães também disserta sobre o impacto de outras identidades nacionais históricas na construção da primeira camada identitária brasileira:

A primeira camada é composta por identidades nacionais históricas, como a identidade luso-brasileira e o americanismo. A segunda camada envolve identidades institucionalizadas relacionadas a conceitos típicos de política externa criados nas décadas de 1950 e 1960, como autonomia e alinhamento. Foi nesse período, por exemplo, que o Brasil adotou a identidade de país do Terceiro Mundo e reconectou-se com suas raízes africanas em sua narrativa diplomática oficial. Finalmente, a terceira camada é a menos institucionalizada e é caracterizada pelo uso de vários papéis contemporâneos construídos sobre as duas camadas anteriores, como 'potência não ocidental', 'líder regional', 'potência média' e 'potência emergente'. (Guimarães, 2020, p. 2)

Para conduzir a análise, relacionamos a teoria sobre o “Estado inquieto bem-posicionado”, de Guimarães (2020), à teoria do mito paradisíaco de Sérgio Buarque de Holanda (2000), bem como às teorias nacionalistas de Breuilly (1993, 2000, 2005). Nosso intuito é analisar, neste capítulo, se as práticas discursivas com estruturas narrativas ou estilísticas sobre a floresta Amazônica novamente auxiliam o país a se posicionar internacionalmente na estrutura sugerida por Guimarães, ou não.

Isso porque, segundo o autor, “o modelo de identidades em três camadas mostra que o Brasil, de fato, demonstra uma preocupação com a validação dos outros para corroborar seu senso de Si, uma característica típica de Estados fortemente desencaixados” (Guimarães, 2020, p. 14). O pronunciamento de Bolsonaro proferido na ONU se vale da floresta tropical de forma distinta àquela outrora utilizada pelos governos anteriores, não se aproximando de países ocidentais, tampouco dos pertencentes à América Latina. Nesse sentido, o apelo ao nacionalismo, observado no pronunciamento pelo uso discursivo da Amazônia, conecta-se à resistência à pressão internacional, bem como afasta interferências ou críticas de outros países, fechando o país a relações externas. Isso ocorre porque o país se apresenta como o defensor máximo da floresta, apesar de a Amazônia enfrentar fortes queimadas em 2019. O reforço da soberania estatal brasileira, todavia, afeta também a relação com outros países.

2.6. Análise das práticas sociais — capítulo 5

No último capítulo, focado na análise das práticas sociais, será observado como as relações internacionais foram afetadas. Assim, o contexto dos discursos será novamente considerado, agora em nível distinto da análise textual e/ou discursiva, já trabalhadas anteriormente. Nesse momento, respostas internacionais e relações com outros países serão

analisadas a fim de revelar como a dinâmica internacional se apresentou quanto à matéria relativa à floresta Amazônica.

Para tanto, serão consideradas notícias jornalísticas que reportaram as principais dinâmicas internacionais à época dos fatos. Nesse momento, o objetivo é transpassar uma visão geral de como se portaram os países diante dos posicionamentos assumidos pelo Brasil internacionalmente nos discursos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Dessa forma, o nacionalismo bolsonarista será uma dimensão a ser considerada na análise das práticas sociais visto que se vale de argumentos relativos aos recursos naturais do país, apresentando a floresta amazônica, ao que nos parece, como patrimônio a ser salvaguardado pela soberania nacional.

Na análise final, será questionada, portanto, a perspectiva nacionalista de identidade nacional brasileira baseada em uma representação de recursos naturais calcada em mitos paradisíacos e coloniais, articulando, junto a essa reflexão, a perspectiva da “complexa identidade brasileira”, segundo Guimarães (2020). O objetivo é observar possíveis impactos do nacionalismo ufanista nas relações internacionais acerca de temas relativos à Amazônia.

Dessa forma, o presente trabalho, após perpassar a análise texto-gramatical e de práticas discursivas, encerrará com a flexão do eixo teórico e metodológico a fim de selar a análise das práticas sociais, demonstrando a intersecção entre linguagem, sociedade e poder, tal como sugere Fairclough (2001, 2003a, 2003b). Nota-se, assim, como o discurso se apresenta como agente e passivo nas transformações sociais, relacionando-se às relações de poder e práticas ideológicas. A ADC fornecerá a lente crítica necessária para enxergar os entrelaçamentos existentes nas interações entre política global e linguagem.

CAPÍTULO 3. AS ESCOLHAS NÃO SÃO ARBITRÁRIAS OU DA ANÁLISE TEXTUAL DO DISCURSO

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação. (Barthes, 1992, p. 11).

3.1. Atos preparatórios

Convencionou-se, desde 1955, que o primeiro país a discursar na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) seria o Brasil, visto que, nas primeiras sessões da organização, nenhum país se prontificou a iniciar os debates (Machado, 2021, p. 3). Seguindo tal tradição não oficial, Jair Bolsonaro foi o primeiro chefe de Estado a se pronunciar na 74ª Assembleia Geral da ONU. Neste capítulo, iremos desenvolver uma análise textual do discurso realizado pelo ex-presidente no ano de 2019, com recorte específico quanto ao uso da floresta Amazônica em seu discurso.

Para tanto, importa ter em conta que “os signos não são arbitrários” (Wodak, 2004, p. 226), motivo pelo qual a análise textual por meio da linguística sistêmico-funcional, abordagem que se debruça sobre a função da linguagem, e não apenas sobre suas estruturas, demonstra-se adequada para os objetivos aqui perseguidos (Wodak, 2004; Halliday, 2010; Fairclough, 2003a; Resende e Ramalho, 2006).

O nome “sistêmico” não é o mesmo que “sistemático”; o termo é utilizado porque o conceito fundamental na gramática é o de sistema. Um sistema é um conjunto de opções com uma condição de entrada: isto é, um conjunto de coisas das quais uma deve ser escolhida, juntamente com uma declaração das condições sob as quais a escolha está disponível. Em primeiro lugar, então, a gramática é baseada na noção de escolha. O falante de uma língua, assim como uma pessoa envolvida em qualquer tipo de comportamento culturalmente determinado, pode ser considerado como realizando, simultânea e sucessivamente, várias escolhas distintas. Em qualquer momento dado, no ambiente das seleções feitas até aquele momento, uma certa gama de escolhas adicionais está disponível. É o sistema que formaliza a noção de escolha na linguagem. (Halliday, 2010, p. 180)

Todavia, a análise linguística focada tão somente nas estruturas gramaticais não nos parece suficiente para alcançar as possíveis distintas construções de significado em contextos específicos como aqui buscamos, visto que pretendemos dar um “tratamento da linguagem que a considera como processo e produto social” (Resende e Ramalho, 2006, p. 145). A esse respeito, a linguista britânica Ruth Wodak (2004) elabora que, admitindo a máxima habermasiana de que a linguagem também se apresenta como força de dominação social (Habermas, 2011), a ADC se propõe a focalizar não somente o texto, mas

igualmente a análise de contextos e estruturas, além de conceber os falantes como indivíduos sócio-históricos, ultrapassando, assim, a perspectiva de análise focada tão somente nas opções do falante e na análise gramatical de forma desvinculada do social:

Dessa forma, a LC e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). Dessa forma, a maioria dos analistas críticos do discurso endossaria a afirmação de Habermas de que “a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica” (HABERMAS, 1977, p. 259, e abaixo). Em contraste com outros paradigmas da análise do discurso e da lingüística textual, a LC e a ACD focalizam não só os textos, falados ou escritos, como objetos de investigação. Uma abordagem realmente crítica do discurso exigiria, portanto, uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p. 2.) (Wodak, 2004, p. 225)

Para melhor compreender a máxima habermasiana a que Wodak (2004) se refere, basta lembrar que Jürgen Habermas (2011) também defende, em *Conhecimento e Interesse*, a necessidade de uma compreensão hermenêutica capaz de ultrapassar a análise crua de expressões linguísticas:

Se expressões linguísticas aparecem em uma forma absoluta, tornando seu conteúdo independente da situação da comunicação, da “diversidade de tempos ou pessoas”, então a compreensão é monológica: ela “está dirigida aqui ao mero conteúdo de pensamento que é igual a si mesmo em todo contexto, e assim a compreensão é aqui mais completa do que na relação com toda outra manifestação de vida”. Apenas enunciados de uma linguagem pura podem ser entendidos integralmente nesse sentido. Por outro lado, quanto mais as expressões linguísticas permanecem presas a um contexto concreto de vida, tanto mais importante se torna seu valor posicional dentro de uma relação dialógica determinada: o “meio de transporte” não mais permanece exterior ao conteúdo da expressão. A compreensão integral é turvada, visto que não existe mais um acordo geral sobre um sentido inalterável. A linguagem é como que poluída porque algo de heterogêneo penetra nas juntas das relações lógicas, de hábito transparentes. Na expressão linguística se imiscui algo do “fundo escuro e da riqueza da vida psíquica”, a qual não pode ser absorvida no conteúdo manifesto e, por isso, carece de interpretação para o outro. (Habermas, 2011, p. 259)

Como a linguagem é, sobretudo, suportar o peso dos impactos culturais assumidos por uma civilização (Fanon, 2008), é importante entender o poder que a linguagem possui em criar e destruir relações. Para Barthes (1992), o poder intrínseco à linguagem é perene, pois possui o condão de se reconstruir caso ameaçado. Para o autor, o poder seria um parasita dentro do organismo que compreende diversas camadas sociais, associado a toda

história humana, não apenas à política, uma vez que se encontra inscrito na linguagem, cuja *libido dominandi* está imbricada em todo e qualquer discurso. (Barthes, 1992)

Assim, interessa-nos, além da análise das opções linguísticas realizadas, compreender o contexto cultural intrínseco a tal eleição. Basilar para o desenvolvimento da teoria faircloughiana da Análise Crítica do Discurso, a linguística sistêmico-funcional encara a gramática como um sistema de escolhas cuja motivação reside na interação dos processos semânticos com contextos sociais. (Halliday, 1978; Resende e Ramalho, 2006; Wodak, 2004)

Existem dois aspectos fundamentais na realidade social codificada na linguagem: parafraseando Lévi-Strauss, ela é tanto 'boa para pensar' quanto 'boa para comer'. A linguagem expressa e simboliza esse duplo aspecto em seu sistema semântico, que é organizado em torno dos motivos gêmeos de reflexão e ação — a linguagem como meio de refletir sobre as coisas e a linguagem como meio de agir sobre as coisas. O primeiro é o componente 'ideacional' do significado; o segundo é o 'interpessoal' — só se pode agir simbolicamente sobre pessoas, não sobre objetos. Uma realidade social (ou uma 'cultura') é em si um edifício de significados — um constructo semiótico. Nessa perspectiva, a linguagem é um dos sistemas semióticos que constituem uma cultura; um sistema distinto, pois também serve como um sistema de codificação para muitos outros (embora não todos). (Halliday, 1978, p. 2-3)

Por esse motivo, neste capítulo iremos considerar as primeiras duas etapas dos processos de criação de significado propostas por Fairclough (2003a): a produção do texto e ele próprio. Nesse processo, não se pode dissociar do discurso, todavia, seu implícito poder, tal como propunha Barthes (1992), tampouco o poder que controla suas fronteiras de produção, visto que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório”. (Foucault, 1970, p. 8-9)

Existem três elementos analiticamente separáveis nos processos de criação de significado: a produção do texto, o próprio texto e a recepção do texto. A produção do texto coloca o foco nos produtores, autores, oradores, escritores; a recepção do texto coloca o foco na interpretação, intérpretes, leitores, ouvintes. Cada um desses três elementos tem sido privilegiado em diferentes momentos da história recente das teorias do significado: primeiro, as intenções, identidade etc. do autor; depois, o próprio texto; e, mais recentemente, o trabalho interpretativo do leitor ou ouvinte. Mas parece claro que os significados são construídos através da interação entre eles: devemos levar em conta a posição institucional, interesses, valores, intenções, desejos etc. dos produtores; as relações entre elementos em diferentes níveis nos textos; e as posições institucionais, conhecimentos, propósitos, valores etc. dos receptores. (Fairclough, 2003a, p. 10-11)

Desse modo, iremos investigar o que dizem as escolhas gramaticais presentes nas estruturas utilizadas no discurso. Para tanto, a análise compreenderá a busca por

palavras-chave, tais como “Amazônia”, “floresta”, “preservação” e “soberania”, bem como de que forma se apresentam nas estruturas em que se encontram. Com isso, reflexões a respeito dessas escolhas serão elaboradas a fim de flexionar perspectivas semânticas possíveis oriundas das análises discursivas. Importa destacar que, enquanto neste capítulo serão enfocadas as análises gramaticais e semânticas; no próximo, haverá a contextualização das falas a fim de investigar o uso de estruturas dentro das práticas discursivas em que se encontram.

3.2. Análise textual do discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU (2019)

Iniciando por uma breve análise quantitativa da ocorrência das palavras a serem analisadas dentro das estruturas gramaticais e semânticas em que se enquadram, nota-se que (i) a palavra “Amazônia” foi utilizada um total de sete vezes durante o discurso, (ii) “soberania”, cinco (iii) “preservação”, duas vezes e (iv) “floresta”, igualmente duas.

A análise quantitativa foi realizada manualmente por meio da leitura do pronunciamento realizado por Bolsonaro, em 24 de setembro de 2019, na 74ª Assembleia Geral da ONU, que se encontra disponível nos arquivos da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Após isso, para checagem dos resultados obtidos, o texto foi submetido a inteligências artificiais que confirmaram o número de aparições das palavras-chave — análise quantitativa — estipuladas para a realização da análise qualitativa, a qual, por sua vez, foi realizada conforme a metodologia de Fairclough.

Nesse sentido, abaixo segue a análise das palavras-chave dentro das estruturas gramaticais em que se encontram. Essa é a primeira etapa da análise, denominada análise textual. No próximo capítulo, a análise textual será compreendida dentro do contexto em que o pronunciamento foi proferido e, por fim, no último capítulo, serão analisadas as implicações sociais presentes no pronunciamento.

3.2.1. Sete vezes Amazônia

A temática ambiental é usualmente levantada em debates internacionais. No ano de 2019, no entanto, a Amazônia foi referenciada pelo menos sete vezes no discurso brasileiro de abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU. Em três das sete ocorrências, a floresta foi acompanhada pelo pronome possessivo “nossa”, que auxilia a construir nova carga de sentido sobre a palavra, relativa à ideia de posse.

Senhorita Ysany Kalapalo, indígena aqui presente, do Brasil. Agora vamos falar de **Amazônia**. Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais. Nossa **Amazônia** é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente. Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e também as criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência. Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na **Amazônia**, despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a **Amazônia** é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a **Amazônia**, a nossa floresta, é o pulmão do mundo. (...) A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na **Amazônia**. (...) Com mais segurança e com essas facilidades, queremos que todos possam conhecer o Brasil, e em especial, a nossa **Amazônia**, com toda sua vastidão e beleza natural. Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia. Cada um de vocês podem comprovar o que estou falando agora. Não deixem de conhecer o Brasil, ele é muito diferente daquele estampado em muitos jornais e televisões! (Brasil, 2019, grifo nosso)

A primeira menção, logo após a expressa referência à presença da indígena Ysany Kalapalo, teve a função de abrir o discurso: “agora vamos falar de Amazônia”. (Brasil, 2019) Aqui, apresentando-se como o objeto temático do discurso, a palavra Amazônia ainda aparece de forma introdutória, sendo as outras seis ocorrências de teor mais significativo e substancial. Tem-se que, em metade das menções significativas à floresta, a carga semântica baseia-se na ideia de posse.

Todavia, a menção à presença indígena não ocorre em vão. Segundo Helton Urtado Rocha, pode-se extrair de uma interpretação possível “o apoio dos índios brasileiros, representados por Isany Kalapalo, ao governo brasileiro, cujo chefe é o Locutor. Assim, Isany Kalapalo é significada no acontecimento de enunciação como se estivesse autorizada a falar em nome dos índios, como se ela fosse porta-voz deles.” (Rocha, 2022, p. 347) Isso será retomado em momento oportuno neste capítulo.

A segunda aparição da palavra Amazônia, por sua vez, já aparece conjugada ao pronome possessivo “nossa”: “Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente”. (Brasil, 2019) É interessante ressaltar que, neste caso, a Amazônia aparece em perspectiva comparada e a escolha da comparação é a faixa territorial que compreende a Europa Ocidental.

Ademais, a frase é seguida de uma afirmação quanto à floresta, a qual supostamente “permanece praticamente intocada” até os dias atuais. Não apenas relevante por reforçar a visão paradisíaca e idílica da fauna brasileira, tal qual aponta Sérgio Buarque de Hollanda (2000), tal afirmação ganha peso no contexto em que foi proferida, visto que em 2019 o Brasil sofreu com diversas queimadas na região amazônica. A estratégia discursiva de se valer da palavra “praticamente” se alinha à perspectiva de construção de certezas. Nesse sentido, Helton Urtado Rocha (2022) aponta que a ausência do advérbio “praticamente” no enunciado “produziria o efeito de inverdade no dizer; no entanto, seu uso marca uma crença do Locutor e essa crença serve como “prova”, ou seja, como certeza daquilo que é dito”. (p. 354)

A escolha de comparar a faixa territorial da floresta à Europa tampouco nos parece ingênua. Devido ao contexto dos incêndios, diversos países europeus se posicionaram quanto à proteção da Amazônia, como veremos no próximo capítulo em que nos aprofundaremos nas práticas discursivas relativas ao pronunciamento. Nota-se aqui a construção de uma oposição entre o que é “a nossa Amazônia” e a distante “Europa Ocidental”.

Nesse mesmo contexto, a terceira menção à Amazônia se relaciona às queimadas ocorridas no ano de 2019: “Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia, despertaram nosso sentimento patriótico.” Observa-se que a frase inicial apresenta um amplo caráter arrefecedor a críticas cujo objetivo é naturalizar qualquer problemática que o Brasil poderia estar enfrentando ao proteger a floresta amazônica: “problemas qualquer país os tem”. Ainda, a existência de focos de incêndio na Amazônia, grande problemática que se tornou motivo de debate internacional em 2019, demonstra contradição com a análise realizada a partir da segunda ocorrência da palavra Amazônia, momento em que o ex-presidente afirma que a floresta “permanece praticamente intocada”.

Além disso, observa-se desvio do foco do discurso. Isso porque, após rapidamente citar a existência de problemas internos, relativizando-os como possíveis a qualquer país, o discurso salta do âmbito interno ao externo com “os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional”. Todavia, quando o foco do pronunciamento retorna à esfera nacional, o discurso patriótico-ufanista aparece como resposta aos

“ataques” internacionais. Nota-se, portanto, uma confusão entre a questão ambiental e a soberania nacional. Nessa linha:

Se considerarmos que o Locutor, ao falar como presidente da República, fala como chefe de governo e de Estado, o que se encontra em (14) condiciona os “ataques sensacionalistas” também ao povo e não apenas ao governo, fazendo-nos entender que “grande parte da mídia internacional” está contra o povo brasileiro, não contra a política ambiental do atual governo brasileiro, do qual o Locutor é chefe. Essa distinção é fundamental, uma vez que o Locutor, a nosso ver, mistura uma questão de governo (a política ambiental) com uma questão de Estado (a soberania nacional). Para ele, criticar a política ambiental de seu governo é fazer um ataque à soberania do Brasil. (Rocha, 2022, 354-355)

Nessa perspectiva, é importante destacar as opções linguísticas utilizadas no discurso: os posicionamentos internacionais são chamados de ataques, qualificados como sensacionalistas e se tornam agentes da oração cujo objeto é “nosso sentimento patriótico”. A escolha do verbo “despertar” também se sobressai na medida em que implica um prévio estado de dormência ou sono. Isso não somente nos remete à formação imagética do gigante que acorda,¹⁰ mas também sugere que, antes deste momento em específico, o patriotismo estava adormecido.

Nota-se, portanto, a personificação do sentimento patriótico que apresenta comportamentos humanos, como o de despertar do sono. Além disso, o patriotismo aparece como uma resposta ao ataque, adquirindo, assim, um sentido de proteção, de escudo. A dicotomia “interno/nós” *versus* “externo/eles”, devido ao uso de primeira e terceira pessoas do singular para se referir respectivamente ao “nosso sentimento patriótico” e à “mídia internacional” também reforça essa construção semântica.

O período justo após o que estamos analisando contém mais duas menções à palavra “Amazônia”, momento em que são feitas duas declarações: primeiro, a de que é uma falácia chamar a Amazônia de patrimônio da humanidade e, segundo, que é um erro afirmar que a Amazônia é o pulmão do mundo. Veja: “É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo.”. (Brasil, 2019)

¹⁰ O brado “o gigante acordou” foi entoado nas manifestações de 2013 no Brasil. Segundo Ariadne Domingues Almeida (2016), estudiosa das metáforas utilizadas no grito, “a nação brasileira foi conceptualizada por diferentes pessoas como um gigante; inclusive, a metáfora conceptual BRASIL É GIGANTE interconecta-se à NAÇÃO É SER VIVO. (...) O Brasil foi conceptualizado como gigante, que, por sua parte, já foi conceptualizado como humano ou humanoide. Sendo o Brasil um gigante e sendo este último humano ou humanoide, o país ‘acorda’, ‘não quer dormir’, ‘é racista’, possui vontades e comportamentos.” (p. 144)

O aposto explicativo “nossa floresta”, primeiro momento em que a palavra “floresta” é utilizada, apela para uma perspectiva nacionalista da Amazônia, enfatizando-a como patrimônio do Brasil, principalmente após afirmar ser falaciosa a perspectiva de que a floresta seria um patrimônio da humanidade. Novamente se nota a dualidade criada entre interno e externo, de modo a reforçar a dicotomia entre nós (brasileiros) e eles (comunidade internacional), destacando a construção semântica de que a Amazônia não seria um patrimônio da humanidade, mas da pátria brasileira.

Ainda, ao desacreditar a metáfora vulgar de encarar a Amazônia como “pulmão do mundo”, normalmente utilizada para sublinhar a relevância internacional da floresta, o discurso tenta minimizar a importância da Amazônia para o cenário internacional. Isso porque chamá-la de “equivoco” apareceu discursivamente logo após ter sido considerada como “falácia” a perspectiva de que a Amazônia seja um patrimônio da humanidade. Assim, o discurso constroi a ideia de que, sendo falacioso o caráter global da Amazônia e equivocada sua importância internacional, resta a perspectiva de que se trata da “nossa floresta”, encarada como verdadeiro patrimônio a ser gerido conforme perspectivas nacionais.

A sexta menção acusa governos de países estrangeiros de utilizarem povos indígenas como “peças de manobra” em uma “guerra informacional”, entrelaçando a questão indígena à amazônica:

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. (Brasil, 2019)

Salta aos olhos a escolha lexical de “usados”, “peça de manobra”, “guerra informacional” e “avançar seus interesses”. Novamente, nota-se a construção discursiva da dicotomia nós *versus* eles, mas agora com a explícita nomenclatura: guerra informacional. Além disso, ao elencar que um dos líderes dos “índios brasileiros” é utilizado como “peça de manobra” por “governos estrangeiros na *sua* guerra informacional” (grifo nosso), a construção discursiva não apenas atribui a responsabilidade da guerra informacional aos governos estrangeiros, isentando o governo brasileiro de participação nessa, mas também acusa indígenas de serem usados estrategicamente, como se fossem manipulados por potências internacionais.

Depreende-se do sentido presente no discurso a deslegitimação de lideranças indígenas, visto que são representadas como facilmente influenciáveis por interesses

estrangeiros. A contraposição à explícita referência à Ysany Kalapalo no momento em que se abordará a Amazônia no pronunciamento demonstra como o discurso é inconsistente sobre lideranças indígenas: interessa exaltar somente aquelas que atende aos interesses do governo.

A última menção à Amazônia é novamente seguida pelo pronome possessivo “nossa”, enquadrando-a como um convite para que as pessoas visitem o Brasil, especialmente a região amazônica, a qual é enquadrada conforme sua beleza natural e vastos recursos naturais, dentro de uma visão edênica (Holanda, 2000).

Com mais segurança e com essas facilidades, queremos que todos possam conhecer o Brasil, e em especial, a nossa Amazônia, com toda sua vastidão e beleza natural. Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia. Cada um de vocês podem comprovar o que estou falando agora. Não deixem de conhecer o Brasil, ele é muito diferente daquele estampado em muitos jornais e televisões! (Brasil, 2019)

O pronome pessoal do caso reto, ela, é usado na segunda oração com o intuito de substituir a palavra Amazônia. Nesse sentido, também nos cabe analisar a seguinte oração: “Ela [a Amazônia] não está sendo devastada nem consumida pelo fogo, como a mídia mente”. Nessa oportunidade, há menção às queimadas ocorridas no ano de 2019, as quais se tornaram tema de calorosos debates internacionais. A frase emanada pelo chefe da república, no entanto, não condiz com as notícias daquele ano, visto que, segundo notícia emitida pela Câmara dos Deputados, a fumaça oriunda das queimadas na floresta provocaram cerca de duas mil internações no SUS em 2019. (Ferreira, 2020) Além disso, nota-se que, novamente, o ex-presidente brasileiro ataca a mídia, agora abertamente, afirmando que “a mídia mente”.

Num quadro geral acerca da aparição da Amazônia, tem-se que metade das vezes em que a palavra foi utilizada, também foi empregado o pronome possessivo “nossa”, indicando não apenas uma ideia de posse, encarando a floresta como patrimônio nacional, mas, sobretudo, invocando um patriotismo ufanista. A exaltação da beleza amazônica e dos recursos naturais ocorre duas vezes, assegurando a representação paradisíaca da floresta.

Além disso, Bolsonaro realizou acusações sobre a mídia, a qual, segundo ele, é “sensacionalista” e “mente”. Nenhuma das acusações foi fundamentada, no entanto. Reforçando a ideia de um paraíso desconhecido, tese elaborada por Sérgio Buarque de Hollanda (2000), Bolsonaro realiza um convite aberto para que outras nações conheçam o

Brasil, que é “muito diferente daquele retratado em muitos jornais e na televisão”. (Brasil, 2019)

Por fim, essa construção de sentido dentro de um governo que se diz patriótico, todavia, requer encarar a floresta como patrimônio dessa pátria em particular, e não como fonte de recursos naturais a ser internacionalmente protegida. Isso alimenta a polarização discursiva que se baseia na dicotomia nós *versus* outros, imprimindo um sentido de inimizade

3.2.2. Brasil acima de tudo: o uso da palavra soberania

O discurso brasileiro na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas também apresentou o uso da palavra “soberania” associado à temática ambiental. Em três das cinco ocorrências, há referência direta e explícita à Amazônia ou a eventos relacionados à floresta. Logo nas primeiras duas aparições, além da polarização discursiva, nota-se uma interdiscursividade não somente com o discurso nacionalista, mas também com um discurso anticolonialista:

Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa e com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa **soberania**. Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço àqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta. Em especial, ao Presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à **soberania** de cada um de nós. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Valer-se do discurso anticolonialista, no entanto, parece-nos uma estratégia discursiva poderosa para evocar a nacionalidade de um país cuja história atravessou diversas interferências coloniais europeias. Isso porque uma sociedade colonizada sofre a homogeneização forçada de um mundo heterogêneo. (Fanon, 1968) Todavia, a colonização não deixou marcas somente dentro das colônias, mas também na relação destas com os antigos colonizadores. Assim, acusar “um ou outro país” de falácias e de auxílio às “mentiras da mídia” parece ter a potencialidade de acender nos compatriotas um sentimento forte de revolta, principalmente quando há a alegação de que outro país questionou a soberania brasileira “de forma desrespeitosa e com espírito colonialista”. (Brasil, 2019)

Desse modo, a invocação do “espírito colonialista” tem o condão de acender a memória social brasileira, visto que “na memória cultural a relação do simbólico com

a recordação é sempre contínua e aberta à possibilidade de utilizações políticas.”. (Terra, 2018, p. 1098) Isso se deve ao fato de que o texto se relaciona à memória, na medida em que apresenta a capacidade de preservar contextos anteriores. (Lotman, 2007) Ao referir-se a esse contexto anterior, preservado na memória coletiva da sociedade brasileira, o discurso não somente resgata a história preservada, mas também a faz ecoar novamente. Nesse sentido, nada do que é dito é inteiramente novo, mas uma série de ecos e heterodiscursos formados por discursos anteriores. (Bakhtin, 1997)

Essas duas ocorrências iniciais aparecem de forma oposta: primeiro, na perspectiva do desrespeito internacional à soberania brasileira por parte de alguns países; logo depois, na concepção de que tal soberania foi assegurada dentro de um encontro do G7 pelo ex-presidente dos Estados Unidos. Interessante observar que a denúncia de ataque ocorre de forma genérica, “um ou outro país”; enquanto a menção àqueles que se posicionaram contrariamente ao desrespeito ocorreu de forma personalizada, com citação nominal de Donald Trump. Isso não apenas dá margem interpretativa para que o ouvinte pense em qualquer país diante do uso de “um ou outro país”, mas também, de certa forma, dá destaque pessoal a um forte nome da direita internacional como apoiador do governo brasileiro.

Ademais, a soberania brasileira é colocada discursivamente como “aquilo que nos é mais sagrado”, adquirindo um valor quase inquestionável. Assim, não apenas seria justificável o posicionamento defensivo da nação contra interferências estrangeiras, mas também a construção narrativa com forte apelo emocional devido ao uso de termos como “falácias”, “mentiras da mídia” e “espírito colonialista”.

A terceira ocorrência da palavra “soberania” aparece na citação de uma carta confeccionada por comunidades indígenas. O caráter genérico da menção ao fato de que o documento foi elaborado por “grande parte das comunidades indígenas endereçadas para os senhores” tende a indicar a união de grupos distintos a fim de escrever a carta, contudo parece prejudicar a credibilidade da informação, visto que não há menção a nenhum exemplo concreto, dado ou nome das tribos participantes da confecção, senão o nome do grupo responsável pela carta, o qual somente vem a ser de conhecimento do público quando já da leitura do documento.

E para mostrar aos senhores que não existe uma autoridade única entre os índios, eu quero ler uma carta aqui de grande parte das comunidades indígenas endereçadas para os senhores.

“O Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, formado por diversas etnias e com representantes por todas as unidades da Federação, que habitam uma área

de mais de 30 milhões de hectares do território brasileiro, vem respeitosamente perante a sociedade brasileira endossar apoio total e irrestrito à indígena Ysany Kalapalo, do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso, para que a mesma possa na Assembleia das Nações Unidas, em Nova York – Estados Unidos, externar toda a realidade vivida pelos Povos Indígenas do Brasil. Bem como trazer à tona o atual quadro de mentiras propagado pela mídia nacional e internacional, que insistem em fazer dos povos indígenas do Brasil uma reserva de mercado sem fim, atendendo interesses estrangeiros de países que ainda enxergam no Brasil uma colônia sem regras e sem **soberania**. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Além disso, ressalta-se que tal carta é utilizada como resposta ao trabalho de líderes indígenas, atacando-os exemplificativamente na pessoa do Cacique Raoni:

Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estado gostariam que acontecesse. Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo. A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. Infelizmente, algumas pessoas de dentro e de fora do Brasil, apoiadas por ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas. O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. (Brasil, 2019)

Ainda na perspectiva do embate “generalização *versus* especificação”, tem-se que a referência ao termo “alguns chefes de Estado” não nomeia diretamente atores estrangeiros, apenas os coloca em oposição aos interesses nacionais. No entanto, o uso específico do nome “Cacique Raoni” coloca-o em posição de evidência e controvérsia, sugerindo que ele poderia estar sendo manipulado ou instrumentalizado. Tal discurso não somente questiona a legitimidade de algumas vozes indígenas, como a do Cacique Raoni, como também as representam de forma vulnerável, propícia às alegadas manipulações de “governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia”.

Essa análise tangencial acerca das questões indígenas levantadas é imprescindível para a análise do uso da palavra soberania e o uso da Amazônia dentro dessa perspectiva nacionalista em defesa do território brasileiro. Isso porque o ex-presidente brasileiro se apresenta como um “presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”.

Além disso, no momento em que se propôs a falar sobre a Amazônia, abriu o discurso com referência a uma presença indígena, o que, como já dito anteriormente, funcionou como uma espécie de autorização discursiva. (Rocha, 2022) Nessa senda, importa entender como discursivamente está representada essa parcela da sociedade, visto

que é utilizada discursivamente para conferir ao presidente autoridade não somente para falar sobre questões indígenas, mas também ambientais relativas à Amazônia. Veja o seguinte trecho:

O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas. (Brasil, 2019)

A descrição de “índio” é aquele que “não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas”, algo que admite a interpretação de “que ele, de acordo com o Locutor, quer ser um latifundiário rico” (Rocha, 2022). Todavia, a construção do trecho reflete que esse “é o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol”, ambas localizadas em partes da Amazônia e descritas como “as terras mais ricas do mundo”, com “grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros”. A descrição de uma terra rica e próspera também se alinha à perspectiva paradisíaca da fauna brasileira (Buarque, 2000); contudo, aparece como “interpretável a necessidade de o Locutor, a partir do lugar social de presidente da República, regularizar a exploração das reservas indígenas mencionada”, (Rocha, 2022) a fim de atender aos interesses de indígenas que têm a pretensão de ser um “latifundiário” nessas terras.

Logo após isso, a palavra “soberania” aparece pela quarta vez, conjugada pela segunda aparição da palavra floresta, em:

Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à **soberania** brasileira. Também rechaçamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções. Estamos prontos para, em parcerias, e agregando valor, aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Mais uma vez, a construção discursiva é no sentido de que o Brasil necessita se resguardar de interferências estrangeiras, de modo que as decisões ou outras iniciativas de preservação da Floresta Amazônica sejam tomadas internamente e respeitadas internacionalmente. Isso significa dizer que os países estrangeiros não devem se posicionar contrariamente ou interferir no que é decidido de forma interna. Nesse sentido, ocorre a quinta e última menção à palavra soberania no mesmo sentido ora trabalhado: “Não

estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um “interesse global” abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global. É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer.” (Brasil, 2019)

É nesse contexto que a palavra soberania, após ser flexionada dentro da carta citada, possui sua conotação estendida: é preciso que o Brasil se feche às interferências estrangeiras a fim de que seja definido internamente o que deve ser feito com as terras amazônicas, respeitando sua riqueza paradisíaca, mas também os interesses do próprio povo. Assim, numa perspectiva mais ampla, nota-se que o discurso descreve os interesses indígenas como se houvesse um desejo dentre eles em se tornar latifundiários desses ricos territórios. A fim de proteger esses interesses, seria necessário, portanto, que “um ou outro” país estrangeiros não interferisse em assuntos nacionais com vistas à preservação da floresta Amazônica, visto que a deterioração dessa, na realidade, não passa de “falácias” construídas por uma “guerra informacional” entre países.

3.2.3. Preservação, mas desde que

A palavra preservação foi utilizada no discurso apenas duas vezes. Na primeira ocorrência, ela aparece neste período:

Senhorita Ysany Kalapalo, indígena aqui presente, do Brasil. Agora vamos falar de Amazônia. Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a **preservação** do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais. Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Além da análise já realizada do momento inicial em que se propôs abordar a questão ambiental, mormente amazônica, há também um apelo acerca do governo do ex-presidente Bolsonaro com o meio ambiente: “meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo.”. (Brasil, 2019) Nota-se o uso da primeira pessoa do singular em “meu governo”; todavia, logo após isso, é mobilizado a primeira pessoa do plural em “nossa Amazônia”.

Tem-se que “o enunciador individual se significa como chefe de governo e de Estado, e o enunciador coletivo se significa como parte de um todo, o que produz um efeito de unidade do povo brasileiro”. (Rocha, 2022, p. 353) Isso se conecta intimamente

ao uso da Amazônia dentro de discursos nacionalistas com propósitos políticos, tal qual defendia Breuille (1993; 2000).

Nesse sentido, o uso discursivo da Amazônia aparece apenas como um símbolo de identidade nacional, mas também como instrumento de mobilização política, em que a preservação e o desenvolvimento sustentável são apresentados como objetivos coletivos, ainda que isso seja apresentado de forma genérica no discurso, sem aprofundamento de agendas políticas que, de fato, busquem cumprir esse intuito.

Ademais, frases como “o Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais” tanto se amparam quanto reforçam a idealização da natureza nacional. Essa representação edênica da natureza brasileira, principalmente em meio a um discurso que se associa com a temática de soberania nacional, evidencia como a preservação ambiental pode estar entrelaçada a estratégias políticas de cunho nacionalista.

A segunda ocorrência do termo preservação, a qual ocorre em concomitância à segunda ocorrência de “floresta”, está em: “Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira.”. Assim, destaca-se que o enunciado é explícito em defender que investimentos estrangeiros são bem-vindos desde que os países respeitem a soberania brasileira, a qual é interpretada da seguinte forma a partir de toda a análise: “criticar a política ambiental de seu governo é fazer um ataque à soberania do Brasil”. (Rocha, 2022, p. 355)

Além disso, os termos “ajuda” e “apoio” ressaltam a autonomia nacional, visto que os países estrangeiros estariam apenas “ajudando” a política ambiental brasileira, o que infere dizer que sem contrapartidas. O Brasil se apresenta como responsável por avaliar e decidir como serão realizados os investimentos externos, ressaltando a soberania como forma de se posicionar contra possíveis dinâmicas coloniais, já outrora levantadas.

Assim como outros casos, o trecho extrapola significados meramente literais, invocando outras camadas discursivas relacionadas não somente às tensões de poder com outros países, mas também à defesa de uma identidade nacional.

3.2.4. Floresta

Devido à baixa incidência do uso do termo que apenas apareceu duas vezes no discurso, observa-se a preferência de referir-se à Amazônia por sua denominação. O uso da palavra floresta, como chave de pesquisa, tinha o simples intuito de ampliar a pesquisa

com possíveis referências à temática. No entanto, já foram analisados previamente os períodos em que estão as duas ocorrências do termo.

A primeira ocorrência ocorreu em: “é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo.” A segunda ocorrência, por sua vez, em: “Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira.”. Ambos os trechos já foram anteriormente analisados.

3.3. Considerações acerca da análise textual do discurso

As análises desenvolvidas neste capítulo permitem compreender que o uso da linguagem não admite uma interpretação arbitrária, visto que os signos linguísticos apresentam uma moldura interpretativa. Assim, nota-se que alguns discursos, principalmente os políticos, não são proferidos a qualquer sorte, senão estrategicamente construídos com o intuito de transmitir significados e persuadir públicos específicos.

No discurso analisado, observa-se a conexão da temática ambiental à soberania nacional, valendo-se de palavras como “nossa” Amazônia a fim de transmitir a mensagem de posse sobre a floresta, bem como acusando a mídia internacional de “sensacionalismo”. Essas escolhas discursivas reforçam um posicionamento defensivo a intervenções estrangeiras, de forma a fomentar um posicionamento ultranacionalista. Isso não somente contribui para enfatizar a floresta amazônica como patrimônio exclusivamente brasileiro, mas também arrefece a importância global motivadora de investimentos internacionais para sua preservação.

Nota-se como a abordagem sistêmico-funcional explora as escolhas linguísticas, as quais não são apenas gramaticais, mas também profundamente influenciadas por contextos sociopolíticos. Além disso, por vezes se observa a tentativa de desvio do foco discursivo do efetivo debate acerca de questões ambientais para enfocá-las dentro do âmbito da identidade nacional ou contra interferências estrangeiras. É nessa toada, por exemplo, que a comparação da Amazônia com a Europa Ocidental aparece: apesar de reforçar a grandiosidade territorial da floresta, novamente se torna fator discursivo responsável por ignorar problemas internos de preservação ou atacar outras nações por não disporem de tanta fauna em seus territórios.

Isso ocorre porque o uso discursivo da grandiosidade da floresta normalmente é utilizado para contrapor críticas internacionais, sugerindo que sua magnitude seria, por si só, uma prova de sua preservação. Todavia, essa narrativa é utilizada para se esquivar dos problemas ambientais concretos, como as grandes queimadas ocorridas em 2019, demonstrando, em realidade, um discurso de negação e de irresponsabilidade. Nesse sentido, o pronunciamento se vale de elementos de orgulho nacional a fim de desviar o discurso e criar uma realidade alternativa, reforçando a perspectiva de que quaisquer críticas estrangeiras são ataques à soberania do país.

Outro ponto revelado pela análise foi a manipulação da representação indígena no discurso. Isso porque, ainda que líderes tenham sido deslegitimados, outros foram utilizados para justificar, ou praticamente legitimar, posições governamentais. Aprofunda-se, dessa forma, uma polarização entre as lideranças indígenas, uma vez que se descredibiliza algumas em detrimento de outras. Além disso, percebe-se que são exaltadas somente as lideranças indígenas que são utilizadas discursivamente para legitimar a agenda ambiental do governo, preocupado com a preservação dos interesses da nação, criando uma divisão interna das lideranças frente à soberania do país: alguns se alinham às ideologias acerca da soberania brasileira emitidas pelo governo e, portanto, merecem exaltação; outras, não.

Nessa linha, percebe-se como central na análise o uso da polarização discursiva com vistas a reforçar a dicotomia “nós *versus* eles”. Responsável não apenas por distinguir lideranças indígenas, essa estratégia discursiva também evidencia a resistência da política ambiental brasileira às críticas estrangeiras proferidas antes do evento. O discurso narrativamente coloca o Brasil em oposição ao “outro”, que inclui todos aqueles que criticam a política ambiental do governo brasileiro: a mídia internacional, ONGs ou governos estrangeiros. Essa dicotomia reforça a perspectiva de que críticas ambientais ou pressões internacionais são, em realidade, ataques à soberania nacional, e não preocupações legítimas com o futuro da Amazônia.

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo demonstram como a linguagem política é utilizada para moldar a opinião pública por meio da construção de narrativas específicas. No caso em questão, nota-se a narrativa de necessidade de proteção da nação contra ataques estrangeiros, transformando questões de cunho global, como a preservação da Amazônia, em debates internos, de forma a fortalecer a ideia de soberania e de proteção

do território nacional. A linguagem, portanto, apresenta-se não apenas como veículo de comunicação, mas também como agente disseminador de ideologias.

No próximo capítulo, a pesquisa analisa as práticas discursivas, para além da mera análise textual. Assim, busca-se entender o contexto em que o discurso se encontra, o que ocorreu de forma a contribuir para sua produção, além das formas em que foi consumido em contextos sociais. Para tanto, grandes eventos do ano de 2019 que são, implícita ou explicitamente, mencionados serão destrinchados a fim de melhor compreender as referências realizadas no discurso.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS OU A PERSONIFICAÇÃO DA AMEAÇA À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (...) a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1970, p. 8-9)

4.1. Textos e contextos

Hayden White (2010) propõe uma nova maneira de encarar as relações humanas: tudo é texto. Essa abordagem apresenta fenômenos sociais, culturais e históricos como construções que requerem interpretações. Todavia, isso não significa que exista um significado inerente ao texto para dele ser extraído, tampouco que quaisquer interpretações sejam válidas.

Pelo contrário, a correta interpretação do significado de um texto perpassaria a observação de circunstâncias ou, como White (2010) coloca, de “textualizações anteriores”. Desse modo, o contexto e as circunstâncias em que o fato interpretável se encontra desempenham um papel fundamental para a análise interpretativa.

Quando os pós-modernistas declaram (se o fazem) que “o mundo é um texto”, não pretendem afirmar que seria preciso “lê-lo” como se ele tivesse sido “escrito” por Deus, nem compreendê-lo como um amontoado de símbolos baseados em alguma essência transcendental do ser. Essas duas abordagens pressupõem uma substância ou uma origem do mundo que admitiria a ideia de uma significação pré-estabelecida das coisas. Ao contrário, os pós-modernistas pensam que os fenômenos históricos, assim como os fenômenos naturais, não possuem uma significação intrínseca. Pensam que apenas se pode apreender o mundo por intermédio de suas textualizações anteriores e que as “significações” que nele se podem perceber são produtos de códigos (ou metalinguagens) usados para tornar o mundo “legível”. Nada, contudo, está imóvel nesses códigos, que são objeto de transmutações, de revisões e de combinações constantes. E isso porque não há nada de “natural”, nada de pré-determinado neles. (White, 2010, 843-4)

Para o autor, todo evento histórico necessita ser avaliado dentro de um contexto, visto que até mesmo a própria História se apresenta como um conjunto de “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos.” (White, 1994, p. 98). Assim, para entender um texto ou um acontecimento histórico, além de analisá-lo internamente e

considerar como sua estrutura opera em si mesma, é igualmente necessário compreender o ambiente em que esse ocorreu (White, 1994).

Também Fairclough (2003a), na estruturação da ADC, exalta a importância de considerar o contexto em que os discursos são proferidos. Cuida-se da análise das práticas discursivas, as quais devem ser avaliadas a fim de que a análise do discurso não se detenha somente à análise textual, em que a gramática é o foco, funcionando como complemento a esta. Numa perspectiva similar, Michael Halliday (1978), autor cuja elaboração teórica muito ilumina as perspectivas faircloughtianas, argumenta sobre a importância do contexto cultural para a melhor compreensão da elaboração dos processos semânticos de um discurso:

A linguagem não consiste em frases; ela consiste em texto ou discurso — a troca de significados em contextos interpessoais de um tipo ou outro. **Os contextos nos quais os significados são trocados não são desprovidos de valor social; um contexto de fala é, ele mesmo, um construto semiótico**, tendo uma forma (derivada da cultura) que permite aos participantes prever características do registro predominante — e, assim, entenderem-se mutuamente à medida que avançam. (Halliday, 1978, p. 2, grifo nosso)

A linguística sistêmico-funcional entende que a análise linguística deve compreender a linguagem para além de um conglomerado de estruturas gramaticais. Isso porque a linguagem desempenha um papel ativo, tanto sendo moldada quanto moldando relações, não se tratando de mero reflexo das dinâmicas sociais, mas se mostrando como verdadeiro agente de poder e influência sobre elas. A ADC entende o discurso como um momento das práticas sociais, em que se pode observar as impressões deixadas pela sociedade e pelo poder. (Resende e Ramalho, 2006)

Ainda segundo essa perspectiva, torna-se fundamental analisar os contextos que circundam o discurso, para compreendê-lo adequadamente dentro de suas práticas discursivas e seus efeitos no mundo. Ora, se a linguagem se apresenta como instrumento de poder, o discurso não é, portanto, neutro ou desprovido de consequências. Isso decorre do fato de que o discurso, como instrumento de poder, constroi significados, realidades e subjetividades a partir do ato de enunciação. (Barthes, 1992; Foucault, 1970)

Aqui, no entanto, não pretendemos nos debruçar atentamente sobre o que é, de fato, criado, em termos de veracidade, por meio do discurso, ou seja, não nos interessa a análise exatamente daquilo que é verídico ou não. Para tal escrutínio, há todo um campo dedicado ao estudo das *fake news* e seus impactos nas democracias atuais. Assim, apesar da relevância da temática, especialmente na contemporaneidade em que a manipulação de

informações impacta diretamente as democracias, seja pela influência no processo eleitoral seja pelos efeitos na formação da opinião pública, nosso foco está em outro aspecto.

Importa-nos, na realidade, analisar os contextos nos quais os discursos que representaram o Brasil internacionalmente foram articulados. Isso porque a palavra, ao ser proferida, carrega consigo a potência de criar, ou destruir, cenários, influências, percepções e dinâmicas. Dessa forma, como pronunciamentos oficiais ressoam nas esferas internacionais, fragilizando ou fortalecendo a imagem de uma nação, interessa-nos compreender, para além da análise textual, também os contextos que atravessaram o pronunciamento do ex-presidente brasileiro na ONU em 2019.

Todavia, ainda que o escrutínio acerca da veracidade das narrativas elaboradas não seja nosso eixo de análise, importa destacar a crise contemporânea da verdade. Isso porque, se outrora a verdade se apresentou como conceito muito caro às áreas políticas e científicas, hoje, principalmente após o fenômeno das *fake news* e da pós-verdade, transformou-se completamente. De acordo com Myriam Revault D’Allonnes (2020), a ‘verdade de fato’ — fatos que sofrem certa negação ou reinterpretação a serviço de interesses políticos — enfrenta narrativas cuja construção visa à distorção do que é objetivo. Assim, a estratégia se torna ignorar o que for inconveniente ou transformá-lo em opinião: ao igualar a mentira factual à verdade factual sob a égide da opinião, o indivíduo acredita no que lhe convir ou no que lhe parecer mais crível. Nesse sentido,

A transformação dessas verdades de facto em opiniões recai sobre os acontecimentos cuja importância política se mostra crucial. (...) Já não se trata de um conflito que põe em confronto a verdade racional e a mentira ou a falsificação, mas de uma tendência para converter os factos em opiniões «em apagar a linha de demarcação que as separa». (Revault D’Allonnes, 2020, p. 64)

Isso nos interessa, não tanto no ponto sobre mentiras propagadas pelas *fake news*, mas na estratégia de fabricação de narrativas discursivas, as quais também advêm dessas práticas. Nosso foco está em como narrativas são construídas com fins políticos específicos, dialogando com os contextos da época de sua produção e proporcionando transformações não somente no cenário político, mas também no modo em que o conteúdo é percebido e consumido. Isso pode atingir diretamente a perspectiva do verossímil e do verídico, visto que a verdade se mostra mais vulnerável a possíveis distorções e apropriações ideológicas, além de utilizada como ferramenta para o exercício de controle ou influência. (Revault D’Allonnes, 2020)

Como aponta Revault D'Allonnes (2020), a verdade factual é cada vez mais suscetível à manipulação ideológica na contemporaneidade, não apenas fragilizando o debate democrático, mas também dificultando a distinção do que é fato daquilo que é invenção. Segundo essa perspectiva, a própria concepção de verdade é desafiada por estratégias narrativas cujo intuito é moldar percepções conforme interesses sociopolíticos e econômicos, prejudicando o processo de tomada de decisões informada e o saudável funcionamento das democracias. Nas palavras da autora:

Os factos «puros» não existem: não podem existir, historicamente falando, a não ser enquanto «interpretados», extraídos de uma desordem, de uma espécie de caos, para serem organizados numa narrativa, numa «história» que lhe dá sentido e forma. Mas esta configuração dos factos (associada a escolhas) não apaga a realidade factual e não apaga a diferença entre os factos, a interpretação e a opinião. (Revault D'Allonnes, 2020, p. 65)

Assim, apesar da importância da veracidade — ou do desafio dessa — nas falas, pretende-se trabalhar, no presente capítulo, a construção de sentido impressa no discurso, bem como os contextos específicos sobre os quais essa construção ocorreu. A linguagem, como bem apontam Barthes (1992) e Foucault (1970), não se apresenta como entidade neutra, visto que se encontra atrelada a relações de poder e autoridade. Segundo essa ótica, uma leitura crítica do discurso analisado deve considerar, para além da análise de suas estruturas gramaticais, as práticas discursivas em que está inserido e as estruturas sociais que transforma (Fairclough, 2003a).

Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder. Nela, infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a autoridade da asserção, o gregarismo da repetição. Por um lado, a língua é imediatamente assertiva: a negação, a dúvida, a possibilidade, a suspensão de julgamento requerem operadores particulares que são eles próprios retomados num jogo de máscaras languageiras; o que os lingüistas chamam de modalidade nunca é mais do que o suplemento da língua, aquilo através de que, como uma súplica, tento dobrar seu poder implacável de constatação. Por outro lado, os signos de que a língua é feita, os signos só existem na medida em que são reconhecidos, isto é, na medida em que se repetem; o signo é seguidor, gregário; em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua. Assim que enuncio, essas duas rubricas se juntam em mim, sou ao mesmo tempo mestre e escravo: não me contento com repetir o que foi dito, com alojar-me confortavelmente na servidão dos signos: digo, afirmo, assento o que repito. (Barthes, 1992, p. 13-14)

Relembramos que, para analisar essa perspectiva do poder intrínseco à linguagem, o método faircloughtiano que orienta este trabalho se divide em três etapas: i) textual, realizada no capítulo anterior; ii) práticas discursivas, que serão estudadas neste capítulo e iii) práticas sociais, tema do capítulo a seguir.

A dimensão da análise de práticas discursivas se dedica a analisar como ocorre a produção, distribuição e consumo do texto discursivo por diferentes públicos (Fairclough, 2003a). No entanto, Zilda Pereira (2011) esclarece que, apesar de a teoria propor a análise de produção, distribuição e consumo, “percebe-se uma preocupação maior com os textos já produzidos para serem “distribuídos” e “consumidos” e, menor com os aspectos ligados à produção dos textos.”. (p. 26)

Nossa análise seguirá, portanto, essa linha, focalizando a distribuição e o consumo do texto em detrimento de outros procedimentos atrelados a este. Além disso, importa esclarecer também que não se entende o “consumo” de textos de forma passiva, tal qual a palavra pode indicar à primeira vista. Em realidade, o consumo, que se alinha à circulação de um texto, “depende que sejam acatadas restrições invisíveis da sociedade como uma condição inevitável”. (Zilda, 2011, p. 26)

Tem-se, portanto, que o consumo de um texto não se apresenta de forma neutra, mas atravessada por relações sociopolíticas que orientam as possibilidades interpretativas. Isso porque o “consumidor” de um texto não apenas o “consome”, mas igualmente participa de um processo de construção de significados, o qual é mediado por estruturas invisíveis da sociedade, sejam elas ideológicas, econômicas ou culturais. Ao nosso ver, isso se alinha diretamente à proposição de White (1994; 2010) ao estabelecer que o texto, apesar de não possuir um significado inerente, sofre interpretações relacionadas às “textualizações anteriores” a ele, o que, por consequência, recorda-nos do dialogismo bakhtiniano. Nesse sentido, ressalta-se que:

Ao considerarmos tais restrições, temos que manter em mente o caráter dialético dos processos em questão: toda reprodução é produção, todo consumo é também reprodução (...) **o ato de consumo (ou de reprodução) contém em si um elemento ativo de criação individual, e um elemento passivo de estar à mercê dos poderes criativos que decorrem do fato de ser uma ‘criatura’ da sociedade como todo.** (Mey, 2001, p.127, grifo nosso).

Desse modo, para além de analisar os aspectos linguísticos, morfossintáticos e semânticos de um texto, é necessário interconectar tal análise à “ligação entre o evento social concreto e a prática social mais abstrata, correlacionando o texto com o contexto” (Zilda, 2011, p. 27), ultrapassando as camadas formais de análise textual. Assim, deve ser considerado não somente aquilo que se encontra plasmado no texto, mas também as relações contextuais e de poder nele presentes, além dos efeitos por ele gerados após a interação com o ambiente social. Isso porque a prática discursiva refere-se ao momento em

que o discurso interage com as estruturas sociais em que se encontra e adquire interpretações, causando impactos externos.

Além disso, até mesmo o silêncio, mormente sobre opressões operadas institucionalmente no passado, pode ser relevante para a análise discursiva. Marcos Queiroz (2017) aponta que o silêncio sobre determinados eventos ou práticas históricas pode revelar não-ditos sobre as relações de poder, além da tentativa de apagamento de memórias incômodas. Portanto, analisar aquilo que não é dito, como as lacunas discursivas, também pode revelar tanto quanto o escrutínio do que é enunciado. Esse tipo de análise permite, por exemplo, compreender como o discurso não apenas comunica, mas também silencia e se omite frente a determinados tópicos, demonstrando, em última instância, o exercício do controle sobre as narrativas sociohistóricas.

Neste capítulo, portanto, analisaremos os contextos que se entrelaçam e se apresentam no discurso que representou o Brasil na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Isso porque, para além de ser uma enunciação realizada pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro, trata-se da imagem internacional do país em um evento que reúne representantes de diversas nações estrangeiras para a abertura do diálogo entre elas.

4.2. Práticas discursivas: os contextos do texto (2019)

O governo Bolsonaro teve seu início no ano de 2019. Todavia, logo após vencer as eleições e antes de assumir oficialmente a presidência, ainda em 2018, o ex-presidente brasileiro tomou decisões que impactaram significativamente a estrutura administrativa do país, as quais já sinalizavam a direção de seu governo. Dentre as primeiras medidas estava a redução da quantidade de ministérios, buscando reduzir o tamanho da máquina pública. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por exemplo, tornou-se uma secretaria incorporada ao Ministério da Agricultura. (Bragança, 2018)

Essa decisão, contudo, desencadeou reações negativas, tanto no cenário nacional quanto internacionalmente. Isso porque a proposta, bem como o governo de Bolsonaro de forma geral, pode ser compreendida dentro de um momento político e “histórico caracterizado por medidas regressivas” (Machado et. al, 2021, p. 103). Nesse sentido, Daiani Machado et al. (2021) explica o que significa essas medidas regressivas:

A precarização crescente do Estado e das políticas de proteção social em favor da lógica do mercado, bem como o desmonte na educação, na saúde, na proteção do meio ambiente e o ataque ao próprio estado democrático de direito,

exemplificam o cenário regressivo no qual se encontra o Brasil. (Machado et. al, 2021, p. 103).

Dessa forma, a proposta foi recebida como símbolo de retrocesso nas políticas ambientais brasileiras, desencadeando fortes críticas sobre os riscos de enfraquecer a preservação da Amazônia e o combate contra as mudanças climáticas. O Observatório do Clima, por exemplo, afirmou publicamente que tal decisão acerca do ministério do Meio Ambiente representava “o início do desmonte da governança ambiental do Brasil”. (Bragança, 2018; Observatório do Clima, 2018)

Frente à repercussão negativa da decisão, o governo abandonou a proposta de fusão do ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura. Nessa senda, Ricardo Salles, antigo secretário do meio ambiente de São Paulo que deixou “o cargo devido a desgastes por inquéritos de improbidade administrativa” (MACHADO et al., 2021, p 105), foi nomeado como ministro do MMA. Logo no início do governo, portanto, havia indícios dos “interesses do governo Bolsonaro em favorecer o agronegócio em detrimento das políticas ambientais”. (Machado et al., 2021, p 105)

O Governo Bolsonaro, logo após vencer as eleições presidenciais em 2018, declarou que colocaria um fim na chamada “velha política”, enxugando ministérios e retirando cargos daqueles que não confiava. Um dos ministérios era o do Meio Ambiente, que seria transformado em uma pasta dentro do Ministério da Agricultura. Porém, tal medida repercutiu de maneira negativa – nacional e internacionalmente - o que fez com que o governo voltasse atrás. (...) Em menos de um ano, o Governo Bolsonaro foi destaque na pauta ambiental devido a diversas medidas e acontecimentos que marcaram a história do país a nível mundial. É possível listar alguns como: o desastre ambiental de Brumadinho/MG, exoneração de superintendentes do Ibama, não realização da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas no país, redução do número de cadeiras destinadas para a sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente, liberação de mais de 230 agrotóxicos e queimadas na Amazônia. (Machado et. al., 2021, p. 105)

Diante do contexto inicial apresentado, passamos à análise dos temas direta ou indiretamente abordados no discurso de Jair Bolsonaro durante a 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2019. Tais temas, em realidade, compõem a constelação de contextos que ocorriam na época, com os quais o ex-presidente engajou direta ou indiretamente em seu discurso.

Entre os principais tópicos mencionados, destacamos: (i) as queimadas na Amazônia naquele ano, as quais desencadearam preocupados pronunciamentos internacionais, colocando o Brasil sob holofotes; (ii) a tensão entre defesa da soberania brasileira e o ataque a países estrangeiros que criticaram a gestão da política ambiental no

Brasil; e (iii) a instrumentalização da questão indígena. Essas questões refletem problemáticas sociopolíticas presentes no discurso, bem como as repercussões diplomáticas relativas, que podem ser estudadas a partir da concepção dos contextos anteriores ao texto, mas que se apresentam na construção desse.

4.2.1. As queimadas na Amazônia e a personificação da ameaça à biodiversidade

Não somente o enfraquecimento das políticas públicas ambientais no Brasil, mas também os diversos incêndios que assolaram o território amazônico em 2019, ocasionaram complexas repercussões internacionais sobre a problemática. A notícia acerca dos incêndios foi transmitida pela mídia estrangeira e gerou indignação em vários países e organizações internacionais. Isso desencadeou posicionamentos externos que pressionaram o governo brasileiro a tomar medidas para combater o desmatamento e proteger a floresta tropical. A crise ambiental provocou crises diplomáticas, com impactos econômicos, como a suspensão de acordos comerciais.

Frente a tal repercussão, as queimadas na Amazônia foram mencionadas três vezes no discurso brasileiro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado em setembro de 2019. Além de defender a soberania brasileira para lidar com as questões, o discurso buscou amenizar críticas externas, mas, ainda assim, atacou indiretamente potências europeias que haviam criticado a forma de o Brasil conduzir a problemática (Brasil, 2019; Rocha, 2022):

Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem **queimadas espontâneas e também as criminosas**. Vale ressaltar que existem também **queimadas praticadas por índios e populações locais**, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.

(...)

Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos **focos de incêndio na Amazônia**, despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa e com espírito colonialista. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Para melhor compreender o contexto em específico dessas passagens, importa destacar que, em 2019, ocorreram grandes queimadas na região amazônica. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2019, houve 66.750 pontos de queimadas na Amazônia. (WWF, 2019) Observou-se, na

época, um significativo avanço da devastação da Amazônia, marcado por um momento de inflexão nas políticas ambientais do Brasil dentro do governo de Bolsonaro.

Nesse ano, a floresta amazônica, que já centralizava debates internacionais sobre preservação ambiental, tornou-se tema ainda mais presente nas discussões. Isso porque o governo enfraqueceu políticas de proteção ambiental: para além da tentativa de extinção do MMA, também houve redução da fiscalização ambiental, o que favoreceu o desmatamento pelo agronegócio. Nesse sentido, Bolsonaro deixou “explícitas suas intenções de criar uma espécie de ‘desenvolvimento’ a custas de uma exploração incessante da natureza”. (Santos, 2019, p. 227)

Entre agosto e setembro de 2019, em função dos altos índices de desmatamento e queimadas, com forte repercussão no exterior, o governo autorizou o emprego das Forças Armadas no combate aos desmatamentos e as queimadas, por meio do instrumento da GLO –Garantia da Lei e da Ordem, no caso especificamente em matéria ambiental. O recurso a esse instrumento militar foi uma estratégia utilizada pelo governo para reduzir o papel do Ibama na fiscalização da Amazônia. No primeiro semestre de 2019, o Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama não realizou operações na região. As ações foram retomadas em função do escândalo das queimadas, mas só duraram até novembro, quando o próprio Bolsonaro ameaçou os fiscais: “Quem é o cara do Ibama que está fazendo isso?”, perguntou a garimpeiros, na porta do Palácio da Alvorada. (Ramos, 2021, p. 300-301)

Assim, o significativo aumento nos incêndios na Amazônia no ano de 2019 teve repercussões internacionais. Em 19 de agosto, após o céu de São Paulo se cobrir de fumaça, fenômeno que foi associado aos incêndios amazônicos, a *hashtag* #PrayforAmazonas viralizou na internet (Amigo, 2019), alcançando o 6º lugar entre as *hashtags* mais comentadas sobre notícias no Twitter, atual X, naquele ano (Filadelfo, 2019).

Em junho daquele ano, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) havia divulgado dados preliminares que indicaram aumento de 88% na taxa de desmatamento em comparação com o mesmo mês de 2018. (Schreiber & Fellet, 2019) O ex-presidente do Brasil acusou esses dados de serem falsos. Em seguida, houve uma disputa sobre as estatísticas entre o presidente e o chefe do INPE, que foi demitido a pedido de Bolsonaro. (Spring. & Eisenhammer, 2019)

Semanas depois, os incêndios foram associados à falta de políticas de proteção florestal pelo governo de Bolsonaro, bem como às suas promessas de apoiar a atividade agrícola na região. (Borunda, 2019) A mídia, então, transformou a violência impessoal contra a Amazônia em algo pessoal, responsabilizando diretamente a figura do ex-presidente brasileiro.

O papel de Bolsonaro no desmatamento que supostamente levou a mais incêndios – e sua resposta inicial de negar o problema, depois culpar ONGs e, em seguida, rejeitar qualquer ajuda estrangeira – gerou indignação global dirigida a Bolsonaro, elevando a visibilidade dos incêndios e colocando a culpa sobre ele. E, devido ao papel da Amazônia na biodiversidade e na estabilidade climática, as ações de Bolsonaro foram, portanto, percebidas como uma ameaça global. Dois aspectos são notáveis em relação à visibilidade do papel de Bolsonaro nos incêndios da Amazônia. Primeiro, suas contínuas disputas públicas e antagônicas com cientistas e ambientalistas conhecidos garantiram que o espetáculo desempenhasse um papel importante em tornar suas (in)ações conhecidas no palco público global, gerando a indignação associada. Segundo, vários argumentam que o antiambientalismo de Bolsonaro faz parte de uma agenda mais ampla para reestruturar os mecanismos de governança federal, eliminando a necessidade de consentimento e consolidando o poder executivo. (...) A representação de Bolsonaro como vilão na mídia global amplificou a percepção pública dele como causador ativo dos incêndios e, portanto, da destruição da Amazônia, personificando uma ameaça global. (Deutsch, S. & Fletcher, R., 2022, p. 65).

A resposta pública a esses eventos foi compreender Jair Bolsonaro como a personificação da ameaça à biodiversidade. O presidente brasileiro não estava apenas sendo visto como promotor da destruição da Amazônia, mas também como alguém que desmantelava a proteção ambiental, além da democracia de modo geral. Ele foi percebido como o responsável pelos incêndios na Amazônia, que ganharam grande visibilidade devido à conexão com a crise climática internacional e o ataque à biodiversidade. Isso transformou o que provavelmente seria um problema local em uma crise global.

Independentemente de Bolsonaro ser ou não o real responsável pelos incêndios e, assim, pela destruição global, o que importa é que ele foi percebido como o responsável, formando uma espécie de ponte – por mais efêmera que seja – para conectar a violência estrutural das duas crises a um ator, tornando-a pessoal e completando a "relação de influência interpessoal", tornando a violência visível. (Deutsch & Fletcher, 2022, p. 65)

Desse modo, intensificaram-se os diálogos internacionais sobre a relevância da preservação ambiental, principalmente da Amazônia, uma das maiores florestas do mundo. Líderes estrangeiros e organizações internacionais reforçaram a importância internacional da floresta, destacando o papel da Amazônia na absorção de carbono e na biodiversidade (Silva, 2020).

Além disso, ressalta-se que há também, no discurso, uma tentativa de justificar os incêndios. Bolsonaro aponta que “tempo seco e ventos favorecem queimadas espontâneas, bem como queimadas criminosas” (Brasil, 2019), e atribui a responsabilidade de algumas queimadas aos grupos indígenas que as realizam culturalmente. Nota-se, assim, que, para além desviar o foco da questão ambiental para focalizar um conflito diplomático, o discurso também se vale da estratégia de diminuir a seriedade dos incêndios ocorridos,

fazendo parecer como se boa parte deles fossem originados por questões culturais e, portanto, justificadas.

4.2.2. Ataque a outros países *versus* soberania brasileira

Outra relevante parte contextual do discurso se refere ao momento em que Bolsonaro menciona potências estrangeiras, sejam governos ou mídia. Organizamos as menções em três diferentes tipos de argumentos: (i) menção direta ou indireta a conflitos políticos recentes com países da Europa sobre questões ambientais (ii) uso de discursos nacionalistas e anticoloniais como estratégia discursiva para referir-se à Amazônia, principalmente traçando uma comparação com a Europa; (iii) polaridade discursiva: a construção do outro. Vejamos atentamente cada um desses.

4.2.2.1. Conflitos políticos internacionais presentes no discurso

Logo após o discurso adentrar a pauta ambiental relativa à Amazônia, notam-se menções diretas às tensões com países estrangeiros que surgiram em torno da questão ambiental. Nessas passagens específicas, o ex-presidente direciona críticas a países estrangeiros.

Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia, despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa e com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania. Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. (Brasil, 2019)

Em vista disso, importa esclarecer a que países Bolsonaro indiretamente se refere. No momento em que a mídia internacional estava propagando a notícia acerca dos incêndios na Amazônia, a qual repercutiu nas redes sociais, o então presidente francês Emmanuel Macron se manifestou a respeito em sua conta pessoal do Twitter dizendo que os pulmões da nossa casa estão queimando. Além disso, nomeou o fato como crise internacional e invocou uma discussão de emergência entre o G7 sobre o assunto (Macron, 2019).

Em resposta, Bolsonaro atacou a aparência física da esposa de Macron e também o acusou de ter uma mentalidade colonialista. O presidente francês descreveu o comentário como desrespeitoso. (BBC, 2019) Nota-se, mais uma vez, que Bolsonaro, em vez de

responder diretamente, direcionou o discurso para outra temática, no caso para a mulher de Macron, desviando o foco da questão da problemática ambiental. Sem continuar a discussão, Macron lamentou e desejou que os brasileiros tivessem logo um presidente que se comportasse à altura do país. (Flores & Vizeu)

Frente a isso, o G7 ofereceu US \$22 milhões em financiamento destinados ao combate aos incêndios na Amazônia. Todavia, Bolsonaro não apenas rejeitou a oferta, como também impôs, como condição de aceitação do investimento, que Macron se desculpasse publicamente. (Taylor, 2019) Nota-se, portanto, a delicadeza que as relações diplomáticas e internacionais adquiriram nesse contexto, diante de divergências sobre a gestão e preservação do meio ambiente, mas também advindas do constante desvio discursivo realizado por Bolsonaro das problemáticas a serem tratadas.

Nesse sentido, observa-se que esses debates relacionavam-se a questões econômicas e políticas, expondo não apenas a preocupação com a devastação ambiental, mas também a intensificação do embate diplomático acerca da preservação da Amazônia. Os debates se agravaram, sobretudo, diante do posicionamento do governo brasileiro de, por um lado, destacar a soberania para responder aos comentários externos, mas, por outro, não tomar as efetivas medidas para combater as problemáticas levantadas pelos países estrangeiros.

Assim, frente às diversas notícias daquele ano acerca das decisões políticas do governo que impactaram a Amazônia, concentrar-nos-emos em uma específica com repercussões internacionais significativas a ponto de ter resultado na paralisação do Fundo Amazônia. Tal polêmica apresenta relação direta com a Alemanha, um dos países nominalmente citados por Bolsonaro na parte do discurso voltada às questões ambientais:

A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental na superação do colonialismo e não pode aceitar que essa mentalidade regresse a estas salas e corredores, sob qualquer pretexto. Não podemos esquecer que o mundo necessita ser alimentado. **A França e a Alemanha**, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura. Já o Brasil, usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos. 61% do nosso território é preservado! Nossa política é de tolerância zero para com a criminalidade, aí incluídos os crimes ambientais. Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira. (Brasil, 2019, grifo nosso)

Como a tensão com a nação francesa já foi citada acima, importa agora sublinhar o que ocorreu em relação à alemã. À vista disso, destaca-se a promulgação do Decreto nº 9.759, em 11 de abril de 2019, que estabeleceu novas regras para os órgãos da

administração pública federal brasileira e, conseqüentemente, extinguiu, em 28 de junho de 2019, dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). (Activity Report, 2021) Até então, o Fundo Amazônia tinha uma estrutura de governança que, além dos dois comitês extintos, também contava com representantes do Governo Federal, dos governos dos estados brasileiros que compõem a Amazônia, da sociedade civil e da comunidade científica.

O Fundo Amazônia é um mecanismo REDD+¹¹ criado em 2008 pelo Decreto Presidencial nº 6.527/2008, após ser proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O objetivo do programa é arrecadar doações e investimentos não reembolsáveis para prevenir o desmatamento e promover a conservação da Amazônia brasileira. (NPR, 2019) Os principais doadores do projeto são Noruega, Alemanha e a empresa petrolífera brasileira Petrobras.

Ao longo dos anos, o projeto se tornou tão importante que, em 2013, houve uma emenda no acordo de doação entre a Noruega e o governo brasileiro, segundo a qual os recursos seriam integralmente transferidos para o Fundo Amazônia. Isso só foi possível devido à isenção de impostos federais brasileiros sobre as doações ao fundo. Além disso, mais de 1 bilhão de dólares foram doados ao fundo. (Activity Report, 2021)

A captação de recursos é condicionada à redução da taxa anual de desmatamento da Amazônia, o que foi observado nos primeiros anos do programa. (Activity Report, 2021). No entanto, desde 2017, houve uma tendência de aumento na taxa de desmatamento na Amazônia Legal. Após a mudança na governança do fundo, em abril de 2019, os principais doadores, Noruega e Alemanha, congelaram suas contribuições, em agosto do mesmo ano e um mês antes da conferência em que o discurso analisado neste trabalho foi proferido. Os dois países europeus se posicionaram dizendo que o acordo entre com o Brasil foi desrespeitado (Negrão, 2019). O Fundo Amazônia, então, decidiu continuar com os projetos já em andamento, mas não iniciou novos.

¹¹ Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a sigla significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal. Nessa linha, o conceito estabelecido pela Convenção de Clima da ONU estabelece um mecanismo que permite a remuneração daqueles que preservam as florestas, e, assim, diminuem as emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal. Todavia, “é necessário diferenciá-las da política de REDD ainda em construção no âmbito da ONU. Posteriormente à criação deste conceito, a Convenção incluiu na sua definição também atividades de conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques em países em desenvolvimento. Estes componentes deram origem ao REDD + ou REDD plus”.

Primeiro, a Alemanha decidiu parar as doações devido ao aumento da taxa de desmatamento na Amazônia (Mello, 2019). Na ocasião, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, acusou a Alemanha de “comprar a Amazônia em parcelas” ou de “abocanhá-la” (DW, 2019). Além disso, também sugeriu que o Brasil não precisava do investimento alemão, dinheiro que deveria ser usado para reflorestar a própria Alemanha. No dia seguinte, a Noruega decidiu seguir o país europeu e congelar as doações (Boffey, 2019).

Desde sua criação, o fundo recebeu R\$3,4 bilhões em doações para vários programas relacionados à proteção da floresta tropical, além de planejamento territorial, regularização fundiária, uso sustentável da biodiversidade, recuperação de áreas desmatadas, proteção ambiental de terras indígenas e outras áreas protegidas. Segundo o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia, as doações, que ultrapassaram a casa dos 3 bilhões, advieram “93,8% do governo norueguês, 5,7% do governo alemão, através do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)”. (Activity Report, 2021, p. 6)

Menos de um mês após essa crise internacional, ocorreu a 74ª Assembleia Geral da ONU, em que analisamos o pronunciamento brasileiro. Contudo, após o congelamento das doações, o programa não aprovou novos projetos até que acordos internacionais fossem restabelecidos após o fim da presidência de Bolsonaro. Nota-se que tais conflitos aparecem plasmados no discurso proferido no evento internacional, ainda que de modo indireto, seja pela comparação às nações europeias e como utilizam seus territórios, seja pelo ataque a essas por haverem desferido críticas à ingerência do governo brasileiro ao conduzir a política ambiental naquele ano.

4.2.2.2. O uso da Amazônia como comparação com a Europa

Com o intuito de posicionar o Brasil em relação ao mundo, o discurso também apresenta comparações explícitas entre o tamanho da Floresta Amazônica e o da Europa Ocidental. Tal comparação apresenta, pois, duplo propósito: por um lado, enaltece a grandeza do território amazônico; por outro abre margem para que a explícita comparação tenha outros desdobramentos que não apenas a questão territorial.

Em um primeiro momento do discurso, é dito que “nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada” (Brasil, 2019), em flagrante desacordo ao que estava sendo reportado nos últimos meses nos noticiários nacionais e

internacionais. O discurso continua, denunciando que a comparação outrora apresentada é utilizada como “prova” de responsabilidade ambiental brasileira: “somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.”. (Brasil, 2019)

Assim, nota-se que, ao associar a vastidão amazônica com a faixa territorial que, outrora, criticava o governo de Bolsonaro por suas políticas ambientais, o discurso não apenas relativiza essas críticas, mas também busca construir uma imagem positiva do Brasil como grande protetor do meio ambiente. Para além disso, a soberania brasileira é apresentada como resposta às críticas deferidas anteriormente por outros países. (Rocha, 2022) Todavia, um pouco mais à frente no discurso, destacam-se duas passagens em que a comparação com países europeus ocorre, nas quais Bolsonaro ressalta o “espírito colonialista” desses:

É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa e com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania. Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir.

(...)

A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental na superação do colonialismo e não pode aceitar que essa mentalidade regresse a estas salas e corredores, sob qualquer pretexto. Não podemos esquecer que o mundo necessita ser alimentado. A França e a Alemanha, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura. Já o Brasil, usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos. 61% do nosso território é preservado! Nossa política é de tolerância zero para com a criminalidade, aí incluídos os crimes ambientais. (Brasil, 2019)

Sobre o colonialismo, Frantz Fanon (1968), em seu livro *Os Condenados da Terra*, aponta que a colonização se apresenta como uma contínua “afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta.” (p. 30). Interessante observar o título em original da obra, *Les Damnés de la Terre*, significaria, em tradução literal e livre, “Os Danados da Terra”. A relação à danação, ainda que a palavra condenação carregue em alguma medida essa importância, parece-nos apropriada para compreender a gravidade histórica da colonização, na medida em que se refere, religiosamente, àqueles que foram condenados às penas do inferno. Em linguagem figurada, representa grandes dificuldades e sacrifícios.

No que tange às penas infernais, observam-se duas grandes consequências da colonização conforme a visão fanoniana: o ataque com fins de destruição de formas sociais, a exemplo do que ocorreu historicamente com comunidades indígenas no Brasil, e

a violência com caráter totalitário e totalizante do colono, a exemplo das religiões de matriz africana que foram travestidas pelo catolicismo a fim de que antigos professantes mudassem de fé, fenômeno conhecido por sincretismo. Sobre o grande impacto colonizatório, tem-se que “os costumes do colonizado, suas tradições, seus mitos, sobretudo seus mitos, são a própria marca desta indigência, desta depravação constitucional.” (p. 31)

Desse modo, ao chamar de “falácia” a perspectiva de que a Amazônia seria um patrimônio da humanidade, valendo-se de estudos para criticar velhas narrativas de senso comum que abordam a importância do papel ecológico da floresta — como chamá-la de “pulmão do mundo” —, nota-se que o discurso busca desqualificar preocupações globais expressas por outros países. Além disso, Bolsonaro também taxa as críticas externas de interferências colonialistas, qualificando-as como desrespeitosas à soberania brasileira, sendo a grande resposta a isso a soberania brasileira. (Rocha, 2022)

Todavia, relacionar o colonialismo a esse discurso que busca uma evasão de responsabilidades frente às queimadas na Amazônia demonstra um uso estratégico da história colonial entre Europa e as Américas. Ao utilizar o colonialismo como elemento de persuasão para repelir críticas ambientais, Bolsonaro ignora a violência dos reais efeitos da colonização. Além disso, o discurso transforma a crítica ambiental em uma questão de soberania, desviando, dessa forma, a preocupação internacional para uma perspectiva nacional.

Nota-se, portanto, a apropriação do discurso anticolonial de forma seletiva. Isso porque Bolsonaro não se vale do colonialismo para realizar críticas fundamentadas sobre a forma como os investimentos externos ocorrem para a preservação da Amazônia brasileira, mas apenas para realizar comentários vagos e sem fundamentação sobre as críticas estrangeiras acerca das queimadas na região amazônica. Nesse sentido, por exemplo, há estudos que denunciam o mecanismo REDD como forma de colonialismo ambiental:

De forma sintética, o REDD busca preservar as florestas a partir de contrapartidas econômicas oriundas de um modelo de compensação de emissões de carbono. Trata-se de projetos que recebem créditos quando demonstram que, sem sua existência, a floresta seria desmatada ou degradada, emitindo assim dióxido de carbono na atmosfera. Esse carbono que foi preservado em forma de biomassa nas árvores, e que por isso recebeu créditos de uma instituição certificadora, transforma-se em dinheiro quando tais créditos são comprados por empresas ou países (sobretudo no Norte global) que não podem ou não querem diminuir suas próprias emissões de CO₂. O pressuposto lógico por trás dessa operação é o da “compensação”: os emissores compram créditos em quantidade equivalente ao carbono emitido, chegando-se dessa forma à chamada “neutralidade de carbono”. Este raciocínio se fundamenta na teoria econômica

neoclássica, e parte do princípio de que os atores e operadores que procuram reduzir suas emissões buscarão a maneira menos dispendiosa de fazê-lo, gerando, via mercado, uma oferta de projetos de compensação. No entanto, ao terceirizar essa responsabilidade, o REDD possibilita também a comercialização do “direito de poluir”, e eis uma das principais críticas a esse mecanismo. (...) Como apontado por Vanessa Hacon (2018, p. 169), um dos argumentos principais utilizados é que esse mecanismo pode financiar não só a manutenção do carbono nas florestas, mas também, a partir da remuneração obtida pela venda dos créditos, promover o desenvolvimento autônomo dos povos indígenas, baseado nas premissas de valorização cultural, sustentabilidade e defesa territorial. A ideia que superficialmente parece muito interessante – pagar para que os indígenas “conservem a Amazônia” e “se conservem como indígenas”, algo que eles vêm realizando há milênios, de forma gratuita –, esconde, no entanto, inúmeras contradições e problemas. O exame crítico dos projetos já levados a cabo em territórios indígenas no mundo evidencia que, pelo contrário, trata-se de formas muito sutis e refinadas de colonização (CIMI, 2014). Além de sua ineficiência no enfrentamento à emergência climática, o mecanismo REDD vem criando novas formas de despossessão e submissão social, articulando um regime global de governança climática, de cunho neoliberal, a uma nova forma de colonialismo, o colonialismo climático ou de carbono (HACON, 2018). (Alkmin, 2022, p. 320-321)

Todavia, Bolsonaro não argumenta especificamente contra o mecanismo REDD, elencando-o como forma de colonialismo ambiental. O colonialismo como forma de crítica aos países estrangeiros, pelo contrário, aparece de forma solta e não justificada. Nota-se, portanto, como Bolsonaro se vale da acusação de colonialismo para não endereçar corretamente as problemáticas enfrentadas à época pela Amazônia, tampouco responder às críticas realizadas pelos países estrangeiros ao Brasil.

4.2.2.3. Polaridade discursiva ou a construção do inimigo

Nessa linha, para além da comparação do território amazônico e europeu, importa também analisar como outras comparações ocorreram. Isso porque é utilizada, ao longo de todo o discurso proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a estratégia de polaridade discursiva observada no uso de “nós *versus* eles”, tensionando, ainda mais, a diferenciação entre a primeira pessoa do discurso e o “outro”.

Isso não apenas intensifica a narrativa nacionalista e a necessidade de soberania como resposta a possíveis “ataques”, mas também se apresenta como estratégia utilizada por Bolsonaro de forma ampla, ou seja, igualmente está presente em outras partes do mesmo discurso, como, por exemplo, na representação da alteridade na questão anticomunista em seu governo. (Paludo, 2020)

Diante destas discussões teóricas, que em um primeiro momento envolvem nacionalismo e, posteriormente, se relacionam com as bases ideológicas anticomunistas da DSN e que influenciaram os rumos do Brasil após o golpe de 1964, o objetivo da pesquisa é fazer uma análise dos discursos políticos de Jair

Bolsonaro, em um espaço temporal de pouco mais de um ano, com a finalidade de identificar a representação da alteridade, ou seja, do que é o “outro” do discurso.

(...)

A relação oposta ou combativa dos nacionalistas, fomentada pelas instituições militares contra os comunistas, ganhou força na década de 1960, no contexto da Guerra Fria. Visto como o traidor da Nação, essa figura é tratada como inimiga e precisa ser eliminada, uma vez que oferece perigo à manutenção do status quo. Colocar os comunistas nesta perspectiva, de inimigos, é uma das chaves para compreender o pensamento disseminado por meio da Doutrina da Segurança Nacional (DSN).

(...)

O último discurso analisado pela pesquisa é o feito por Bolsonaro em 24 de setembro de 2019, já há mais de meio ano no cargo de Presidente da República, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Neste discurso, na ONU, Bolsonaro traz diversos elementos, que já foram elencados em pronunciamentos anteriores, da Doutrina da Segurança Nacional. A estratégia da DSN, de estabelecer um cenário de crises, corrupção e, principalmente, do país estar severamente ameaçado, em termos de estrutura econômica e política, é reforçada pelo presidente. Ao descrever a forma como ele interpreta a realidade brasileira, de fragilidade e ameaça comunista/socialista, ataca os adversários políticos e os coloca em uma forte posição de inimigos da Nação. Diversas figuras públicas latino-americanas conhecidas por posicionamentos progressistas, socialistas, comunistas, ou à esquerda do espectro político, são atacadas por Bolsonaro, que abre a fala apresentando um Brasil que “ressurge depois de estar à beira do socialismo”. (Paludo, 2020, p. 16; p. 42; p. 85)

Assim, vislumbra-se que tal estratégia de polarização discursiva a fim de tensionar uma inimidade com o “outro” é normalmente utilizada por Bolsonaro em outras temáticas, como, por exemplo, para enquadrar a perseguição anticomunista de seu governo, o que, ainda que não seja nosso foco de estudo na presente pesquisa, pode nos auxiliar em importantes reflexões sobre o discurso ora analisado (Paludo, 2020). Isso se observa na frase que abre o discurso, logo após o cumprimento às autoridades: “Senhoras e senhores, apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurge depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo.” (Brasil, 2019)

Todavia, interessa-nos observar que, se por um lado a polarização discursiva já era utilizada em outras temáticas com mais ênfase, como na questão anticomunista; por outro, esse recurso se apresenta também em novas construções, fortalecendo, assim, a influência sobre as pessoas por meio da agitação de seus sentimentos. Hannah Arendt (2017) aponta que “o único método próximo ao terror a ter real influência nas suas condutas (das pessoas) é ainda a antiga abordagem com uma promessa na mão e um chicote às costas” (p. 18); todavia, não nos parece que somente na mentira e na promessa reside o método político de persuasão.

Sigilo — diplomaticamente chamado de "discrição" e de arcana imperii (os mistérios do governo) — e embuste, ou seja, a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usados como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada. A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos. Quem quer que reflita sobre estas questões ficará surpreso pela pouca atenção que tem sido dada ao seu significado na nossa tradição de pensamento político e filosófico; por um lado, pela natureza da ação, e por outro, pela natureza da nossa capacidade de negar em pensamento e palavra qualquer que seja o caso. (Arendt, 2017, p. 14-15)

Isso porque, além da força das mentiras ou das promessas, elenca-se também o poder da construção discursiva. Numa era em que bolhas de opinião se formam magicamente por algoritmos ininteligíveis em aparelhos utilizados por perfis extremamente heterogêneos, a influência de representantes se expande de modo vertiginoso sem que haja chicotes ou promessas. Nesse sentido, o uso do forte apelo emocional pode envolver, também, a criação de um inimigo em comum – seja ele uma pessoa, um acontecimento ou uma instituição – contra o qual grupos se unem.

Nota-se, assim, que o conteúdo talvez seja o elemento crucial para angariar adesão: se antes as pessoas se uniam por um denominador político comum, hoje se aproximam por compartilharem o que há de mais humano, o medo, o qual é utilizado como estratégia política pelos candidatos para angariar eleitores. (Da Empoli, 2019) Além disso, é importante considerar as novas relações de linguagem que se dão num mundo globalizado e interconectado pela mídia:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as fake news que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito. No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática. Diante desse espetáculo, é grande a tentação, para muitos observadores, de levar as mãos aos céus e dar razão ao bardo: “O tempo está fora do eixo!”. No entanto, por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de spin doctors, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teriam chegado ao poder. (Da Empoli, 2019, p. 7-8)

Observa-se, portanto, que o discurso de Bolsonaro se vale dessa estratégia discursiva de polaridade. Sobre a temática, Larissa Paludo e Gerson Fraga (2020) apresentam que:

A lógica do outro ou do estrangeiro entre nações dá espaço aos novos horizontes e perspectivas políticas e de identificação social onde passam a configurar os

conflitos e disputas. Neste contexto, surgem também novos projetos, como, por exemplo, os focos de nacionalismo mesclados com fundamentalismos religiosos no início do século XXI. Trata-se de uma agregação que não produz apaziguamento dos conflitos pela definição das fronteiras, mas pode, por outro lado, representar o reforço delas.

Ainda que as configurações identitárias sofram alterações em relação às pautas e objetos de disputa, – qual seja, normalização ou reforçamento do padrão versus a criação de espaços para a diversidade –, a dinâmica da produção de identidade permanece a mesma. Ou seja, produz-se diferença ao passo que se consegue estabelecer um sistema classificatório que distingue o que é “nós” e o que é “eles”. “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (WOODWARD, 2014, p. 13). Sobre o carácter das negociações no interior da nação, cabe pontuar que ainda que o Estado se esforce para mobilizar um ideal nacional (a nacionalidade), essa identidade não se restringe aos laços de solidariedade. (Paludo & Fraga, 2020)

Malgrado se intensifique nos momentos em que há um posicionamento anti-comunista do governo, esse tipo de estratégia discursiva se apresenta como característica do discurso bolsonarista de forma ampla. Todavia, salta aos olhos o uso desse tipo de estratégia congregada com a narrativa de colonização, visto que, ao tempo em que cria e intensifica a alteridade, afasta o outro e polariza o discurso, também apresenta abertura a investimentos estrangeiros desde que haja respeito à soberania brasileira. Nas palavras do ex-presidente: “Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira”. (Brasil, 2019)

Nota-se, portanto, que não existe uma negativa explícita, mas uma condicionante, assim como também houve quando o G7 ofereceu US \$22 milhões para combater os incêndios na Amazônia. Parece-nos que a ausência da negativa explícita e do uso da condicionante, novamente, reforça a perspectiva de esquiva da responsabilidade: ora, se o Brasil não aceitar algum investimento não é porque não queira, mas porque há um desrespeito ocorrendo. O uso da colonialidade, portanto, apenas intensifica esse distanciamento do outro e intensifica a sensação de vilanizar investimentos estrangeiros, mas sem qualquer fundamentação para tanto.

4.2.3. Questão Indígena: legitimação do discurso e ataque a direitos

Como já tratado no capítulo anterior, a questão indígena também foi utilizada no discurso proferido por Bolsonaro internacionalmente. No momento em que se propôs abordar as problemáticas amazônicas, a abertura do discurso se deu com referência à presença de Ysany Kalapalo. Ao longo do pronunciamento, também foram utilizadas

diversas remissões às questões indígenas no território brasileiro como argumentação que legitimaria o discurso ali proferido, mas igualmente se valendo de ofensas, sendo algumas, até mesmo, nominais, como por exemplo a que se refere ao cacique Raoni. (Rocha, 2022; Moreira, 2021)

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. (Brasil, 2019)

Importa destacar que cacique Raoni é internacionalmente reconhecido por sua luta pela demarcação das terras indígenas no Brasil, tendo, naquele ano, tido encontros com autoridades estrangeiras, como o presidente francês Macron e o papa Francisco (Sardinha, 2019) Ademais, ressalta-se que a ascensão de um governo de direita ao poder (Prates, 2013) fortificou o movimento agropecuarista no Brasil, que busca expandir as atividades até mesmo sobre terras indígenas, enfranquecendo-as e buscando reduzi-las. Assim, conforme François-Michel Le Tourneau (2019), isso se apresenta como uma ameaça à preservação das terras indígenas e aos direitos desses povos, visto que há uma concorrência entre o interesse econômico oriundo da expansão agropecuária e o compromisso com as questões ambientais e territoriais indígenas.

O discurso proferido por Bolsonaro, apesar de buscar legitimidade por meio da referência explícita a indígenas, como à senhorita Ysany Kalapalo (ROCHA, 2022), igualmente ataca direitos específicos dos indígenas a fim de defender uma suposta “igualdade jurídica perante a lei” (Moreira, 2021, p. 3) com o intuito de priorizar investimentos econômicos em suas terras (Le Tourneau, 2019).

Desse modo, valendo-se da narrativa paradisíaca da fauna e flora brasileiras (Buarque, 2000), Bolsonaro surpreende ao defender a exploração das terras indígenas, notadamente reconhecidas pelo “papel fundamental para a manutenção de ecossistemas como a Amazônia, o que explica que tenham sido progressivamente consideradas como áreas protegidas”, (Le Tourneau, 2019) e não a preservação dessas. Nesse sentido, o ex-presidente brasileiro aponta que o indígena não aspira a ser um latifundiário pobre, pois vive sobre as terras mais ricas do mundo. Veja:

O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. (Brasil, 2019)

De modo contrário, aponta que aqueles preocupados em respeitar direitos específicos indígenas, como ONGs, tendem a “tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas”. (Brasil, 2019) Todavia, o uso dessas imagens primitivistas aos indígenas, cuja humanidade aparece mitigada, são “imagens que o poder político tem mobilizado historicamente para atizar os preconceitos do senso comum e para justificar políticas de espoliação dos direitos indígenas à vida, à liberdade, à terra e à autodeterminação”. (Moreira, 2019, p. 3)

Tal argumento se soma à narrativa colonialista, outrora utilizada no discurso, de que países que criticam as políticas internas brasileiras, sejam ambientais sejam direcionadas aos indígenas, são oriundas de países que não se preocupam com “o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas”, (BRASIL, 2019) novamente reforçando a perspectiva edênica da fauna e flora brasileira, proposta por Sérgio Buarque (2000). A fim de buscar maior legitimidade no alegado, Bolsonaro se vale da leitura de uma carta confeccionada por indígenas, os quais, segundo ele, alinham-se ao posicionamento defendido:

Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas. E para mostrar aos senhores que não existe uma autoridade única entre os índios, eu quero ler uma carta aqui de grande parte das comunidades indígenas endereçadas para os senhores. (BRASIL, 2019)

Desse modo, malgrado a forte presença da temática indígena no discurso apresentado, Vânia Moreira (2021) defende que o propósito último do uso de tal uso da temática indígena por Bolsonaro no discurso proferido na 74^a Assembleia das Nações Unidas se encontra na liquidação de específicos direitos dos povos indígenas. Assim, explica que:

Todos notaram que os indígenas estavam no centro do discurso e das preocupações do presidente, que aproveitou a oportunidade para escancarar para o mundo as contradições entre interesses econômicos e direitos indígenas: **atacou-se nominalmente o cacique Raoni, reconhecido como uma das principais lideranças planetárias sobre direitos indígenas; firmou-se a necessidade de revisar os marcos legais dos direitos indígenas no Brasil, com o fito de permitir a exploração de ouro, diamante, nióbio etc. nas terras indígenas (TI), especialmente na TI Yanomami e na TI Raposa Serra do Sol; e operou-se uma tremenda simplificação dos direitos indígenas na atualidade do país, qualificando os povos de “tribos” e referindo-se aos seus direitos constitucionais como uma política de manutenção dos índios em uma condição social semelhante à dos “homens das cavernas”. Para o presidente, seria importante tirá-los dessa condição paleolítica, revisando seus direitos territoriais, para implantar sua igualdade jurídica perante a lei porque, afinal, “é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir [sic] dos**

mesmos direitos de que todos nós” (Brasil, 2019). (Moreira, 2021, p. 2-3, grifo nosso)

Nota-se, pois, como o uso das questões indígenas aparece de forma oblíqua no discurso bolsonarista: é utilizada, na realidade, na defesa dos interesses exploratório-econômicos muito alinhados às ambições do setor agropecuário brasileiro. Em vez de valer-se dos discursos indígenas para a proteção da demarcação dos territórios desses povos, o discurso aponta para lado diverso, defendendo a exploração das terras, ainda que seja essa a parte do pronunciamento destinada à temática amazônica. A preocupação não aparenta ser a preservação, portanto.

4.3. Considerações finais

Nota-se, portanto, que a análise crítica do discurso proposta por Fairclough (2003a; 2007) compreende a complexidade das dinâmicas sociais, considerando os contextos em que os discursos foram proferidos e a que se referem, as denominadas práticas discursivas. O presente capítulo voltou-se ao escrutínio de tais contextos, a partir das relações internas e externas travadas pelo Brasil à época do pronunciamento.

Isso permitiu melhor compreender os impactos discursivos dos posicionamentos adotados, como, por exemplo, o fato de que países estrangeiros e a mídia internacional encaravam Jair Bolsonaro como a personificação da ameaça à preservação ambiental, com enfoque especial à ingerência quanto às queimadas amazônicas no ano de 2019. Ademais, diversas foram as “alfinetadas” nada diplomáticas de Bolsonaro durante o discurso, realizando referências indiretas, mas outras também explícitas, a tensões internacionais e opções políticas próprias de seu governo.

É nesse sentido que se compreende a importância do contexto para a correta interpretação do texto: a análise supera a superfície textual e se aprofunda nas tensões do poder. Para tanto, é imprescindível considerar os contextos sociopolíticos que contribuem para a construção de significados específicos, visto que o estudo da construção do sentido no discurso atravessa diametralmente as práticas discursivas nele presentes. Importa compreender que um discurso não é neutro; pelo contrário, atravessado por práticas discursivas e sociais, o discurso afeta direta e indiretamente as relações de poder presentes na sociedade.

Somente a partir de tal análise foi possível, portanto, compreender as três grandes chaves interpretativas que conduziram este capítulo: (i) como o pronunciamento brasileiro

não enfrentou diretamente a questão das queimadas na Amazônia no ano de 2019, mas, pelo contrário, valeu-se de diversas estratégias discursivas para amenizar a grandiosidade da problemática; (ii) como a tensão entre defesa da soberania brasileira e o ataque a países estrangeiros serviram como estratégia de resposta às críticas internacionais à gestão da política no Brasil; e (iii) como a instrumentalização da questão indígena serviu a propósitos oblíquos, visto que, em vez da defesa de direitos indígenas, foi utilizada para argumentar sobre a desterritorialização de territórios ocupados ou, ainda, a exploração desses, tendo em vista que os indígenas vivem sobre “as terras mais ricas do mundo”. (Brasil, 2019)

CAPÍTULO 5. PRÁTICAS SOCIAIS OU COMO COMPLEXIFICAR O COMPLEXO: AJUSTES NO BOM POSICIONAMENTO

Vejo a análise do discurso como uma ‘oscilação’ entre o foco em textos específicos e o foco no que chamo de ‘ordem do discurso’, que é a estruturação social relativamente durável da linguagem e que, por sua vez, é um elemento da estruturação e da rede de práticas sociais relativamente duráveis. A análise crítica do discurso está interessada na continuidade e na mudança nesse nível mais abstrato e estrutural, bem como no que acontece em textos específicos. A ligação entre essas duas preocupações é feita pela forma como os textos são analisados na análise crítica do discurso. (Fairclough, 2003, p. 3)

5.1. Breves retomadas

A experiência comunicacional se entrecruza ao conceito de democracia na medida em que a interação, oriunda do intercâmbio de ideias, apresenta-se como elemento fundamental para uma sociedade democrática. É nessa perspectiva que Signates e Leal (2021) ressaltam que “a experiência comunicacional está, por isso, no centro mesmo do conceito de democracia”. (p. 10)

A comunicação é, pois, não apenas um componente da democracia, mas o seu próprio modo de ser, nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo. Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social dos sentidos. E, em contrapartida, será mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder. Somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal, na medida em que passe a imperar a solução não violenta dos conflitos, ao se tornarem mediados pela linguagem, seja pelo jogo argumentativo, seja pela disputadas imagens, em público. (Signates, 2012, p. 12-13)

Ainda que este trabalho não se dedique especialmente a fatores relativos à comunicação, mas à análise crítica do discurso, fica evidente, neste último capítulo, a importância de compreender as reverberações do discurso no ambiente em que é proferido, as formas de recebimento e apreensão desse, além das implicações e transformações sociopolíticas por ele desencadeadas. A ponte com a comunicação, aqui, apresenta-se como metáfora visual para a melhor compreensão das diversas ondas emanadas pelo discurso, além daquelas que o influenciaram em sua composição discursiva.

Nesse sentido, o último eixo da tríade de análise discursiva elaborada por Fairclough (2001, 2003) dedica-se à análise da prática social. Importa assinalar que, conforme Signates e Leal (2001) apontam o entrecruzar entre democracia e comunicação,

Fairclough (2001, 2003) igualmente apontava o enlace entre discurso e sistemas sociais, ideologias e relações de poder, moldando-os e sendo moldado por estes. Nessa última dimensão de análise, a ADC se volta ao escrutínio de como o discurso reproduz ou transforma práticas sociais, sejam elas ideológicas ou institucionais, ressaltando a interação entre discurso e poder. Assim, tem-se que a análise do eixo de práticas sociais considera os impactos do discurso com estruturas sociais maiores: controle social, práticas ideológicas ou, até mesmo, comportamentos institucionais.

Isso porque se depreende do discurso analisado consequências severas para a imagem internacional do Brasil. Para tanto, façamos uma pequena digressão. Iniciamos a análise discursiva pela análise textual, visto que “uma atenção mais cuidadosa com os textos às vezes ajuda a dar uma base mais sólida às conclusões obtidas sem essa análise”. (Fairclough, 1992, p. 194) Após isso, atravessamos a análise das práticas discursivas, em que foram analisados os principais contextos das falas realizadas acerca das questões ambientais abordadas no pronunciamento.

Agora, avançamos para o escrutínio das práticas sociais. Nesse momento, analisa-se a reprodução e/ou transformação de dinâmicas de poder a fim de responder a pergunta que orienta este trabalho: Como a floresta Amazônica foi flexionada dentro do pronunciamento oficial brasileiro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2019?

Para tanto, utilizamos duas lentes para observar a questão: (i) o nacionalismo (Breuilly, 1993, 2000, 2005) reclamado pelo bolsonarismo e suas representações edênicas da natureza brasileira (Buarque, 2000); além da análise do pronunciamento segundo o conceito de Guimarães (2020) acerca do (ii) enquadramento do país como um estado cuja perspectiva de “bom posicionamento” frente a outras nações é complexa, principalmente entre países da América Latina e ocidentais.

A hipótese do presente trabalho é de que o pronunciamento de 2019 se valia da riqueza natural amazônica como elemento nacionalista, apelando à identidade nacional. A Amazônia, portanto, apresentar-se-ia como elemento discursivo cujo intuito seria despertar sentimentos brasileiros sobre patriotismo e soberania, a fim mantê-la sob o controle estatal. Propomos que o nacionalismo bolsonarista teria representações românticas e ufanistas da fauna e da flora brasileiras, abordagem que, apesar de nada inédita, é utilizada de forma inovadora no pronunciamento do Brasil, cujo posicionamento externo não se alinharia nem

a nações latino-americanas, tampouco a países ocidentais em busca de incentivos econômicos ou alianças internacionais.

À vista disso, passamos à análise das práticas sociais do discurso sob o enfoque de duas grandes lentes: primeiro, a interseção entre nacionalismo e a representação edênica da natureza brasileira e, segundo, as rupturas e alinhamentos dentro da perspectiva do complexo bom posicionamento externo brasileiro.

5.2. Interseção entre nacionalismo e representação edênica da natureza brasileira

O conceito de edenismo, conforme desenvolvido e trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda (2000), refere-se à representação idealizada da fauna e flora brasileira como um paraíso natural na Terra. Seria, portanto, um ambiente imaculado com abundantes recursos naturais. Essa representação é utilizada desde o período colonial, em que se propagou, desde o primeiro documento, a visão de um país exótico de natureza abundante., como se nota já na Carta de Pero Vaz de Caminha em que “a natureza é referenciada como o paraíso” (Matos et. al, 2013, p. 966).

Historicamente, não apenas colonizadores, mas também intelectuais nacionais, como por exemplo grandes escritores, até mesmo porque “na América Latina, a literatura foi frequentemente uma atividade devoradora” (Cândido, 1995, p. 15), utilizaram essa representação natural-romântica em diversos momentos e com diversas finalidades. No discurso analisado, nota-se a relação da representação da Floresta Amazônica muito alinhada com a perspectiva de edenismo, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda (2000), apontando para a importância da natureza no imaginário brasileiro, principalmente quanto a aspectos de identidade nacional.

Nesse sentido, importa esclarecer que “edenismo”, conceito retirado da obra *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, refere-se à representação da natureza brasileira de forma paradisíaca, tal qual fosse um Éden: um paraíso natural e virgem, cujos habitantes seriam povos ingênuos com uma relação harmoniosa com a natureza. (Holanda, 2000) O conceito está intrinsecamente relacionado às representações coletivas e idealizadas que os colonos europeus tiveram sobre o território brasileiro durante o período colonial, nas quais este espaço geográfico era associado ao famoso jardim bíblico.

Tal visão foi construída e reforçada a partir da abundância dos recursos naturais do Brasil, além da representação idealizada de indígenas em contraste com a Europa. Isso fica

muito evidente na própria Literatura Romântica brasileira em que o ufanismo, muito associado a essa ‘edenização’ da natureza das Américas, foi bastante fortalecido. (Cândido, 2009; Paz, 2019) Todavia, importa observar como isso também contribuiu para a formação de um mito nacional o qual fortemente se associou à identidade nacional brasileira, visto que essa se constroi por meio de um contínuo processo de reinterpretação de valores associados à nação, considerando símbolos, memórias e mitos nacionais. (Breuilly, 2005). Sobre a questão:

A carga mítica do Éden na Terra, trazida pelos europeus, encontrou nos descobrimentos uma força de concretude e magnificência, em extensão e beleza, passíveis de “verificação” de existência do paraíso bíblico não vista antes. Foi desta complexidade situacional que emergiram os mitos de origem, ou fundacionais, destas regiões, com base no contexto de encontro com o Paraíso Terreal, no resgate bíblico do Gênesis: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUI, 2005, p. 9). Desta maneira, repetiu-se nas Américas uma carga mítica e imaginária preexistente, mas com uma força simbólica muito maior, devido à concretude dos aspectos de comparação com mito presenciados pelos exploradores europeus. É também o posicionamento de Carvalho (2001), quando diz que “o descobrimento de novas terras trouxe uma nova imagem do mundo e novas formas de representá-lo, e muitas vezes esta imagem foi criada como uma utopia.” (...) O mito de origem surge como a explicação de algo novo para um contexto, situação, local ou temporalidade específicos. Não foi diferente no caso americano, e brasileiro em particular, já que, aqui, foram encontrados os habitantes e a própria terra acreditada sagrada, de maneira que a ideia de Paraíso Terreal serviu como suporte narrativo para a explicação da nova realidade, por meio dos mitos de origem, fundacionais e de conquista. (Araújo, 2016, 12-3)

Na perspectiva de Breuilly (2000, p. 158), interessa o nacionalismo como política, na medida em que uma nação, cujos habitantes apresentam uma identidade e fidelidade políticas “antes de mais nada, com e em relação à nação”, mostra-se politicamente autônoma e normalmente sob a égide de um Estado soberano. Essa ótica foi essencial para a estabilização da “ideia política preponderante dos tempos modernos, que é a de que o mundo se divide basicamente numa série de Estados, cada um dos quais representa uma nação, e de que, na medida em que isso não acontece em algumas partes do mundo, deve vir a acontecer”. (Breuilly, 2000, p. 158)

Nota-se, assim, como essa visão edenista da natureza brasileira dialoga diretamente com o cunho político nacionalista proposto por Breuilly (2000), observável no pronunciamento proferido por Jair Bolsonaro na ONU em 2019. Para Breuilly, tanto as nações como o nacionalismo se apresentam como “fenômenos modernos e construídos, ao invés de naturais e perenes”. (Martins, 2006, p. 16)

É nesse sentido que o nacionalismo inflado pelo discurso de Bolsonaro acena para a tradição de exaltar a natureza brasileira, símbolo socialmente construído considerando as peculiaridades históricas da nação. Isso reforça a imagem do país de incomparável riqueza natural e flerta diretamente com a perspectiva edenista e paradisíaca proposta por Buarque de Holanda (2000), principalmente na medida em que a floresta é representada como se permanecesse “praticamente intocada”. (Brasil, 2019)

O nacionalismo de apelo à frondosidade natural, todavia, demonstra-se, na realidade, intimamente relacionado a propósitos políticos. Reclamar a soberania e o orgulho nacional acerca da floresta aparece como instrumento discursivo para a conduta esquivada frente às críticas internacionais quanto às queimadas na região amazônica. Além do uso do nacionalismo como recurso de proteção às críticas, apresenta-se, também, como forma de comparação a outros países, visto que, durante o discurso, há comparações entre o tamanho da Amazônia e da Europa Ocidental.

Desse modo, ao situar o Brasil como “um dos países que mais protegem o meio ambiente” tendo como prova a vasta e “praticamente intocada” Amazônia brasileira, o pronunciamento busca moldar uma imagem de protagonismo quanto à responsabilidade de proteção ambiental. (Brasil, 2019) Além de tal narrativa não coincidir com a realidade, como já foi demonstrado em dados expostos em outros capítulos (Amigo, 2019; Schreiber & Fellet, 2019), também tem o condão de se esquivar das pressões sociopolíticas e econômicas que afetavam a floresta à época do incidente.

O discurso aparece, portanto, desconectado da realidade, visto que choca duas perspectivas antagônicas: de um lado, a defesa idealista de uma Amazônia praticamente intacta e, do outro, notícias apontando a catástrofe oriunda da exploração e descuido. Essa perspectiva antitética, analisada dentro da ótica de práticas sociais discursivas, gera uma desconexão entre discurso e fato, o que, para além da incongruência quanto à verdade, demonstra a tentativa de projetar discursivamente uma imagem inexistente, afetando a credibilidade do discurso.

Aplicando o conceito de nacionalismo de Breuilly (2000) à questão, nota-se que o nacionalismo, quando utilizado como resposta às críticas internacionais, apresenta-se portanto, com propósitos políticos. Isso porque se trata de um discurso nacionalista que se encontra à serviço do mascaramento de sérias problemáticas que a floresta estava atravessando em 2019, como as diversas decisões governamentais, tratadas no capítulo anterior, que afetaram políticas de proteção ambiental no Brasil (Bragança, 2018;

Observatório do Clima, 2018; Santos, 2019; Spring & Eisenhammer, 2019) ou, ainda, as próprias queimadas que ocorreram na Amazônia naquele ano. (Borunda, 2019; Amigo, 2019)

A utilização da imagem paradisíaca da Amazônia, somada à reclamação de soberania e de nacionalismo no discurso proferido por Bolsonaro, apresenta-se como forma de esgrimir por poder sobre a faixa territorial amazônica. Nessa ótica, o discurso proferido internacionalmente se vale de apelos à identidade nacional brasileira por meio de mitos históricos, cuja utilização naquelas circunstâncias tinha o condão de esquivar-se de — senão obscurecer — problemáticas urgentes da preservação da floresta.

Tem-se, portanto, que a conceituação de Breuilly (2000) sobre nacionalismo se amolda perfeitamente às práticas sociais extraídas do discurso analisado. Isso porque o nacionalismo, utilizado por Bolsonaro na parte do discurso relativo às problemáticas ambientais, mostra-se como ferramenta política com vistas ao poder. Nesta perspectiva, para além da invocação de um sentimento ou orgulho nacional frente à floresta, o nacionalismo se apresenta como estratégia política com o intuito de legitimar decisões e arrefecer críticas externas. Isso se mostra evidente no discurso analisado na medida em que, em vez de confrontar as críticas externas, o governo brasileiro adotou uma postura defensiva segundo uma ótica nacionalista frente às preocupações internacionais em relação à floresta. Nessa ótica, Breuilly (1993) aponta que:

Normalmente, o que acontece é que a ideologia nacionalista opera com três noções que são mutuamente incompatíveis, mas que, se não forem devidamente examinadas, podem parecer poderosamente persuasivas. Primeiro, há a noção da comunidade nacional única, (...) Segundo, há a ideia da nação como uma sociedade que deve ter seu próprio Estado. (...) Finalmente, a nação é vista como o corpo de cidadãos - ou seja, uma concepção totalmente política - e a autodeterminação é justificada em termos de princípios políticos universais. A ideologia nacionalista nunca faz uma conexão racional entre o conceito cultural e político da nação, porque essa conexão não é possível. (...) A ideologia nacionalista não é nem uma expressão da identidade nacional (pelo menos, não há nenhuma maneira racional de mostrar que esse é o caso) nem a invenção arbitrária dos nacionalistas para fins políticos. Ela surge da necessidade de dar sentido a complexos arranjos sociais e políticos. (Breuilly, 1993, p. 62-3)

Assim, entendendo o nacionalismo como prática política, observa-se que clamar a soberania como resposta às críticas externas é também uma estratégia para apresentar a nação como entidade ameaçada por influências externas que deve, portanto, preservar o controle sobre o próprio território — no caso, o território amazônico — a fim de manter a integridade e autonomia do país.

Isso porque a ideologia nacionalista se vale de mitos fundacionais e da identidade nacional de um país para sustentar-se, mas não necessariamente é uma expressão desses. No caso em tela, o pronunciamento se valeu do mito paradisíaco da natureza brasileira para reclamar a soberania sobre a Floresta Amazônica frente a críticas oriundas de países estrangeiros dentro de um discurso com bases nacionalistas. Todavia, tal patriotismo é nesse momento resgatado, valendo-se aqui das palavras do próprio discursante (PRATES, 2023), não para exprimir a identidade nacional ou a história do país, mas, antes, com finalidades políticas e ideológicas.

É nesse sentido, portanto, que alinhamos a proposta teórica de Breuilly (1993; 2000) à análise das práticas sociais do discurso em questão, flexionando, para a realização do escrutínio, a representação edênica e paradisíaca da natureza brasileira conforme estudos realizados por Sérgio Buarque de Holanda (2000). Ora, se o nacionalismo ultrapassa a mera perspectiva de ideologia identitária, apresentando-se como ferramenta política capaz de ser mobilizada pelo Estado com intuito de atingir fins específicos, nota-se, a partir da análise das práticas sociais do discurso em questão, como a floresta Amazônica foi flexionada dentro do pronunciamento oficial brasileiro dentro de parâmetros nacionalistas.

Durante o pronunciamento, a Amazônia foi diversas vezes representada de forma idealizada, como se paraíso praticamente intocado fosse, tal qual Sérgio Buarque de Holanda (2000) versava sobre as representações naturais brasileiras. Tal representação romântica, todavia, contrapunha-se às mazelas pelas quais a floresta atravessava, mobilizadoras de debates internacionais calorosos. Isso porque a representação edênica da Amazônia por Bolsonaro serviu aos propósitos nacionalistas de figurá-la como símbolo patriótico, cuja soberania seria imprescindivelmente brasileira, sendo uma afronta à nação qualquer posicionamento contrário ao governo do país.

Assim, a Amazônia foi alçada, durante o discurso, como emblema brasileiro, usada como símbolo de uma busca por autonomia, reforçando a perspectiva de que críticas oriundas de países estrangeiros quanto a sua gestão seriam, na verdade, uma forma de interferência em questões internas do país. Nessa toada, Bolsonaro se fechou não apenas a críticas estrangeiras sobre as políticas ambientais conduzidas no Brasil, mas a qualquer colaboração internacional, até mesmo financeira, que pudesse ser compreendida como ameaça à soberania brasileira sobre a Floresta Amazônica. (Taylor, 2019)

Isso fica evidente quando Bolsonaro assim afirma: “Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira”. (Brasil, 2019) Considerando as práticas discursivas para além do mero texto, tem-se, no terceiro eixo de análise, que uma das práticas sociais oriundas do discurso foi esse fechamento ao exterior: tanto no plano discursivo, ao rejeitar críticas estrangeiros, quanto no prático, tendo em vista que se dificultou investimentos com vistas à preservação da floresta.

Nota-se, portanto, que a representação da Amazônia como território edênico, dentro de um discurso nacionalista, apresentou-se como ferramenta política dentro do pronunciamento. Dessa forma, modifica o debate, anteriormente voltado à questão ambiental, e desvia a atenção principal sobre as queimadas, transformando a Amazônia em símbolo de resistência nacionalista, em que a defesa da soberania se entrecruza à rejeição de pressões internacionais, privilegiando um discurso em que a soberania se coloca acima da preservação. O nacionalismo de Bolsonaro se apresenta no discurso, portanto, não apenas como espontânea manifestação de sentimentos patrióticos sobre a natureza brasileira, mas, antes, como construção ideológica com fins políticos.

5.3. Rupturas e alinhamentos: o complexo bom posicionamento externo brasileiro

A análise do pronunciamento conferido na 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas é, segundo André Luiz Reis Silva e Raquel de Holleben (2022), indício de como a política externa brasileira sofreu uma ruptura em relação a diretrizes estabelecidas em governos anteriores, como o de Luís Inácio Lula da Silva ou o de Dilma Rousseff. Na abertura do pronunciamento, o então presidente explicitamente atesta a ruptura: “Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo.” (Brasil, 2019)

Para além de algo meramente discursivo, todavia, tal ruptura se apresentou também no campo diplomático e de relações internacionais. Isso porque, apesar de governos anteriores terem dedicado especial atenção ao diálogo e à cooperação em organismos multilaterais — tais como ONU, OMC, Mercosul, entre outros —, a administração de Bolsonaro optou por adotar uma postura crítica a essas instituições; por vezes, atacando-as.

Bolsonaro apresentou-se perante a 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, definindo uma postura de ruptura na ação internacional do Brasil consolidada na gestão Lula da Silva e Rousseff. Levou-se ao máximo a

interpretação já vista na gestão Temer de que a condução da política externa pelos governos petistas tinha um viés ideológico, que ele declarou descontinuado: “apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo” (BOLSONARO, 2019, s.p.). E é esta visão que é aplicada em todas as esferas de atuação da política externa brasileira, agora marcada por uma crítica ao multilateralismo - o que representa uma ruptura na postura internacional do país. O papel do multilateralismo no discurso condutor da política externa brasileira perde espaço em uma gestão que, frequentemente, interpreta as instituições internacionais como instrumentos ideológicos “para servir a objetivos totalitários” (ARAÚJO, 2020, s.p.). (Silva & Holleben, 2022, p. 214)

A ruptura observada no governo Bolsonaro não somente modificou a postura diplomática brasileira, mas também o posicionamento internacional do país, uma vez que se voltou a uma agenda nacionalista e a críticas a instituições multilaterais. Isso fica evidente no discurso analisado, visto que diversos são os momentos em que Bolsonaro ataca membros da Assembleia ou, até mesmo, provoca o próprio organismo internacional em que discursa. Todavia, interessa-nos analisar esse novo posicionamento conforme a conceituação de Feliciano Guimarães (2020) acerca do complexo bom posicionamento brasileiro no cenário internacional.

No artigo *The Uneasy 'Well-Placed' State: Brazil within Latin America and the West*, Feliciano de Sá Guimarães (2020) trata da complexa identidade diplomática brasileira frente a países da América Latina e do Ocidente. O autor defende que o discurso diplomático brasileiro é historicamente inquieto e complexo, visto que oscila entre a aspiração de pertencer ao Ocidente e a condição de país em desenvolvimento pertencente à América Latina, que dela se diferencia na medida em que possui herança portuguesa em detrimento dos demais países a ela pertencentes.

O Brasil, contudo, não experimenta a perspectiva de um Estado deslocado, como Paquistão ou Israel, o que, nas palavras do autor, seria “um grau de dissonância cognitiva entre sua localização geográfica e sua percepção cognitiva de lugar, e suas narrativas nacionais manifestam uma incompatibilidade entre suas aspirações regionais e as percepções dos outros.” (Guimarães, 2020, p. 2) Para o autor, o Brasil não sofre de nenhuma das três grandes consequências do deslocamento abordado:

O deslocamento tem suas consequências. Primeiro, um estado deslocado perde legitimidade dentro de sua região cognitiva original, pois os outros tendem a perceber sua narrativa de forma negativa. Segundo, à medida que a narrativa do deslocamento se torna dominante, isso reduz a capacidade do estado de desempenhar diferentes papéis e, portanto, limita suas saídas estratégicas. Terceiro, estados deslocados sofrem de uma desconexão severa entre a sociedade e as elites. As elites podem buscar uma associação cognitiva com outras regiões, enquanto os cidadãos comuns podem pensar de maneira diferente. Por fim, estados deslocados podem acabar vendo a jornada para um caminho diferente

como um fim em si mesmo, mantendo o país em movimento constante em direção a um lugar imaginário e nunca alcançável (Aslam et al 2020, p.7). O Brasil não sofre nenhuma das consequências do deslocamento. O Brasil não perdeu legitimidade na América Latina. Há uma intensa contestação contra a proeminência e a liderança regional do Brasil (Malamud 2011; Flandes e Wehner 2015), mas ninguém na América Latina hoje desafiaria as credenciais do Brasil como um país latino-americano. (Guimarães, 2020, p. 3)

Pelo contrário, apesar de rivalidades com vizinhos no passado, “atualmente, o Brasil goza de plena aceitação como um país latino-americano”. (Guimarães, 2020, p. 3) Isso permite que o Brasil seja reconhecido como importante país na região, equilibrando sua posição entre nações latino americanas, sem que isso impacte na busca por consolidar-se como liderança regional. Todavia, o Brasil desenvolveu o que o autor nomenclatura de um “desconforto acerca de seu complexo bom posicionamento internacional”¹², o que se deve ao mosaico de posicionamentos adotados pelo Itamaraty ao longo dos anos.

O corpo diplomático brasileiro – o Itamaraty – conseguiu criar um repertório complexo de identidades no qual múltiplas identidades contraditórias coexistem, especialmente em relação ao papel do Brasil na América Latina e no Ocidente. Enquanto os estados deslocados reduzem seus conjuntos de papéis para se ajustarem às narrativas dominantes de deslocamento, em contraste, o Brasil produziu ao longo dos séculos um mosaico de identidades típico de estados bem-posicionados. (Guimarães, 2020, p. 4)

O autor advoga que essa ambivalência identitária entre um país latino em desenvolvimento e a aspiração a pertencer como parte do Ocidente sendo um líder regional se deve à sobreposição de camadas identitárias que formam a percepção brasileira. Nesse sentido, Guimarães (2020) aponta que há três grandes camadas: a primeira, referente à identidade luso-brasileira e ao americanismo; a segunda, aos conceitos de autonomia na política externa; e a terceira, aos papéis contemporâneos de potência emergente ou de liderança regional.

A primeira camada de formação identitária brasileira se refere a dois grandes períodos históricos brasileiros: a formação da identidade luso-brasileira, fortalecida durante o processo de independência ocorrido no início do século XIX, e o “americanismo”, constituído no início do século XX. O primeiro se refere ao fato de que a “legitimação do Estado brasileiro não foi atingida por meio de rupturas ou revoluções, como na América hispânica, mas por meio da continuidade da ordem e territorialidade estabelecida pela colônia portuguesa”. (Guimarães, 2020, p. 5)

¹² No original, “In the case of Brazil, we identify a sense of uneasiness towards its well-placement.”

Isso afetou significativamente a percepção do Brasil como integrante da América Latina, o que apenas foi ficar claro após a publicação do Destino Manifesto, ainda que haja alguma controvérsia na literatura sobre quando exatamente os intelectuais brasileiros passaram a considerar a América Latina como fator característico da identidade brasileira.

De acordo com Celso Lafer (2000, 3), a percepção de que ser brasileiro também significava ser latino-americano tornou-se clara apenas após a doutrina do Destino Manifesto, no final do século XIX. À medida que essa doutrina se afirmava internacionalmente, os diplomatas e intelectuais brasileiros proeminentes foram levados a enfatizar o que o Brasil tinha em comum com a “Nuestra América”. Até então, a Monarquia de Bragança havia sido a base da identidade internacional brasileira nas Américas: um império entre repúblicas, uma grande massa territorial de língua portuguesa que permanecia unida enquanto o mundo hispânico se fragmentava. Durante a maior parte do século XIX, o Brasil enfatizou em escala continental a singularidade sociológica e linguística que historicamente caracterizou Portugal na Península Ibérica e na Europa, ou seja, uma nação singular e conservadora cercada por rivais. O entorno hispânico também via o Brasil de uma perspectiva diferente ao longo dos séculos XIX e XX. Bethell (2010, 459–460) observa que nenhum dos intelectuais e escritores hispano-americanos que usaram pela primeira vez a expressão ‘América Latina’ acreditava que incluísse o Brasil. O termo ‘América Latina’ era simplesmente outro nome para ‘América Espanhola’. (Guimarães, 2020, p. 6)

O segundo grande período que constitui essa primeira fase das três camadas identitárias brasileiras, o americanismo, apenas surgiu após a proclamação da República, em 1889. Isso porque a narrativa oficial do governo da nova República “decidiu transformar o Brasil em um país americano, rejeitando parcialmente e abraçando parcialmente a tradição monárquica da Santa Aliança e da família real de Bragança, que havia governado o Brasil nos 60 anos anteriores.”. (Guimarães, 2020, p. 6)

A perspectiva do americanismo afastava-se da tradição europeia e se aproximava dos Estados Unidos, encarando-os como grande potência no norte das Américas e o Brasil, como grande potência no sul. Entendia, portanto, que os dois países se diferenciavam das outras nações hispano-americanas. Nesse sentido, Guimarães (2020) cita renomados intelectuais brasileiros que apoiaram esse posicionamento:

A nova administração também estava ciente do poder crescente em Washington e decidiu redirecionar a política externa do Brasil para as Américas e afastar-se da Europa (Bueno 1995). O "outro significativo" já não era apenas Londres ou Lisboa, mas também o poder emergente na América do Norte. (...) Bethell (2010, 465) argumenta que **os governos brasileiros da Primeira República (1889–1930), assim como os governos do Império antes (1822–1889), não demonstraram grande interesse pela América Hispânica. O Brasil preferia enfatizar suas relações próximas com a Europa, especialmente com a Grã-Bretanha e, cada vez mais, com os Estados Unidos. Para os brasileiros, havia dois gigantes no hemisfério ocidental - os Estados Unidos e o Brasil.** Ambos eram continentais em tamanho; ambos tinham recursos naturais substanciais e potencial econômico; e ambos eram, acima de tudo, diferentes da

América Espanhola ou América Latina. Ironicamente, o "americanismo" - como esse período seria eventualmente chamado pela literatura e pelos diplomatas - tinha em um ex-político e diplomata pró-monarquia, o Barão do Rio Branco, um defensor ardente e criador proeminente. (...) Para Ricupero, a longa permanência de Rio Branco no Itamaraty (1902–1912) acrescentou um conceito essencial ao conjunto de identidades do Brasil - o de um país pacifista que preferia resolver suas questões regionais por meio da diplomacia em vez da guerra (Ricupero 2000, 2017). (...) Washington. Nas décadas anteriores ao golpe militar que instaurou a república, o aristocrático Nabuco defendeu ferozmente a monarquia brasileira e seu anti-americanismo. No entanto, uma vez nomeado para Washington, ele adotou uma retórica que chamou de "Pan-Americanismo". Nabuco, o monarquista anti-americano da década de 1890, tornou-se um entusiástico americanista. Seu objetivo era melhorar a relação entre o Brasil e os Estados Unidos, e fazer o Brasil ascender à liderança dos países sul-americanos, abraçando as virtudes do republicanismo, bem como a versão americana da civilização ocidental (Alonso 2017, 393). Na mesma linha, o diplomata ocasional e famoso jurista Rui Barbosa também contribuiu para a nova preferência do Brasil pelo americanismo. (Guimarães, 2020, p. 6-7, grifo nosso)

Nota-se, assim, como o Brasil adotava posicionamento distante frente a nações latino-americanas na época do Império e da Nova República. Isso porque conviviam, nesse período, duas visões conflitantes sobre a identidade regional brasileira: de um lado, a força da identidade luso-brasileira; por outro, o americanismo. Assim, enquanto se mantinha mais distante às nações vizinhas, vislumbrava também o Brasil alguma aproximação com países europeus e os Estados Unidos. Nas palavras do autor, tal momento pode ser sumariado da seguinte maneira:

Em suma, havia duas visões conflitantes sobre a identidade regional do Brasil no início da República. Aqueles que tinham uma visão favorável das tradições da monarquia portuguesa, defendendo a singularidade da experiência brasileira em relação à caótica América Hispânica; e aqueles que viam a oportunidade de se juntar ao mundo americano como uma forma de confrontar o passado e superar a retrogradação do Brasil adotando o sistema republicano (Santos 2010, 145–151 e Preuss 2012, 99–103). Essas visões conflitantes mostram como tornar-se latino-americano não foi um caminho natural para a posição do Brasil na região. (Guimarães, 2020, p. 8)

A segunda camada, referente à construção de uma identidade autônoma de política externa, somente se consolidou durante os anos de 1950 e 1960. Isso porque a aproximação com os Estados Unidos, somado ao fato de o Brasil se apresentar economicamente em desenvolvimento, foi um fator proeminente no posicionamento internacional brasileiro adotado durante os governos de Vargas a João Goulart, à exceção do governo de Eurico Gaspar Dutra.

Nesse momento histórico, o país moldou a política externa a partir da perspectiva de nacionalismo econômico e desenvolvimento industrial, presente no governo de Getúlio Vargas e desenvolvido por intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Essa identidade propunha a definição do Brasil como um país do “terceiro mundo”, incorporado principalmente durante o governo de Jânio Quadros, que reforçava discursos anticolonialistas, alinhando suas relações com países da América Latina e África. Conseqüentemente, isso ocasionou certo distanciamento da dependência dos Estados Unidos em busca de uma maior autonomia política e econômica.

Nas décadas de 1950 e 1960, abraçar a identidade latino-americana do país tornou-se um imperativo de sobrevivência e expansão política (Bernal-Meza 2015; Briceno-Ruiz e Puntigliano 2017; Bethell 2010). Sem rejeitar as credenciais regionais adquiridas durante a administração de Rio Branco ou seus valores ocidentais e cristãos, o governo de Quadros incorporou o discurso do Terceiro Mundo sobre anticolonialismo e desenvolvimento à retórica diplomática brasileira (Quadros 1961). A partir desse momento, outros passariam a reconhecer o Brasil como um país do Terceiro Mundo, mais interessado em atuar dentro e ao lado do movimento dos Não-Alinhados do que em tomar partido na bipolaridade da Guerra Fria. Para Rubens Ricupero (2017, 472), ao contrastar as clivagens Norte-Sul e Leste-Oeste, o Itamaraty ofereceu ao Brasil uma identidade internacional renovada. (Guimarães, 2020, p. 10)

Nota-se, portanto, que, nesse período, o Brasil dava preferência a alinhamentos políticos com países do Sul, enfatizando uma identidade autônoma, consolidada com a Política Externa Independente (PEI), e optando por participar do bloco dos Não-Alinhados do que claramente se posicionar em algum dos blocos da Guerra Fria. Esse posicionamento proporcionou ao Brasil ser percebido como um defensor do desenvolvimento e da autonomia do Sul Global, apresentando a identidade de um país que não se alinhava totalmente ao Ocidente, mas tampouco deixava de atuar como uma ponte, transitando entre os diferentes blocos ideológicos.

Nesse momento, o Brasil assume posicionamento consolidado quanto às suas credenciais latino-americanas. Observa-se que “a posição ambígua em relação à região, observada no período anterior, deixou de existir e, em vez disso, nota-se que a pertença do Brasil à América Latina passou a ocupar um papel central na narrativa diplomática.”. (Guimarães, 2020, p. 12)

Nos últimos trinta anos, todavia, o Brasil passou a ser enquadrado dentro de uma perspectiva de poder emergente com aspirações globais, constituindo, assim, o que o autor denomina a terceira camada do complexo bom posicionamento brasileiro no cenário internacional.

A partir de meados da década de 1990, o Brasil começou a ser identificado por vários outros países, especialmente por seus pares significativos na Europa ou América do Norte, como uma potência emergente, potência média, líder regional ou até mesmo um país não ocidental (Burgess 2009; Spektor 2010; Wehner 2015; Malamud 2011; Lima e Hirst 2006; Stuenkel e Taylor 2015). Os diplomatas brasileiros incorporaram esses novos conceitos ao discurso oficial, com

implicações contraditórias. Em algumas ocasiões, retratavam o Brasil como uma potência emergente com aspirações globais e um candidato natural a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em outras, apresentavam o Brasil como um país em desenvolvimento com privilégios específicos e liderança na Organização Mundial do Comércio. Mesmo o papel de líder regional, explicitamente negado quando a situação política é adversa, é sempre invocado como a nova posição do Brasil na América do Sul. Além disso, quando o Brasil precisa reafirmar sua capacidade material relativamente intermediária, o país passa a ser uma potência média na narrativa diplomática. (Guimarães, 2020, p. 13)

Ora, se por um lado o Brasil se apresenta como potência emergente com participação ativa em debates internacionais; por outro, descreve-se um país em desenvolvimento que necessita de investimentos específicos. Cuida-se, portanto, de um novo posicionamento estratégico quanto às diversas facetas que o país pode adotar.

Nesse sentido, Guimarães (2020) aponta que, durante o governo Lula, o Brasil atravessou uma transformação, quanto à estratégia de política externa, que ficou conhecida como “autonomia pela diversificação”. Recuperando a autonomia da diplomacia brasileira dos anos 60, o Brasil buscava maior inserção global a fim de não depender somente dos países ocidentais. Tal abordagem se fortaleceu com alianças Sul-Sul, além de parcerias na América Latina e colaborações estratégicas, como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

O pronunciamento de Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU, no entanto, aponta para o contrário da linha adotada pelos governos anteriores, afastando-se da perspectiva de autonomia pela diversificação. Assim, em vez de fortalecer alianças Sul-Sul e o posicionamento independente do Brasil internacionalmente, depreende-se do discurso um posicionamento político-diplomático com vistas a reforçar as credenciais ocidentais brasileiras, buscando aproximar-se de outros governos conservadores com ideologias semelhantes, como os Estados Unidos, que, à época, eram governados por Donald Trump. Destaca-se que o então presidente estadunidense é nominalmente citado no discurso proferido:

Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa e com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania. Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço àqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta. Em especial, ao Presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós. (Brasil, 2019)

Interessante pontuar como, apesar de referir-se implicitamente, no discurso, à controvérsia oriunda dos comentários de Macron sobre as queimadas na Amazônia, o nome do então presidente francês não é mencionado. De forma contrária, Trump é nominalmente citado acompanhado de explícitos elogios e agradecimentos. Assim, diferentemente da política externa que o Brasil vinha seguindo com vistas a fortalecer alianças Sul-Sul e destacando um posicionamento independente do Brasil no cenário internacional, o discurso de Bolsonaro aponta para uma reorientação conservadora, com aproximação a Estados governados de formas semelhantes, como Estados Unidos e Israel.

Isso, todavia, rompe com construções anteriores, significando uma ruptura nas formas que o Estado brasileiro estava conduzindo sua política externa. Dentro dessa ruptura, observa-se a fragilização do multilateralismo diante da adoção do discurso nacionalista como grande norte orientador. (Silva & Holleben, 2022; Guimarães, 2020) Novamente, observa-se o uso do nacionalismo, tal como Breuilly (1993, 2000, 2005) pontuava, com conotações políticas, ultrapassando o sentimento de pertencimento à nação.

O discurso de Jair Bolsonaro ora analisado demonstra como o Brasil se projetou internacionalmente a partir de um discurso nacionalista e conservador,¹³ contextualizando o país como “um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo.” (Brasil, 2019). Ademais, nota-se a carência de referências a países da América Latina no que tange à proteção da Amazônia, o que salta aos olhos por ser uma floresta que se estende pelo território de outros países latinos, e não somente o Brasil. Para Guimarães (2020), esse retorno a valores ocidentais e a rejeição à construção de alianças no Sul Global retoma conceitos monárquicos de posicionamento.

O governo de Jair Bolsonaro (2019) promoveu uma política externa ultraconservadora para enfatizar as credenciais ocidentais do Brasil e fortalecer a relação com governos conservadores semelhantes, como os dos Estados Unidos, Israel e Hungria. O Brasil não se retrata mais como um país latino-americano por excelência, mas sim como um país que deveria ser livre para questionar suas

¹³ Apenas para efeitos elucidativos, explicita-se que: “Nesse cenário, Bolsonaro reatualiza o conservadorismo brasileiro e inicia uma fase de autoritarismo sem precedentes na história do país (Lacerda, 2019). (...) Para Lacerda (2019, p. 29) o atual governo faz-se valer do neoconservadorismo como agenda, o qual consiste em “[...] um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução dos valores cristãos”. A ideologia conservadora surge em decorrência de uma situação histórica em que um determinado desafio se opõe às instituições estabelecidas, ou seja, quando forças sociais desafiam a ordem já estabelecida e ganham relevância a ponto de apresentarem algum perigo eminente. O neoconservadorismo, por sua vez, possui a visão conservadora do pessimismo na mudança social, preservando a ordem em um contexto de ameaça específica proveniente de políticas capazes de reduzir a desigualdade, bem-estar social, movimentos feministas e LGBT. Assim, o neoconservadorismo tem como temas centrais: defesa da família patriarcal, sionismo, anticomunismo, militarismo, idealismo punitivo e neoliberalismo.” (Machado et. al, 2021, p. 101-102)

raízes históricas na região, especialmente se estas estiverem de alguma forma ligadas a ideias de esquerda, e adotar uma postura conservadora global, alinhada a movimentos conservadores internacionais. Assim, em vez de reelaborar o conceito de autonomia, como observado em todos os governos após o retorno à democracia em 1985, a narrativa de Bolsonaro foca nos valores cristãos e nacionalistas do Brasil, rejeitando o multilateralismo e as alianças Sul-Sul. Ironicamente, a política externa de Bolsonaro parece reviver conceitos vistos pela última vez durante a Monarquia no século XIX. (Guimarães, 2020, p. 13-14)

Além disso, como já vimos anteriormente, o discurso se apropria discursivamente do nacionalismo para propósitos políticos, buscando poupar a política ambiental brasileira das críticas internacionais sobre as queimadas na Amazônia e se esquivar do real enfrentamento de pautas relativas à preservação ambiental, desviando o foco do debate para outras questões. Assim, para além da ruptura com o multilateralismo atestada pelos teóricos, vislumbra-se também a quebra com o diálogo global valorizado em governos anteriores que priorizavam a autonomia e proeminência do Brasil no cenário internacional. Essa ruptura prejudicou também a questão ambiental:

No entanto, com a mudança do bloco histórico, de anos de governos progressistas e de esquerda para governos conservadores de direita, o cenário do Meio Ambiente também sofre influência e pode mudar, uma vez que a direção das forças políticas muda a depender do governo que se estabelece. (Machado et. al, 2021, p. 95)

A análise do pronunciamento denuncia as consequências ambientais da ruptura observada no governo de Jair Bolsonaro: o descaso com as políticas ambientais de proteção cujo tamanho repercutiu na interrupção de apoio internacional ao Fundo Amazônia, um dos maiores vetores de arrecadação monetária para propósitos de preservação e manutenção da floresta tropical. A forma de endereçamento das questões, além da evasão às críticas estrangeiras, também compromete a credibilidade brasileira frente a questões complexas de preocupação global.

Além disso, a política externa orientada sob égides nacionalistas denota a tentativa de mudança do foco: questões tidas como preocupações globais devem ser atualizadas para se restringir a debates domésticos. É nesse sentido que Bolsonaro critica, não apenas políticas multilaterais, mas a ONU como instituição: “não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um ‘interesse global’ abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global. É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer.” (Brasil, 2019).

Esse discurso, significativo por haver sido o primeiro do governo Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas, representa uma ruptura com a linha de

posicionamento brasileiro externo que visava uma maior inserção no cenário internacional. Assim, em vez de reforçar a autonomia do país como potência regional emergente com responsabilidades e preocupações globais, o discurso alinha o Brasil a países cuja ideologia política se aproxima a de Bolsonaro, prezando pela manutenção de uma perspectiva conservadora e nacionalista.

5.4. Considerações finais

A análise do discurso de Jair Bolsonaro, proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, revela que o nacionalismo ali observado foi, em realidade, utilizado como ferramenta política. A fim de desviar-se das críticas estrangeiras às políticas ambientais brasileiras, Bolsonaro se vale da exaltação da soberania, como se essa estivesse sendo atacada tão simplesmente em decorrência dos comentários internacionais acerca das queimadas na Amazônia. Para além disso, o discurso também simboliza uma ruptura do histórico e complexo bom posicionamento brasileiro, ultrapassando as três camadas, utilizadas por Guimarães (2020) para representar a identidade brasileira utilizada nos discursos voltados à política externa.

O discurso também demonstra a opção político-ideológica conservadora de alinhar-se a países que compartilham essa perspectiva, como os Estados Unidos, então governados por Donald Trump. Além disso, a ruptura com o posicionamento externo adotado pelo país com vistas à maior inserção no cenário internacional, e fortalecido em governos anteriores, reconfigurou a imagem do Brasil internacionalmente, visto que rompeu com a grande valorização do multilateralismo e da cooperação global, sobretudo no que se refere a alianças Sul-Sul.

Nota-se como a perspectiva nacionalista utilizada no discurso não se prestou apenas a responder pressões externas sobre temáticas ambientais, mas, sobretudo, para reforçar o controle brasileiro sobre a Amazônia, retratando-a como paraíso praticamente intocado, alçando-a a símbolo nacional. A construção ideológica do discurso, todavia, obnubila problemas relativos às políticas ambientais adotadas no governo e o descaso deste frente a desastres ambientais, como as queimadas que ocorreram em 2019.

Internacionalmente, tal problemática escalou de forma a comprometer a credibilidade do Brasil e afetar consolidadas políticas de apoio internacional, tal como o Fundo Amazônia. Na ânsia de exaltar a soberania, o país comprometeu redes de apoio internacionais e se fechou ao debate, projetando-se como nação indiferente a influências

externas. A perspectiva nacionalista, portanto, revela-se estratégica no que tange o desvio do enfrentamento real das problemáticas ambientais. O discurso se mostra, dessa forma, representativo de um novo posicionamento, considerando a digressão histórica realizada por Guimarães (2020), privilegiando o nacionalismo e uma postura defensiva em vez do multilateralismo, defendido em governos anteriores.

CONCLUSÃO

Este trabalho se debruçou sobre a análise do discurso proferido por Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU no ano de 2019, buscando observar de que forma é flexionada a floresta Amazônica no discurso nacionalista-bolsonarista. Percebeu-se, ao longo da investigação, que a Amazônia foi utilizada como instrumento discursivo com propósitos políticos dentro de uma perspectiva nacionalista com vistas à defesa da soberania brasileira, a fim de desviar o foco das críticas internacionais desferidas às políticas ambientais do governo e às queimadas que ocorriam no Brasil à época.

Além disso, tal estratégia discursiva acarretou impactos sociopolíticos de dimensões internacionais, afetando as relações brasileiras com o exterior e modificando o sólido posicionamento adotado em governos anteriores, de alinhamento com países ocidentais e da América Latina. Essa conclusão, todavia, apenas foi possível a partir da análise crítica do discurso (ACD) considerando as dimensões textual, discursiva e social do pronunciamento.

Por meio da análise textual, observou-se como o discurso valeu-se do apelo ao nacionalismo para desviar a atenção de críticas estrangeiras às políticas nacionais relativas à Amazônia, alçando-a a um valor associado à nação que deveria ser protegido. Além disso, o uso estratégico da linguagem foi essencial para reforçar um distanciamento de outros países, como, por exemplo, a narrativa “nós *versus* eles” ou, ainda, o uso do pronome possessivo em “nossa” Amazônia, evidenciando uma narrativa de posse e de controle sobre a floresta. Assim, para além de tentar arrefecer as críticas estrangeiras, buscava também projetar uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional como país responsável pela salvaguarda da floresta, afastando-a, portanto, do patamar de interesse internacional, visto que, conforme o pronunciamento, seria “uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade”.

A análise discursiva, por sua vez, permitiu a compreensão sobre o contexto em que o discurso ocorreu, demonstrando com quais intertextos este dialogou. Dessa forma, nota-se como o discurso estava completamente relacionado com as queimadas que ocorreram em 2019 na região amazônica, além das tensões diplomáticas envolvendo países europeus. O posicionamento de esquiva do governo brasileiro, portanto, atrelava-se a um contexto específico relativo à catástrofe que se desencadeou na floresta naquele ano, atingindo proporções internacionais.

Nesse sentido, a narrativa de diferenciação de “nós *versus* eles” adquiriu ainda mais força ao ser lida conforme a acusação realizada por Bolsonaro de que os países europeus estariam agindo com um “espírito colonialista” sobre temas relativos à soberania brasileira, tal qual a preservação da floresta amazônica. Tal acusação, todavia, não se mostrou fundamentada a ponto de sustentar o posicionamento; pelo contrário, apareceu de forma esvaziada, servindo mais para deslegitimar as preocupações internacionais do que para tecer uma contra-crítica adequada sobre alguma problemática em específico. O intuito de reclamar a soberania, valendo-se de ferramentas discursivas nacionalistas — como a representação da Amazônia de forma edenista — serviu, antes, para blindar a política ambiental brasileira de críticas e questionamentos externos do que, de fato, invocar algum sentimento nacional para com a floresta por parte dos cidadãos.

Isso, contudo, influenciou a modificação das relações brasileiras com outros países. Alinhado com o multilateralismo fortalecido nos governos Lula e Dilma, o Brasil buscava, anteriormente ao governo Bolsonaro, posicionar-se de modo a satisfazer relações tanto com países ocidentais, mostrando-se aberto ao diálogo, quanto com países latino-americanos, projetando-se como potência regional a ser reconhecida não somente por seus pares, mas também pelas nações ocidentais com quem se propunha a dialogar. Bolsonaro, no entanto, ao se valer do nacionalismo com representações edênicas da Amazônia para promover ideários políticos que buscavam o impasse, em vez de diálogo com nações ocidentais, rompe com esse posicionamento.

A análise de práticas sociais, terceiro eixo da análise do discurso conduzida neste trabalho, permitiu observar como o pronunciamento carregava elementos que refletiam esse novo posicionamento brasileiro de afastamento em relação a nações latinas e ocidentais. Em efeitos práticos, isso ficou evidente, por exemplo, na interrupção de financiamentos internacionais ao Fundo Amazônia que ocorreu naquele ano.

O pronunciamento de Bolsonaro reforçando o controle nacional sobre a Amazônia apenas endossou o afastamento e desinteresse brasileiro nas relações com países ocidentais. O silêncio discursivo acerca das nações latinas, com algumas das quais compartilha o território da floresta amazônica, também demonstra esse distanciamento. Pelo contrário, o alinhamento ocorreu com países que sustentavam essa ideologia nacionalista, como os Estados Unidos governados, à época, por Donald Trump. A coesão de posicionamento, todavia, ocorria por uma perspectiva ideológica e não de construção conjunta em que ambos países teriam interesses ou características semelhantes sobre

algum eixo em específico, como ocorria nos posicionamentos multilaterais brasileiros. Nessa senda, cabe sublinhar a ironia, ou ainda a contradição interna, de um discurso nacionalista-bolsonarista que, ao tempo em que reclama a soberania brasileira, também invoca alinhamento internacional com um governo de direita nos Estados Unidos, cujos interesses historicamente se voltam ao próprio país a ponto de desrespeitar outras soberanias se necessário for.

Nota-se, portanto, como o pronunciamento proferido por Jair Bolsonaro na 74^a Assembleia Geral da ONU refletia um novo posicionamento internacional brasileiro que rompia com posicionamentos anteriores alinhados ao multilateralismo. Ao negar problemas ambientais e adotar uma postura protecionista ao diálogo internacional, o governo brasileiro adotou novo posicionamento em que não se alinhava nem a países latinos nem a países ocidentais.

Isso fica evidente a partir da análise de como a Amazônia brasileira foi utilizada no discurso: dentro de uma representação edênica, a floresta foi alçada a símbolo de soberania nacional em detrimento de preocupação global acerca de sua preservação. A narrativa construída, no entanto, serviu como estratégia discursiva para reforçar o controle político sobre a floresta e esquivar-se de críticas internacionais acerca da política ambiental brasileira e do descaso do governo com as queimadas de 2019 na Amazônia. A pesquisa permite compreender como a linguagem pode ser utilizada em contextos políticos de forma a criar narrativas que encobrem pretensões políticas mais profundas, como é o presente caso em que uma narrativa nacionalista de representação edênica da Amazônia, na realidade, camufla um novo posicionamento brasileiro no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIVITY REPORT 2021. Edited by BNDES's Publishing and Memory Division. **Amazon Fund.** December 31, 2021. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/en/.galleries/documentos/rafa/RA_FA_2021_en.pdf> Acessado em 7 out. 2024

AMIGO, Ignacio. Amazon rainforest fires leave Sao Paulo in the dark. **Mongabay**, 2019. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2019/08/amazon-rainforest-fires-leave-sao-paulo-in-the-dark/?utm_source=Mongabay+Email+Alerts&utm_campaign=1060306b59-mailchimp_all_daily&utm_medium=email&utm_term=0_e1ea8b5f35-1060306b59-77153437>. Acesso em: 05 out. 2024.

ALKMIN, Fábio Márcio. O REDD é uma forma de colonialismo de carbono: Entrevista com Chris Lang (REDD-Monitor). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, n. 2, p. 319-334, 2022.

ALMEIDA, Ariadne Domingues. "Oh, oh, o gigante acordou! Brasil, junho de 2013: conceptualizações e metáforas das manifestações." **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 38, n. 2, p. 139-152, 2016.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: reflections on the Origins and Spread of Nationalism**. Revised Edition. UK: Verso, 2006.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986). **Tese** (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy. Universidade Estadual Paulista, 2016.

ARENDDT, Hannah. "A mentira na política", in **Crises da República**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2017, 3a, ed., p. 9-48.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, Roland. **A aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo : Cultrix, 1992.

BERLIN, I. Return of the Volksgeist. **New Perspectives Quarterly**, 26, 2009. pp. 29-39. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5842.2009.01110.x>

BEZERRA, Paulo. **Prefácio: uma obra à prova do tempo**. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Problemas da poética de Dostoiévski. 7. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008. p. XXI.

BBC. Macron condemns Bolsonaro for ‘disrespectful’ post about his wife. 26 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-49474421>>. Acesso em: 6 out. 2024.

BHASKAR, Roy. Preface. In: BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. London: Verso, 2008. p. xxvii-xxxii.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia>. Acesso em: 02 set. 2024.

BREUILLY, J. “Abordagens do Nacionalismo”. In: **Um mapa da questão nacional**. Editado por Gopal Balakrishnan. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 155-182. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/cursos/2015/Breuilly,John-Abordagens-do-Nacionalismo.pdf>> Acessado em 23.06.2024

_____. “Changes in the Political Uses of the Nation: Continuity or Discontinuity?” In: **Power and the Nation in European History**. Ed. Len Scales and Oliver Zimmer. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp. 67–102.

_____. **Nationalism and the State**. [1982] 2ª ed. Manchester University Press. 1993.

BOFFEY, Daniel. Norway halts Amazon fund donation in dispute with Brazil. In: **The Guardian**, August 16, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/aug/16/norway-halts-amazon-fund-donation-dispute-brazil-deforestation-jair-bolsonaro>>. Acessado em 9 out. 2024

BOHLS, E. **Romantic Literature and Postcolonial Studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013. ISBN 9780748641994. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=nlebk&AN=534536&site=ehost-live>. Acesso em: 6 nov. 2022

BORUNDA, A. See how much of the Amazon is burning, how it compares to other years. **National Geographic Magazine**, 2019. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/2019/08/amazon-fires-cause-deforestation-graphic-map/>>. Acesso em: [coloque a data de acesso].

CÂNDIDO, A. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Bm7gfkCdPHwC&oi=fnd&pg=PA5&dq=o+romantismo+brasil+de+Anto#v=onepage&q=o%20romantismo%20brasil%20de%20Anto&f=false>> Acessado em 05.11.2022

_____. **Literatura de Dois Gumes**. São Paulo: Unicamp, 2009. Disponível em <<https://texsituras.files.wordpress.com/2011/08/3-literaturadedoisgumesantoniocandido.pdf>>

_____. “Literatura, Espelho Da América?” **Luso-Brazilian Review**, vol. 32, no. 2, 1995, pp. 15–22. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/3513621>. Accessed 27 July 2024.

CORREIA, J. C. Ideologia e hegemonia. In: **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. pp. 223-258.

CONNOR, Walker. **Ethnonationalism: The Quest for Understanding**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1994

DEUTSCH, S.; FLETCHER, R. The ‘Bolsonaro bridge’: Violence, visibility, and the 2019 Amazon fires. **Environmental Science & Policy**, v. 132, p. 60-68, 2022.

DEZAPHI, J. Nacionalismos, racialismo, xenofobia y migraciones. In: **Tiempo de paz**, ISSN 0212-8926, N°. 130, 2018, pp. 55-62.

DW. Bolsonaro to Merkel: Reforest your own country. **DW**. August 15, 2019. <<https://www.dw.com/en/jair-bolsonaro-to-merkel-reforest-germany-not-amazon/a-50032213>>. Acessado em: 8 out. 2024

EWBANK, A. Entre dominação e consciência: Um olhar sobre a literatura em Antonio Candido. In: **Ciências sociais e diálogo com a história**, v. 14 n. 2, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: SAGE Publications Ltd, pp. 121-138, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9780857028020>. Acesso em: 02/08/2024.

_____. **Analysing discourse**. Vol. 270. London: routledge, 2003a.

_____. Critical discourse analysis and change in management discourse and ideology: a transdisciplinary approach. **II Congreso Internacional Sobre Discurso, Comunicación e a Empresa, Vigo. Universidad de Vigo**. 2003b.

_____. **Discourse and contemporary social change**. v. 54. New York: Peter Lang, 2007.

_____. Discourse and Text: Linguistic and Intertextual Analysis within Discourse Analysis. **Sage Journals**, v. 3, n. 2, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0957926592003002>. Acesso em: 7 nov. 2024.

FERREIRA, Cláudio. Queimadas na Amazônia provocaram duas mil internações no SUS em 2019, aponta relatório. **Agência Câmara de Notícias**, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/701734-queimadas-na-amazonia-provocaram-duas-mil-internacoes-no-sus-em-2019-aponta-relatorio/>. Acesso em: 6 set. 2024.

FILADELFO, E. **#ThisHappened in 2019**. 2019. Disponível em: <https://blog.twitter.com/en_us/topics/insights/2019/ThisHappened-in-2019.html>. Acesso em: 05 out. 2024

FLORES, Magê & VIZEU, Rodrigo. As conclusões do G7 sobre as queimadas na Amazônia. Podcast Café da Manhã Folha. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/08/as-conclusoes-do-g7-sobre-as-queimadas-na-amazonia-ouca.shtml#comentarios>

FOLK. Cambridge Dictionary. 2019. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/folk> Acessado em 08 de set. de 2024

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 1970.

GONZÁLEZ, V. **La crítica cultural latinoamericana y la investigación educativa**. Caracas: Centro Nacional de Historia, 2009.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. The uneasy ‘well-placed’ state: Brazil within Latin America and the West. **Cambridge Review of International Affairs**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 384-403, 2020. DOI: 10.1080/09557571.2020.1723059.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. A brief sketch of systemic grammar (1969). In: WEBSTER, Jonathan (ed.). **On language and linguistics**. London: Continuum, 2010. p. 180–184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5040/9781474211932.ch-007>. Acesso em: 24 ago. 2024.

_____. **Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning**. Londres: Taylor & Francis Group, 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/languageassocia0000maha/page/4/mode/2up>. Acesso em: 26 ago. 2024.

HARTWIG, Mervyn. Introdução. In: BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. London: Verso, 2008. p. ix–xxiv.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). O que é REDD? **IPAM Amazônia**, 2023. Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/o-que-e-redd-e-redd/>. Acesso em: 11 out. 2024.

INZONEIRO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inzoneiro/>. Acesso em: 27/07/2024

KANE, J. **Nationalism**. School of Government and International Relations. Griffith University, Queensland, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/book/10.1002/9781118474396>> Acesso em 05.11.2022

KEDOURIE, E. A. "The Study of Politics." **Philosophy**, 27.102 (1952): 221–227. Web. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/03EDBD79A8B6E19E1B2265FC6C284E87/S0031819100033969a.pdf/study_of_politics.pdf Acesso em 24.06.2024

KINSHIP. Cambridge Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/kinship>

KRESS, G. & HODGE, R. Transformations and truth. In: **Language as Ideology**. Routledge & Kegan Paul Ltd, 1979. pp. 15-37. Disponível em: https://www.uel.br/pessoal/sreis/pages/arquivos/TEXTOS/LEITURA%20EM%20LINGUA%20INGLESA/1979-1981_Kress%20&%20Hodge_Language%20&%20Ideology_Cap%202_Transformations%20and%20truth_p_15-37.pdf Acessado em 20.06.2024

LIMA, G. dos S. Relendo "Literatura e Subdesenvolvimento". **Revista Entrecaminhos**, v. 4, n. 1, p. 203-211, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/entrecaminhos/article/view/165761/165254>. Acesso em: 05.10.2024

LISPECTOR, Clarice. A pesca milagrosa. In: **Para não esquecer**. São Paulo: Siciliano, 1992.

_____. Abstrato e figurativo. In: **Para não esquecer**. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

_____. **A Paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro, Rocco: 2020.

LÓTMAN, I. **Por uma teoria semiótica da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MACHADO, Carlos Alexandre. **“Se a mídia está a criticar, é porque foi bom”: o discurso de Jair Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU segundo a imprensa portuguesa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2021.

MACHADO, Daiani Martins; KOUPAK, Kelen; CARNEIRO E SILVA, Silmara. Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil. **International Gramsci Journal**, v. 4, n. 1, p. 95-126, 2021. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/gramsci/vol4/iss1/7> Acesso em 27 out. 2024.

MACRON, Emmanuel. (@EmmanuelMacron). **Tweets**, 2019. Disponível em: <<https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1164617008962527232>>. Acessado em 5 out. 2024.

MARTÍNEZ, Agustín. Radicalismo e latinoamericanismo en la obra de Antonio Candido. In: CANDIDO, Antonio. **Crítica radical**. Ed. y trad. de Mária Rusotto. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1991. p. IX-XXX

MARTINS, M. D. "JOHN BREUILLY." **Tensões Mundiais**, v. 2, no. 2, 2006. pp. 12-47.

MATOS, Julia Silveira; AVILA, Luciane dos Santos; SANTOS, Fernanda Santos dos. A escrita de Pero Vaz de Caminha e as características da história moderna para o ensino de história. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, p. 965-976, 2013.

MELLO, Gabriela. (2019). Germany to cut 35 million euros in funds to Brazil for Amazon preservation: newspapers. **Thomson Reuters**, August 10, 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-amazon-germany-idUSKCN1V00RZ>>. Acessado em: 8 out. 2024

MEY, J.L. **Pragmatics: An Introduction**. Orford-UK: and Malden Massachusetts: Blackwell Publishers, 1993.

MEYER, M. Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA. In: **Methods of Critical Discourse Analysis**. SAGE Publications Ltd, 2001. pp. 14-31. <https://doi.org/10.4135/9780857028020>

MOORE, Gregory. Introduction. In: **Fichte: Addresses to the German Nation**, xi-xxxvi. Cambridge Texts in the History of Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. doi:10.1017/CBO9780511806605.001.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOREIRA, V. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional indígena: necropolítica e cidadania no processo de independência (1808-1831). **Acervo**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1719>. Acesso em: 16 out. 2024.

MUELLER-VOLLMER, Kurt. Herder and the Formation of an American National Consciousness during the Early Republic. In: **Herder Today: Contributions from the International Herder Conference, 1987, Stanford, California**. Edited by Kurt Mueller-Vollmer. Berlin, Boston: De Gruyter, 1990. pp. 415-430. <https://doi.org/10.1515/9783110856712-028>

MULLER, S. 10 Best Examples of Folk Culture. In: **German Daily**. Published on May, 31th, 2021. Disponível em: <<https://germanydaily.de/culture/examples-of-folk-culture>>

NACIONALISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nacionalismo/>. Acesso em: 15/06/2024

NEGRÃO, Heloísa. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. In: **El País**. São Paulo, 15 ago 2019. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html>. Acesso em: 8 out. 2024

NPR. Why Norway And Germany Have Frozen Money Going To The Amazon Fund. **NPR**. August 23, 2019. Disponível em

<<https://www.npr.org/2019/08/23/753836508/why-norway-and-germany-have-frozen-mon-ey-going-to-the-amazon-fund>>. Acessado em 7 out. 2024

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Fusão de ministérios antecipa desmonte ambiental no Brasil de Bolsonaro. **Observatório do Clima**, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/fusao-de-ministerios-antecipa-desmonte-ambiental-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 out. 2024.

PALUDO, Larissa Júlia; FRAGA, Gerson Wasen. A produção do inimigo ou destruição da alteridade: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 2020.

PASCUAL, Guillermo. La problemática de las definiciones en el análisis del nacionalismo y la nación desde el paradigma del moderno. **Papel Político**, 24 (1), 2019. <https://doi.org/10.111.44/Javeriana.papo24-1.pdan>

PAZ, R. **De I Juca Pirama a Gupeva: um estudo do indianismo brasileiro a partir dos maranhenses Gonçalves Dias e Maria Firmina dos Reis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientação: Lana Kaíne Leal. Universidade Federal do Maranhão. São Bernardo, MA. 2019

PIRES, V. L.; TAMANINI-ADAMES, F. A. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, v. 6, n. 2, p. 66-76, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2010.49272>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PRATES, V. Bolsonaro: 'Direita não existia, passou a existir comigo'. In: **Estado de Minas**. Publicado em 30/06/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/30/interna_politica,1514316/bolsonaro-direita-nao-existia-passou-a-existir-comigo.shtml

RAMOS, Adriana. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, v. 70, p. 287-310, 2021.

RENAN, Ernst. Que é uma nação? [1882]. Tradução de Samuel Titan Jr. **Plural**, v. 4, p. 154-175, 1997.

RESENDE, Viviane de Melo.; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

REVAULT D'ALLONNES, Myriam. "A verdade do político", in **A verdade frágil – O que a pós-verdade faz ao nosso mundo comum**. Trad. de Hugo Barros. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 61-90.

RYNDZIONEK, Monika. Research Practices in Critical Discourse Analysis: Constraints and Challenges. **Kultura i Edukacja**, 2020. pp. 98-112. DOI: 10.15804

ROCHA, Helton Menezio Urtado. Desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal: certezas construídas pelo presidente da República na Assembleia Geral da ONU: Deforestation in the Amazon and fires in the Pantanal: certainties built by the President of the Republic at the UN General Assembly. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S.

l.], v. 51, n. 1, p. 341–359, 2022. DOI: 10.21165/el.v51i1.3330. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/3330>. Acesso em: 30 set. 2024.

SANTOS, Ana Julia Vaz dos. Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, 2019.

SARDINHA, Edson. "Quem é Raoni, o líder indígena atacado por Bolsonaro". **Congresso em Foco**, 25 set. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/quem-e-raoni-o-lider-indigena-atacado-por-bolsonaro/>. Acesso em: 16 out. 2024.

SCHREIBER, M.; FELLET, J. A Amazônia precisa de "soluções capitalistas", diz ministro do Meio Ambiente. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49363387>>. Acesso em: 05 out. 2024.

SIGNATES, L. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Revista Novos Olhares**, v. 11, n. 1, p. 7-18, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51443>>. Acesso em: 12 out. 2024.

SIGNATES, L.; LEAL, M. R. C. Cidadania contra a democracia: as contradições comunicacionais dos movimentos sociais no Brasil, de Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro. **Brasiliانا: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.25160/bjbs.v10i1.127102. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/127102>. Acesso em: 12 oct. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, MS, v. 11, n. 22, p. 200-226, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259887>> Acesso em: 12 out. 2024

SILVA, J. “Nossa Amazônia permanece praticamente intocada”: a Amazônia no discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU. **Contracorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 14, p. 125-142, 2020.

SILVA, Zilda Pereira da. **Controle sanitário: construção e desconstrução de sentidos em linguagem publicitária**. 2011. 290 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SMITH, A. **Chosen Peoples**. Oxford University Press, 2003.

SPRING, J.; EISENHAMMER, S. Brazil space research chief to leave job after Bolsonaro deforestation spat. **Reuters**, 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-job/brazil-space-research-chief-to-leave-job-after-bolsonaro-deforestation-spat-idUSKCN1US20H>>. Acesso em: 05 out. 2024.

STOCKING, G. **Volksgeist As Method and Ethic : Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition**. Madison, Wis: University of Wisconsin Press, 1996. ISBN 9780299145507. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=e000xww&AN=330410&site=ehost-live>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TAYLOR, Chloe. Brazil leader wants an apology before accepting \$22 million fund to fight Amazon fires. **CNBC**. August 27, 2019. URL <<https://www.cnn.com/2019/08/27/brazil-rejects-22-million-g-7-fund-aimed-at-controlling-amazon-fires.html>>. Acessado em 6 out. 2024.

TERRA, Kenner Roger Cazotto. Teorias da linguagem e estudos do discurso: apontamentos metodológicos para uma análise do discurso religioso. **HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, 2018.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOURNEAU, François-Michel Le. O governo Bolsonaro contra os povos indígenas: as garantias constitucionais postas à prova. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 501, 2019.

VAN DIJK, T. **Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse**. London: Longman Group, 1977.

VARNER, P. **Historical Dictionary of Romanticism in Literature**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. “Pós-modernismo e história”, in C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia & N. Offenstadt (ogs.), **Historiographies, II**. Trad. José Otávio Guimarães. Paris: Gallimard (Folio Histoire), 2010, p. 839-844.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

WWF Brasil. **Amazônia, Cerrado e Pantanal somam 123.326 focos de queimadas em 2019**. 03 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?73282/Amazonia-Cerrado-e-Pantanal-somam-123326-focos-de-queimadas-em-2019>. Acesso em: 9 out. 2024.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.